



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-graduação em Sociologia

DA ASCENSÃO À DESCRENÇA NA BOLSA DE VALORES: OS
SIGNIFICADOS DA CRISE FINANCEIRA NO JORNALISMO ECONÔMICO DO
BRASIL ENTRE 2004 E 2014

Yuri Dayananda Medeiros

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M488d Medeiros, Yuri Dayananda

Da ascensão à descrença na bolsa de valores : os significados da crise financeira no jornalismo econômico do Brasil entre 2004 e 2014 / Yuri Dayananda Medeiros ; Elaine da Silveira Leite, orientadora. — Pelotas, 2016.

125 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. BM&FBovespa. 2. Jornalismo econômico. 3. Crise financeira. I. Leite, Elaine da Silveira, orient. II. Título.

CDD : 070.44

YURI DAYANANDA MEDEIROS

**DA ASCENSÃO À DESCRENÇA NA BOLSA DE VALORES: OS
SIGNIFICADOS DA CRISE FINANCEIRA NO JORNALISMO ECONÔMICO
DO BRASIL ENTRE 2004 E 2014**

Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPEL) apresentado como requisito para obtenção de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite

Pelotas
2016

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação de mestrado

DA ASCENSÃO À DESCRENÇA NA BOLSA DE VALORES: OS SIGNIFICADOS DA CRISE FINANCEIRA NO JORNALISMO ECONÔMICO DO BRASIL ENTRE 2004 E 2014.

elaborada por

YURI DAYANANDA MEDEIROS

como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Profa. Dra. Elaine da Silveira Leite
(Presidente, orientadora)**

**Profa. Dra. Marina de Souza Sartore
(Primeiro examinador)**

**Prof. Dr. Fábio Souza da Cruz
(Segundo examinador)**

**Prof. Dr. Pedro Robertt
(Terceiro examinador)**

Pelotas, maio de 2016

Agradecimentos

À minha orientadora, Elaine da Silveira Leite, por ter sido tão generosa com seus conhecimentos, compreensiva e atenciosa durante todo o processo de pesquisa.

Ao Prof. Pedro Robertt pelo seu exemplo como professor atencioso e sempre disponível para ajudar desde os tempos da graduação em Ciências Sociais.

Ao Prof. Fábio Cruz, por ter me ajudado na construção de uma visão mais realista e menos ingênua do jornalismo no Brasil.

À Prof. Marina Sartori, pelas valiosas sugestões e questionamentos que muito contribuíram na versão final desta pesquisa.

Ao Sr. Angelo Lattari, que me orientou com muita generosidade sobre o pensamento dos operadores da bolsa de valores, na sua forma mais crua e realista.

Ao meu amigo Pedro Marchioro pelas longas e incontáveis conversas sociológicas e fraternas, que me ajudaram muito na realização deste trabalho.

À Juliana Morosino, pelo incentivo e apoio nas revisões desta pesquisa.

Aos colegas do GENS (Grupo de Estudos Novas Sociologias) pelas críticas construtivas.

À CAPES, por ter financiado e possibilitado esta pesquisa. Muito obrigado!

À UFPEL, por ter me acolhido como aluno por seis anos consecutivos. Sentirei saudades.

E, em especial, à minha família, Ieda, Cintia e Mariane, pelo apoio e paciência que tiveram comigo neste período da minha vida, em que decidi voltar aos estudos. Seu incentivo me faz continuar sempre!

“The work forced me to realize that economics is a social science” (O’NEILL, 2011).

Jim O'Neill (Baron O'Neill of Gatley), former chairman of Goldman Sachs Asset Management and current british government minister, best known for coining the acronym BRIC.

RESUMO

No início dos anos 2000, um otimismo generalizado tomou contas dos mercados financeiros globais. As bolsas de valores dos países emergentes, dentre eles o Brasil, enfrentavam alta após alta, num período de ascensão nunca visto antes. Esse clima de otimismo foi contagiante, e produziu uma crença coletiva que atraiu ainda mais investidores para o mercado financeiro, muitos pela primeira vez. Os jornalistas econômicos, por sua vez, produziam notícias otimistas sobre o Brasil e sobre a então Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa. E, veio a crise financeira 2007-2008, e muitos analistas, especialistas, jornalistas, ficaram céticos sobre os possíveis efeitos que poderiam se espalhar pelos mercados financeiros mundiais e atingir o Brasil. Mas, o que antes era certeza de um futuro próspero para bolsa brasileira, se desintegrou gradual e continuamente num período de descrença que se opôs em muito aos primeiros anos do fenômeno social da crença coletiva do início dos anos 2000. Esta pesquisa estudou o fenômeno da produção da crença no jornalismo econômico, capaz de produzir e consagrar valores simbólicos, colocando em evidência determinadas pautas, elegendo porta-vozes, e influenciando diretamente o funcionamento de outros campos. O objeto de investigação desta dissertação de mestrado são reportagens coletadas da Revista Exame e da Folha de São Paulo, veículos de grande circulação no Brasil, divulgadas no período 2004-2014, referentes à BM&FBovespa e a crise financeira 2007-2008. Os resultados apontam para uma convergência entre o jornalismo econômico e a doxa financeira no período que antecedeu a crise, seguido de um momento de descrença, passada a crise, que perdura até hoje, indicando um rompimento do jornalismo econômico com os interesses da BM&FBovespa e da doxa financeira.

Palavras-chave: BM&FBovespa, Jornalismo Econômico, Crise Financeira.

ABSTRACT

In the early 2000s, a widespread optimism took account of global financial markets. The stock markets of emerging countries, including Brazil, faced high after high, a rising period never seen before. This upbeat mood was contagious, and produced a collective belief that attracted even more investors to the stock market, many for the first time. Economic journalists, in turn, produced optimistic news about Brazil and the so called Bovespa. And then came the 2007-2008 crisis, and many analysts, experts, journalists, were skeptical about the possible effects that could spread to the global financial markets and reach Brazil. But what was sure a prosperous future for Brazilian market, disintegrated gradually and continually in disbelief period who opposed much to the early years of the social collective belief of the early 2000. This research studied the phenomenon of production of belief in economic journalism, able to produce and consecrate symbolic values, highlighting certain guidelines, electing spokespeople arbitrarily, and directly affecting the operation of other fields. The object of this research master's thesis were reports collected from the Revista Exame magazine and Folha de São Paulo newspaper, published in the period 2004-2014, related to the BM&FBovespa and the financial crisis 2007-2008. The research results point to a convergence of economic journalism and financial doxa in the period before the crisis, followed by a moment of disbelief, after the crisis, which continues today, indicating a disruption of economic journalism with the interests of the BM&FBovespa and the financial doxa.

Keywords: BM&FBovespa, Economic Journalism, Financial Crisis.

LISTA DE TABELAS

| | |
|-------------------------|----|
| <i>Tabela 1.</i> | 74 |
| <i>Tabela 2.</i> | 74 |
| <i>Tabela 3.</i> | 75 |
| <i>Tabela 4.</i> | 76 |
| <i>Tabela 5.</i> | 77 |
| <i>Tabela 6.</i> | 77 |
| <i>Tabela 7.</i> | 80 |
| <i>Tabela 8.</i> | 81 |
| <i>Tabela 9.</i> | 82 |
| <i>Tabela 10.</i> | 83 |
| <i>Tabela 11.</i> | 88 |
| <i>Tabela 12.</i> | 89 |
| <i>Tabela 13.</i> | 90 |
| <i>Tabela 14.</i> | 91 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------|----|
| <i>Quadro 1</i> | 32 |
| <i>Quadro 2</i> | 34 |
| <i>Quadro 3</i> | 94 |

LISTA DE ABREVIATURAS

20XX(1) – Ano de 2004 a 2014, primeiro quadrimestre, de Janeiro a Abril

20XX(2) – Ano de 2004 a 2014, segundo quadrimestre, de Maio a Agosto

20XX(3) – Ano de 2004 a 2014, terceiro quadrimestre, de Setembro a Dezembro

FSP – Folha de São Paulo

RE – Revista Exame

T1 – Período de janeiro/2004 a abril/2008 (ascensão)

T2 – Período de maio/2008 a dezembro/2010 (crise)

T3 – Período de janeiro/2011 a dezembro/2014 (descença)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 1.1. METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO..... | 29 |
| 2. A SOCIOLOGIA ENTRE OS MERCADOS FINANCEIROS E O JORNALISMO ECONÔMICO | 40 |
| 2.1. DO LOCAL AO GLOBAL: OS MERCADOS FINANCEIROS COMO FENÔMENO CULTURAL..... | 40 |
| 2.2. O NOVO PARADIGMA DO JORNALISMO ECONÔMICO | 50 |
| 2.3. COMPREENDENDO A AÇÃO SOCIAL NO JORNALISMO ECONÔMICO | 60 |
| 3. AS NOTÍCIAS VISTAS COMO REPERTÓRIOS CULTURAIS | 67 |
| 3.1. REPERTÓRIOS CULTURAIS COMO “NÓS” DO PROJETO | 67 |
| 3.2. INTENSIDADE DOS NÓS | 73 |
| 4. O JORNALISMO ECONÔMICO E A CRENÇA SOCIAL..... | 86 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ASCENSÃO, CRISE E DESCRENÇA..... | 106 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 110 |
| ANEXO I..... | 116 |
| ANEXO II | 123 |

1. INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o Brasil está habituado à dominação econômica que nos remete aos tempos do Império. Florestan Fernandes (2005), já apontava que a principal característica do capitalismo brasileiro é a *dupla articulação*, ou seja, a *dependência externa* dos países capitalistas hegemônicos, levando a concentração social das riquezas e drenagem de grande parte do excedente econômico nacional, aliado ao *subdesenvolvimento interno*, promovendo a depressão medular dos salários dos trabalhadores e as desigualdades sociais. “Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro” (FERNANDES, 2005, p. 353). Sabe-se que, *A Revolução Burguesa no Brasil* data de 40 anos atrás, contudo ela ainda reflete características expressivas da sociedade brasileira, mesmo com sua complexidade atual, com novas tecnologias, globalização, a absorção das subjetividades individuais pelo neoliberalismo, a desintegração da noção de classes sociais (TOURAINE, 2011) e o surgimento de uma *nova economia* (CASTELLS, 2003).

Neste novo cenário, a velha *dominação burguesa* tomou uma nova forma social, a qual Roberto Grün (2013) denomina de *dominação financeira*, que é global, mais próxima do tipo *puro* de dominação legítima de caráter racional proposto por Weber (2012), pois ascendeu seu domínio para os países hegemônicos, antes dominadores, mas que hoje também se encontram subjugados pela mesma lógica. No entanto, diferente de outras épocas, ela se dá num nível multidimensional.

É preciso deixar claro que os financistas, os grandes capitalistas da atualidade (gestores de fundos, proprietários de conglomerados financeiros, banqueiros, *traders*, etc.), não são a “classe dominante” de nossa época, nem sequer uma “nova classe”, mas são os *instrumentos* criados por eles, no campo financeiro, que se encontram legitimados em nossa sociedade através de disputas no campo cultural, econômico e político, e se tornaram as ferramentas essenciais do controle social contemporâneo (GRÜN, 2013, p. 204). A dominação financeira não é uma realidade imutável de nossa sociedade, que poderia levar a um fatalismo sociológico em que “nada pode

ser feito”, pois na realidade é um jogo cultural mais aberto do que parece, como nos mostra o exemplo da crise de 2007-2008 (GRÜN, 2013).

Sete anos passados do auge da crise de 2008, um modelo de dominação financeira à *brasileira* se articula sobre uma sociedade fragmentada, em que o mundo moral começa a ganhar espaço ao se opor com legitimidade contra o crescimento descontrolado do capitalismo financeiro. A demonstração de força exibida pelos mercados nesta última grande crise esvaziou o que ainda restava de sentido nas grandes categorias sociais remanescentes da *sociedade pós-industrial* (cf. TOURAIN, 2011), pois a crise deixou claro que os mercados se tornaram uma força irresistível e praticamente incontrolável da economia globalizada. Nenhum discurso (social, político, sindical, etc.) *realista* abarca efetivamente o domínio dos mercados financeiros globalizados. Essa nova economia de cassino, baseada em especulação e capital fictício, sem lastro na produtividade, está além do controle individual. Atores e sistema econômico estão cada vez mais separados, pois a economia ‘financeira se descolou da economia real e a crise acelerou este processo (HARVEY, 2013; TOURAIN, 2011).

Do otimismo especulativo inicial que antecedeu a crise até seu desfecho¹, a doxa² financeira, mesmo abalada durante o período mais nebuloso da crise, conseguiu manter seu predomínio na construção de sentidos e significados, controlando a narrativa e seus desfechos indicando as causas e as soluções para a crise, mesmo tendo sido potencialmente sua

¹ Se é que podemos falar em desfecho, pois as condições sociais mundiais estão agravadas desde 2008. Nesse sentido, Manuel Castells afirma que (CASTELLS; CARDOSO; CARAÇA, 2013, p. 26), “a crise financeira desencadeou uma crise industrial, que conduziu a uma crise do emprego, que levou a uma crise da procura que, ao solicitar a intervenção maciça dos governos para travar a queda livre da economia, levou a uma crise fiscal”.

² Esta pesquisa utiliza o conceito *bourdiesiano* de doxa: Buscando diferenciar-se do conceito de ideologia, de Karl Marx, que remete à consciência, por um lado, e a uma falsa consciência, inconsciência, alienação, etc, por outro, Bourdieu (BOURDIEU; EAGLETON, 1996) trata a doxa como mecanismos ideológicos que são aceitos e tolerados, de forma inconsciente. “O mundo social não funciona em termos de consciência, mas em termos de práticas, mecanismos, e assim por diante” (BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 268), o que significa dizer que as disputas simbólicas que acontecem em um determinado campo são subjetivadas pelos agentes, tanto os dominantes como os dominados, que ao verem em si próprios as causas de sua inclusão ou exclusão, muitas vezes não percebem a distribuição desigual de capital simbólico, e tendem a atribuir a si próprios as justificativas para a posição que ocupam, numa espécie de cooperação subjetiva, que produz e reproduz o campo: “La doxa est un point de vue particulier, Le point de vue des dominantes, qui se présente et s'impose comme point de vue universel; le point de vue de ceux qui dominent en dominant l'État et qui ont constitué leur point de vue em point de vue universel em faisant l'État” (BOURDIEU, 1994, p.129).

principal causadora (GRÜN, 2011). O poder dos financistas foi conservado, pois seus interesses *de alguma forma* se tornaram interesse geral. O *lócus* desta disputa está fragmentado nas instâncias políticas, através dos agentes do governo, políticos, etc., nas instâncias econômicas, através dos financistas, bancos, agentes do mercado, e nas instâncias culturais, através da TV, jornalismo econômico e na cultura política-econômica da população em si.

Esta pesquisa propõe analisar os mecanismos que contribuíram na construção dos sentidos sobre a crise de 2007-2008, utilizando como pano de fundo, a BM&FBovespa, antes (T1), durante (T2) e depois (T3) da crise³, através da análise da atuação do *jornalismo econômico*, uma das instituições mais influentes na formação de opinião do brasileiro e, assim como a mídia de um modo geral, um instrumento de exercício da cidadania no Brasil redemocratizado, capaz de influenciar os processos de prestação de contas de pessoas e instituições públicas (LATTMAN-WELTMAN, 2003). E, principalmente, por ocupar um papel central na consagração profissional dos nossos tempos, produz crenças e põe em evidência determinadas pautas, ao mesmo tempo em que oculta outras (BOURDIEU, 1997; LAGE, 2012), a partir de seus próprios interesses (MEDINA, 1988).

No período que antecedeu a crise de 2007-2008, os principais veículos da mídia foram atravessados pelo otimismo generalizado que atraiu novos investidores para o mercado acionário brasileiro, que teve seu auge na obtenção do grau de investimento pela *agência de rating* Standard and Poor's (abril/2008), quando a BM&FBovespa atingiu um recorde de 73 mil pontos, valor até hoje não superado, sendo este o ponto de transição de T1 para T2. Além disso, a transição T1 para T2 também é marcada por outro evento importante, a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F) com a BM&FBovespa, que certamente não teria ocorrido se não fosse um período positivo para ambas⁴.

³ O recorte T1 T2 T3 foi inspirado no trabalho do Dr. Roberto Grün (2011b), em sua análise dos impactos da crise no governo Lula. Contudo, no desenvolver da pesquisa mantive a ideia de antes/durante/depois, porém, com um recorte diferenciado. Mais informações sobre o trabalho de Grün podem ser encontradas em seu trabalho recente “Decifra-me ou te devoro: o Brasil e a dominação financeira” (GRÜN, 2015).

⁴ A BVM&FBovespa é uma sociedade de capital aberto que foi criada em maio de 2008, a partir da fusão da BM&F e da Bovespa. Suas ações (BVMF3) são negociadas no Novo Mercado. Esta nova empresa assumiu compromissos de melhores práticas de governança corporativa e

Propõe-se nesta pesquisa que T1 representou um momento único no mercado acionário brasileiro, em que uma série de agentes (analistas do mercado financeiro, economistas, políticos, imprensa, etc.) coletivamente consagraram, produziu uma percepção de *valor*, e atraiu milhares de novos investidores para a Bovespa, produzindo um círculo de crença (cf. BOURDIEU, 2002) na sua ascensão que se confirmou com as sucessivas altas do mercado que aconteceram até maio de 2008. Conforme Bourdieu (2002), a crença nesse *valor* advém não exclusivamente desta ou daquela instituição ou personalidade, mas de um sistema de relações objetivas entre agentes e instituições, que disputam continuamente o monopólio do poder de consagração, e assim engendram o valor e a *crença* que o suporta.

Durante a crise (T2), quando a maioria das previsões sobre o futuro da BM&FBovespa começaram a se mostrar falsas (a partir de um universo de previsões de especialistas que começaram a ruir), o que se assistiu foi o mercado financeiro pedir ajudar ao Estado, e uma série de notícias do jornalismo econômico surgir com respostas e soluções para a crise, do ponto de vista do investidor-leitor, indicando “modos de agir” frente ao novo momento. Nesse ângulo, crises representam momentos em que ideologias se tornam mais explícitas e tendem a guiar mais fortemente a ação individual e coletiva, a partir de doutrinas, símbolos e rituais, que nesta pesquisa são entendidos sob o signo “ortodoxia” e “estratégias”. A partir do referencial teórico de Ann Swidler (1986; 2003), propõe-se que T2 seja entendido a nível teórico como um período *culturalmente instável*, em que ideologias se tornam mais coerentes e competitivas, no sentido de guiar a ação dos agentes para novos modos de agir, enquanto T1 e T3, sejam considerados *culturalmente estáveis*, em que a tradição e o senso comum favorecem uma continuidade de estilos e *ethos*.

Passada a crise (T3), as notícias refletiam de *alguma maneira* que a doxa financeira assumiu novamente o controle da narrativa (GRÜN, 2011a), estabelecendo os diagnósticos e os remédios para o momento, jogando os jornalistas econômicos num período de descrença sobre os mercados que

parece ainda não ter terminado, pois mesmo hoje, em 2016, o índice BM&FBovespa operou sempre abaixo dos patamares de 2008⁵.

As notícias publicadas nesses três períodos são cruciais para compreensão do poder de atração e crença que os mercados exercem nos próprios jornalistas (T1); a falta de contestação efetiva dos erros do próprio mercado e seus especialistas, ou mesmo dos próprios jornalistas, que ficaram perplexos com o cenário de queda que se seguiu logo após o *investment grade*, e assistiram ao governo Lula “salvar o mercado” (T2); e, a descrença produzida como efeito de uma crença ingênua que desmoronou numa bolsa de valores relativamente nova, que pode ter sido alvo de um ataque especulativo internacional, que se beneficiou do jornalismo econômico como alavanca propulsora de novos investidores (T3) (CASTELLS, 2003; GRÜN, 2011a; HARVEY, 2013; TOURAIN, 2011).

Desta maneira, esta pesquisa propõe-se a divisão semântica da crise no Brasil em (T1) “Ascensão” (jan/2004-abril/2008), do segundo ano do primeiro governo Lula até o “grau de investimento”. O segundo período, (T2), “Crise financeira” (maio/2008-dez/2010), do “grau de investimento” até o término do segundo mandato do Presidente Lula. E, (T3), “Descrença” (jan/2011-dez/2014), do início do governo Dilma até o final de seu primeiro mandato.

Os primeiros anos do século XXI foram decisivos para o aprofundamento da dominação financeira no caso particular brasileiro (T1). A Bovespa, que esteve estagnada durante todo o governo FHC⁶ (1995-2002), ganhou um poderoso aliado na figura do Presidente Lula, que mesmo tendo uma visão ideológica contrária à lógica do mercado financeiro (GOIS, 2009), convergiu com a elite financeira já no período de sua candidatura com a publicação da Carta ao povo brasileiro⁷ (GRÜN, 2005). E, desempenhou um papel importante na aceitação dos pressupostos da visão financeira do mundo por setores ligados à esquerda do espectro político que resistiam às pressões do mercado (FOLHA ONLINE, 2002; GRUN, 2013).

⁵ Pode-se afirmar que, em termos de índice, o período mais otimista da Bovespa aconteceu nas semanas seguintes ao anúncio do *investment grade*, especialmente no dia 20/05/2008, quando atingiu 73.516,8 pontos.

⁶ Fernando Henrique Cardoso.

⁷ Ver ANEXO II.

O embate pela aceitação cultural da visão financeira no Brasil remete às privatizações do governo FHC, quando houve uma disputa entre governo e oposição sobre a composição dos fundos que iriam participar dos leilões. A forma viabilizada entre governo e mercado defendia a participação dos “fundos *private equity*”, o favorito dos financistas, que dava liberdade suficiente aos novos proprietários fazerem o que quisessem com as empresas adquiridas, dispensando satisfações aos acionistas minoritários. Porém, houve oposição a este modelo generalizada na classe política brasileira, tanto direita quanto esquerda, que defendiam abertamente o modelo da “governança corporativa”, que privilegia em grau maior a autonomia das empresas e de seus acionistas, levando a um impasse com as autoridades monetárias que culminou na suspensão das fases seguintes das privatizações (GRÜN, 2005; 2013).

O modelo de “governança corporativa” tem como pilares o respeito aos direitos dos acionistas minoritários, a transparência nos procedimentos das empresas e a possibilidade de aquisição do controle acionário através da compra de suas ações. É um modelo menos radical que os “fundos *private equity*”, mas ainda assim privilegia a visão do mercado, onde o investidor é o soberano, em detrimento da visão interna dos administradores, sendo defendido por razões óbvias pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pela Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) como uma virtude essencial e saudável da economia das sociedades. Neste sentido, a luta em defendê-lo como arma contra os “fundos *private equity*”, acabou por legitimar uma visão financeira da realidade, que atingiu até mesmo o senso comum, numa verdadeira revolução cognitiva resultante da crítica direta de grupos historicamente contrários à lógica dos mercados (GRÜN, 2009), mas que atraídos para o campo financeiro, impulsionaram um salto no número de investidores em ações de 85 mil em 2002 para 536 mil em 2008⁸.

“Veem-se atores vindo do mundo sindical e político empunhando, de maneira muito mais decidida, as bandeiras da “transparência”, do “direito dos minoritários” e da “democracia dos acionistas” [...] um discurso que poderia parecer apenas oportunista quando vocalizado pelos advogados e economistas

⁸ Disponível em <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em 11/12/2015.

profissionais de origens patrícias se tornava mais crível na boca dos recém-chegados ao mundo financeiro” [...] não é por acaso que [a governança corporativa] oferece bons argumentos para dourar a imagem dos mercados financeiros [...] e acaba sendo apropriada por atores cujos capitais iniciais para a entrada nas elites são oriundos do campo político ou da militância social (GRÜN, 2013, p. 187; 2009, p. 156).

Neste contexto (T1), a BM&FBovespa buscou popularizar o investimento em ações, fazendo campanhas na mídia e através dos programas de educação financeira, em especial o “Bovespa vai até você”, utilizando linguagem simplificada para desmistificar a bolsa e incentivar o público a investir. Divulgava seu novo sistema *Home Broker*, uma ferramenta interativa de informações que permite aos investidores comprar e vender ações a partir de suas residências via Internet. “Um grande número de investidores entraram sozinhos na bolsa de valores, por intermédio do poder da tecnologia” (CASTELLS, 2003, p. 195), e, nesse sentido, o Brasil seguiu uma tendência mundial que já vinha acontecendo desde a segunda metade dos anos 1990.

Notícias divulgadas pelo jornalismo econômico apontavam a BM&FBovespa como “a melhor opção de investimento” no momento (CUCOLO, 2006). Havia também muitos “gurus” financeiros que ganharam notoriedade publicando livros e dando palestras sobre como gerir investimentos (LEITE, 2011). E quando foi anunciada a “redução do risco país” pela *agência de rating* Standard and Poor’s, em abril de 2008, qualificando o Brasil como padrão “*investment grade*”, todos comemoraram, desde o Presidente Lula (G1, 2008) até as agências de notícias internacionais (SMITH, 2008). O Brasil havia demonstrado seriedade em cumprir seus compromissos com o mercado financeiro. Os preços das *commodities* estavam muito altos no mercado internacional e a China, país que estava em forte crescimento, comprava do Brasil em abundância (COLOMBO, 2015). O Brasil não era mais “o país do futuro”, pois o futuro havia chegado. A crise do *subprime* deflagrada em 2007 não era aqui. E, caso chegasse, não seria mais que simples “marolinha”, conforme palavras do Presidente Lula (GALHARDO, 2008). “Aqui e acolá um otimismo sem fundamento tomou forma”, diz Touraine (2011, p. 18) sobre a situação mundial no período, que reflete também a situação do Brasil, em que

o otimismo estava plenamente instalado no momento que a BM&FBovespa atingia marcas históricas.

Propõe-se nesta pesquisa investigar se/como uma conjunção de fatores formou uma crença coletiva otimista no mercado financeiro brasileiro, conforme já visto em outros mercados em outras épocas, como a crise de 1929, a tulipomania, a Companhia das Índias Orientais, etc. (MACKAY, 1980; STEINER, 2006). Nesta acepção, busca-se comprovar se o círculo de crença (cf. BOURDIEU, 2002) que se formou ao redor da BM&FBovespa, e foi legitimado e consagrado pelo jornalismo econômico, não seria mais uma demonstração da “profecia que se cumpre por si mesma” (MERTON, 1968; STEINER, 2006), em que

A evolução dos preços transforma-se numa auto-referência no sentido de que a crença (mesmo sem fundamento) em dada evolução basta para fazê-la advir, e a observação subsequente dos preços, que constata essa evolução, a confirma e dá origem a uma bolha especulativa cujo destino é desaguar em uma crise assim que as crenças se invertem (STEINER, 2006, p. 114).

Ou, conforme o postulado original de Robert Merton (1968), “os homens não reagem somente aos traços objetivos de uma situação, como também, e às vezes principalmente, no sentido que a situação tem para eles” (MERTON, 1968, p.516). Ainda,

“em matéria financeira, nem se pensa em fazer como se os comportamentos seguidistas ou os processos de contágio não desempenhassem qualquer papel, quando não cessam de regressar, na pena dos analistas ou dos historiadores que estudam os mercados bolsistas ou os mercados cambiais, [...] mesmo que possa levar a configurações subóptimas” (ORLÉAN, 2002, p. 118).

Em relação ao predomínio da doxa financeira, o destaque desse período (T1) foi a tentativa do Presidente Lula, logo no início de seu primeiro mandato, de fazer valer a Lei da Usura (decreto 22.262 de 07.04.1933), que já existia desde 1930, mas nunca havia sido regulamentada. Na ocasião, Lula foi atacado por economistas e financistas através do jornalismo econômico, além

dos próprios comentaristas, que traduziram a notícia para a sociedade como mera tentativa de tabelar os juros. A tentativa foi chamada de “jurássica”, descabida, regressista, e reveladora de um pensamento econômico medieval (GRÜN, 2011b, p. 105). E foi veementemente rejeitada tanto pela classe política quanto pelo senso comum. Os partidários de Lula também eram contra. Diante dessa reação, Lula se calou e não tentou mais intervir nos mercados, pois ficou claro que o governo não deveria interferir no seu “bom funcionamento” (GRÜN, 2011b), revelando uma situação clara de violência e dominação simbólica (cf. Bourdieu, 1997).

A crise de 2008 teve como motor a especulação financeira motivada pela *taxa de juros* estar muito baixa nos Estados Unidos (situação bastante diversa da praticada no Brasil) que permitiu muitos norte-americanos comprarem sua primeira casa própria, enquanto para outros permitiu tomar empréstimos e financiar suas próprias casas ou até mesmo comprar mais de uma, num movimento especulativo vindo da própria população. Nesse sentido, a crise representou um otimismo generalizado que fundiu os interesses dos financistas com o povo norte-americano, demonstrando que não há de fato um determinismo fatalista do mundo das finanças (GRÜN, 2013), pois o interesse financeiro perpassa as camadas sociais, que também demandam por financiamentos especulativos.

A euforia pré-crise não é novidade quando se fala em bolhas, especulação e crise, pois remete a movimentos históricos relacionados a manias sociais que se tornaram populares em outras épocas, como a *tulipamania* na Holanda, a especulação na Companhia das Índias Orientais ocorrida na Inglaterra, a crise do encilhamento no Brasil, a crise de 1929 nos Estados Unidos, até mesmo a caça de relíquias religiosas durante as cruzadas e as navegações em busca de ouro em continentes até então desconhecidos (MACKAY, 1980). Em nossa sociedade, em termos legais, a busca pelo lucro é vista como inofensiva, fruto de um embate que remete à idade média, onde a “avareza” não representava perigo se comparada com outras “paixões”, que precisavam ser controladas, o que levou o *interesse* a se tornar o principal alicerce filosófico no desenvolvimento do capitalismo no modelo atual (HIRSCHMAN, 2002).

O otimismo que antecedeu a crise de 2008 nos Estados Unidos foi muito similar ao da *crise do encilhamento*, ocorrida nos primeiros anos da República do Brasil, no ano de 1891. O governo brasileiro concedia *créditos industriais* para a população comprar ações de empresas, no caso, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o que motivou um otimismo exacerbado que tinha como lema “cavalo encilhado só passa uma vez”, referindo-se a *oportunidade única* de ganhar dinheiro na compra de ações dessas empresas. Porém, poucos sequer as conheciam, outras ficavam a semanas de viagem ou nem mesmo existiam. Surgiram muitos papéis de empresas falsas, numa sociedade que já era assolada pelo problema da *moeda falsa*. Mesmo assim, o otimismo superava todas as desconfianças, e a população comprou as tais ações, até que finalmente a crise chegou e se constatou que muitos daqueles papéis não valiam nada (FRANCO, 2009; TAUNAY, 1971). Desse modo, podemos dizer que foi assim que os bancos norte-americanos ficaram no momento da crise de 2007-2008, com papéis sem liquidez em suas mãos, da mesma maneira que o governo brasileiro ficou com as cartas de crédito do encilhamento. Conforme retratou o poeta Machado de Assis, um dos cronistas da época, que vivenciou pessoalmente esta crise, “encilhamento [...] quem não viu aquilo não viu nada!” (ASSIS, 1904, p. 88).

Baseada no *interesse* dos financistas e da população, uma bolha se acumulou no mercado imobiliário norte-americano. Quanto mais os clientes *subprime* adquiriam os financiamentos, mais subiam os preços das casas e fomentava o sistema financeiro a gerar novos financiamentos. Porém, a intenção do governo norte-americano não era essa. A ideia era que todo cidadão um dia viesse a ter sua casa própria, o que pode ser resumido num pronunciamento feito pelo Presidente Bush em 2002: “Podemos levar luz onde há escuridão, e esperança onde há desânimo nesse país. E, parte disso é trabalhar em conjunto, como nação, para encorajar as pessoas a possuir suas próprias casas” (BECKER, 2008, tradução minha). Mas, não foi exatamente o que aconteceu.

Quando o governo norte-americano elevou as taxas de juros, após um longo período de juros baixos, levou à inadimplência muitos dos clientes *subprime* e, como consequência, a quebra de muitos bancos que financiaram a bolha imobiliária. Nesse âmbito, o mercado “declarou crise”, que veio

carregada de “interesses materiais”, no sentido de obter ajuda financeira do Estado para salvar o sistema financeiro (obtiveram mais de um trilhão de dólares), e o “interesse ideal” em manter a doxa financeira dominante na determinação das possíveis soluções para a crise (GRÜN, 2011a; WEBER, 2012).

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo, todo o poder que detêm sobre as taxionomias instituídas [...] (BOURDIEU, 1989, p. 146).

A “declaração de crise” e a aceitação ampla da visão dos financistas sobre as possíveis soluções refletem uma dominação cultural do mundo das finanças, tendo em vista que a crise seria uma oportunidade para os governos e outros setores da sociedade que são contra o predomínio financeiro intervirem em seu funcionamento. Mas, a declaração vem em sentido de “socorro extraordinário”, uma vez que a intervenção nos mercados em “tempos normais” está fora de questão. Todavia, crises anteriores demonstram que essa situação é nova na sociedade contemporânea, como demonstra a história de crise de 1929 (GRÜN, 2011a).

Alguns estudos feitos por sociólogos apontam que durante a história dos mercados financeiros as crises econômicas foram seguidas por algum tipo de intervenção do Estado, *não* no sentido exclusivamente econômico, como vimos na crise de 2008, mas no sentido de aumentar a regulamentação sobre as operações financeiras, com o objetivo de diminuir a especulação e o excesso de otimismo que normalmente as precedem. Observou-se que quando o controle do Estado aumentava, o otimismo dos especuladores diminuía. Porém, passado algum tempo, a necessidade de controle também diminuía, pois o otimismo já era menor, dando espaço para um novo ciclo completo do otimismo à crise (ABOLAFIA, 2014). Um exemplo dessas intervenções foi a “guerra contra os *bucketshops*”, ocorrida nos Estados Unidos a partir do século XIX, que ganhou força com a crise de 1929.

Nos anos que se seguiram à crise de 1929, o Estado interviu no *modus operandi* dos mercados visando evitar uma nova crise. Um debate sobre a

especulação nas bolsas que já vinha acontecendo desde o século XVIII e que ganhou força com a crise envolvendo os *bucketshops*, casas de apostas em ações em que os clientes não compravam de fato as ações, apenas *jogavam* nas flutuações dos preços *contra* o estabelecimento. A conclusão do debate em nível jurídico foi que os *bucketshops* tinham sua parcela de culpa na crise e seu modelo de negócio deveria ser abolido (o que é certamente duvidoso, pois justamente pelo fato de não estarem efetivamente conectados com as bolsas de valores não haveria a mínima possibilidade de terem causado a queda de *Wall Street* em 1929). Mas, algo precisava ser feito para acalmar a opinião pública, que estava indignada com os mercados financeiros pela grande recessão dos anos 1930. Como resultado, os *bucketshops* foram fechados ou convertidos em casas de corretagem oficiais (*brokerage houses*) (GOEDE, 2010). Mas, nem esta nem outras intervenções solucionaram o problema das crises cíclicas do capitalismo (CASTELLS, 1979; MARX, 1988).

Num segundo sentido, a “guerra contra os *bucketshops*” (cf. GOEDE, 2010) estabeleceu as bases atuais da dominação financeira nos Estados Unidos, pois alavancou a profissionalização do setor, que passou a ser encarado com mais seriedade. Assim, a diferença entre *jogatina* e *finanças* foi estabelecida, pelo menos teoricamente. Um dos primeiros textos que trabalhou esta distinção é *Risk and Risk-Bearing*, de Charles O. Hardy (1923). Seu texto apontava que os riscos são inerentes à indústria, que não há como evitá-los, e por isso, ao dispor suas ações à venda no mercado, as empresas *transferem estes riscos para os especialistas*, que são “homens responsáveis, capazes de antecipar os movimentos do mercado e de assumir o risco em suas costas”, atribuindo um papel social na cadeia produtiva para o *especulador profissional* e, simultaneamente, incluindo-os numa dimensão ética e moral próxima ao tipo ideal ascético dos primórdios do capitalismo proposto por Weber (2013). Hardy (1923) enumerou diversos tipos de riscos nos quais este profissional deveria ocupar-se em analisar, e seu livro serviu de base para construção de um *domínio profissional legítimo*, estabelecendo uma autonomia das esferas morais, sociais e religiosas, que tradicionalmente eram um problema para os especuladores norte-americanos.

Pode-se dizer que, a partir da guerra contra os *bucketshops* e das proposições de Hardy (1923), o mercado financeiro absorveu a crítica da crise

de 1929 e entrou numa nova fase (BOLTANSKI, 1999) que seria o germe da dominação financeira do século XXI. Pouco a pouco a lógica de mercado foi prevalecendo nessas disputas e encontrando novos caminhos, até o ponto que, hoje em dia, assistimos a reencarnação dos *bucketshops* como algo normal. Há milhares de investidores (especuladores, *traders*, financistas, etc.) negociando os chamados “spread betting”, que se trata de uma aposta dos clientes contra as corretoras, sem diferença alguma da jogatina dos *bucketshops*, exceto por se realizar *online*, remotamente, e serem pagas via cartão de crédito. O “spread betting” é entendido como um instrumento financeiro “moderno” e, juntamente com a economia, ascendeu para outra esfera, à parte da sociedade, e não há interesse coletivo suficiente para interferir no funcionamento dos mercados, conforme demonstrou a crise de 2007-2008 (GRÜN, 2011; TOURAIN, 2011).

A velha máxima de que os fatos acontecem primeiramente como tragédia, e depois se repetem como farsa (MARX, 1852) ainda reflete os acontecimentos da última grande crise, pois esta foi causada pelo problema da superacumulação do sistema capitalista, que já foi analisada anteriormente por muitos sociólogos (CASTELLS, 1979; HARVEY, 2013; MARX, 1988). Os motivos intrínsecos ao sistema financeiro que geraram a crise de 2008 ainda são os mesmos (TOURAIN, 2011). E, nesse cenário, a doxa financeira vem prevalecendo cada vez mais ao conquistar adeptos no campo político.

A dominação financeira deve ser entendida justamente como a construção e manutenção do novo espaço de equivalências em que as elites integrantes do campo do poder na sua generalidade aceitam os parâmetros do senso comum financeiro como as balizas fundamentais que julgam quaisquer iniciativas ou problemas da sociedade contemporânea (GRÜN, 2011a, p. 334).

No Brasil, mesmo depois de deflagrada a crise nos Estados Unidos, o otimismo continuou na Bovespa. Porém, apenas um mês após o “*investment grade*”, a queda começou. A nova BM&FBovespa entrou em declínio contínuo por vários meses, caindo abaixo dos 30 mil pontos. Muitas empresas brasileiras foram afetadas diretamente pela súbita valorização do dólar, sendo este um dos principais efeitos imediatos da crise no Brasil, tais como a

Votorantim, Aracruz e Sadia, entre outras (TCU, 2009). Numa versão à brasileira da crise, empresas da *economia real* precisaram de ajuda, além das instituições financeiras. O governo Lula, diante do cenário econômico mundial de crise, seguiu o exemplo de outros países, e fez aquilo que a lógica financeira recomendava, destinando 24 bilhões de reais para os bancos com problemas de insolvência, além de autorizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem ações de empresas e instituições financeiras, visando interromper a queda (GRÜN, 2011a; 2011b; TCU, 2009).

O destaque desse período (T2) foi a ajuda prestada ao mercado pelo governo brasileiro, justificada através do relatório “ações do governo para reduzir os efeitos da crise”, emitido pelo Tribunal de Contas da União, exercício de 2009 (TCU, 2009). É importante mencionar que a doxa financeira classificou a atitude do governo Lula como “*corajosa e virtuosa*”, deixando claro que em “*tempos normais*” (T1) a sociedade transfere uma quantidade imensa de renda para os financistas, especialmente através dos juros altos praticados no país, e também durante as crises (T2), pois é imposto à sociedade pagar a conta dos desenvolvimentos negativos do mundo das finanças. Nesse âmbito, algumas perguntas ficam em aberto: O dinheiro destinado às instituições financeiras será ressarcido ou representa uma doação a um fundo perdido? Há prestação de contas? Não seria melhor estatizar o sistema financeiro em vista de sua fraqueza? O custo de salvar o sistema financeiro compensa os benefícios sociais trazidos por ele? (GRÜN, 2011b).

Passado o momento em que a doxa financeira esteve em cheque, houve uma reversão clara em seu discurso, visando restabelecer seu domínio sobre a narrativa da crise (GRÜN, 2011a), silenciando ao máximo os questionamentos sobre sua atuação, através do reenquadramento dos acontecimentos do período de crise. As medidas “*corajosas e virtuosas*” realizadas pelo governo Lula para salvar o mercado em (T2) passaram a ser interpretadas como “*gastança promovida por Lula para eleger Dilma*” em (T3). Desde então, assistimos a restauração da doxa financeira através das altas taxas de juro praticadas no país, que são revertidas em lucros exacerbados para o mercado financeiro, aliada com a necessidade de um superávit primário para custear as despesas do governo, o que aumenta os impostos sobre a população. Tal situação configura a *dupla articulação* proposta por Florestan

Fernandes (2005) e também de violência simbólica, através da dominação cultural da visão financeira do mundo, que “se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22) (GRÜN, 2011a).

De acordo com Touraine (2011), a crise de 2007-2008 revelou um mundo em que as pessoas não encontram mais base de apoio que proteja seus interesses e defenda suas perdas, pois os indivíduos e as categorias sociais estão aprisionados no universo dos interesses dominantes da economia. O sistema econômico está separado dos indivíduos e ninguém pode pretender ter *controle real* sobre ele, o que tem levado a sociedade a buscar fundamentos não sociais para suas reivindicações. A opinião pública não se mobilizou para cortar as raízes da crise, assim como os Estados também estão impotentes perante o capitalismo global.

Por razões como essas, as paixões políticas estão em declínio desde os anos 1970, quando o neoliberalismo iniciou sua ascensão, e os atores se veem obrigados a depender exclusivamente de si mesmos e de seus direitos, tendo em vista que o mundo social está sendo destruído rapidamente pela globalização da economia (TOURAIN, 2011).

[...] os atores não são mais motivados por seus interesses sociais e econômicos, mas pela vontade de defender seus *direitos*, isto é, de fundar seu desejo de liberdade e de justiça sobre a consciência de carregar em si mesmos o sujeito humano. [...] Os grandes debates de hoje são travados, portanto, em nome dos direitos humanos ou contra eles, e não mais visando instituir esta ou aquela forma de propriedade e de poder (TOURAIN, 2011, p. 141 e 81).

Em sociologia, entende-se que uma das características mais visíveis das recessões graves é que elas tendem a acelerar mudanças econômicas profundas que já estavam em curso (CASTELLS, 2013). E, o destaque do período (T3) é a ausência de força integrada na contestação da ordem financeira vigente; no restabelecimento da doxa financeira (GRÜN, 2011a); no enriquecimento de muitos bancos no pós-crise; na crítica dos financistas sobre a atuação dos governos durante a crise; na desigualdade mundial que está

cada vez maior e no acúmulo de força na arena dos direitos humanos, embora difusa, fruto do redirecionamento do debate do campo político, econômico e social para uma dimensão moral de alta complexidade (ETZIONI, 1988; TOURAIN, 2011) e, especialmente no que se refere esta pesquisa, numa descrença do próprio jornalismo econômico nos especialistas do mercado e no mercado como instrumento de emancipação individual em si, resultado de anos seguidos de índice em baixa.

A partir do exposto até o momento, a temática desta pesquisa é a *crise sob o olhar do jornalismo econômico, utilizando como dados empíricos as notícias, em especial com foco na BM&FBovespa*, em que se busca traçar uma anatomia semântica da *dominação financeira* através das reportagens divulgadas nos períodos (T1), (T2) e (T3), buscando identificar elementos comuns às notícias que nos ajudem a compreender de que forma a “neutralidade” da mídia contribui na reprodução social da dominação financeira. E, revelar de que forma(s) uma situação plena de crença se transforma em descrença ao atravessar uma crise de confiança generalizada (T3).

O problema de pesquisa proposto neste projeto pode ser traduzido na seguinte pergunta: “*É possível compreender através das notícias publicadas sobre a BM&FBovespa, de que forma(s) o jornalismo econômico se articulou com a doxa financeira em (T1), (T2), e (T3), dando o significado “neutro” que reproduz a lógica da dominação financeira*”, mesmo em momentos de crise”?

O primeiro postulado é que “em (T1), o jornalismo econômico foi contagiado pelo otimismo generalizado no cenário econômico brasileiro, divulgando notícias positivas e fazendo muitas recomendações de compras de ações, deixando de lado a cautela e embarcando junto na lógica do “sucesso financeiro” promovida pela BM&FBovespa. O segundo postulado refere-se a (T2), quando a doxa financeira apoiou-se no jornalismo para justificar a “declaração de crise”, divulgando notícias que privilegiaram a ortodoxia econômica, promovendo um “esquecimento” do otimismo do período anterior (T1) e neutralizando uma possível oposição aos mercados. O terceiro postulado refere-se ao momento (T3) em que a ordem financeira deixou de ser questionada, embora desacreditada como instrumento de emancipação, instalando-se novamente a dominação financeira na sociedade e uma descrença na BM&FBovespa que perdura até hoje.

Desta forma, esta pesquisa buscou entrar no mundo das bolsas de valores, das crises, dos investidores e dos jornalistas econômicos, e utilizar o arsenal teórico da Sociologia Econômica para objetivá-los, visando contribuir no entendimento de crises econômicas graves como a que ocorreu em 2007-2008, e que não passou apenas de uma simples “marolinha” (GALHARDO, 2008). Por outro lado, de nenhuma forma aqui se busca contestar a importância dos mercados financeiros ou revelar erros de avaliação de especialistas do mercado ou do jornalismo, mas, justamente, compreender de que forma essas articulações acontecem, para no futuro estarmos cientes do passado, quando o ciclo recomeçar, cientes de que

a bolsa é simplesmente indispensável em qualquer organização da sociedade que não seja rigorosamente socialista, [pois], ainda que as nações vivam em paz no plano militar, travam umas com as outras uma luta econômica pela própria existência e pelo poderio econômico, [...] que seja feita justiça à necessidade <<ética>> de velar, em última análise, para que fanáticos ou apóstolos ingênuos da paz econômica não desarmem a própria nação (WEBER, 2004, p. 57, 150-151, grifo do autor).

A crise de 2007-2008 está carregada de sentidos que vão muito além das perdas financeiras, e que ainda estão por serem decifradas. No próximo subcapítulo, abordaremos as questões metodológicas referentes ao estudo.

1.1. METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta pesquisa propõe a *análise qualitativa* dos períodos (T1), (T2) e (T3) na *Folha de São Paulo*, que pertence ao Grupo Folha, e na *Revista Exame*, que pertence a Editora Abril. Tais veículos foram escolhidos primeiramente por serem diferenciados na sua formação de capital e por possuírem editorias próprias. Em segundo, a FSP é um dos jornais mais lidos do país, segundo a ANJ - Associação Nacional de jornais⁹, e ocupou o primeiro lugar de vendas no país em oito anos do período analisado (2004-2014), e, o segundo lugar nos anos que não esteve em primeiro. A RE, por sua vez, foi

⁹ Disponível em <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 23/06/2016.

escolhida para criar um contraste entre a visão voltada para um público amplo e popular da FSP, com uma visão mais especializada sobre os mercados financeiros, tendo em vista a RE ser “o principal veículo da imprensa de negócios brasileira” (DONADONE, 2000, p.5), voltada para um público formado principalmente por gerentes e empresários (DONADONE, 2000). Espera-se assim, uma visão mais completa do jornalismo econômico do Brasil: Do popular ao especialista.

Por razões técnicas, os *websites* da FSP e RE possuem buscadores próprios, em que é possível selecionar tanto períodos como expressões específicas, se mostrando uma ferramenta ideal para pesquisa qualitativa. Além disso, o buscador próprio dos *websites* nos afasta dos buscadores comuns da Internet (Google, Yahoo!, Bing, etc.), em que ocorre um armazenamento no “*cache*” do computador que está sendo utilizado, elemento que pode influenciar os resultados de pesquisa e prejudicar a análise.

A metodologia utilizada é *análise de conteúdo*, técnica já bastante antiga nos estudos da sociedade, que remete a estudos feitos na Idade Média sobre textos sagrados e políticos, naturalmente naquela época ainda sem rigor científico. Neste sentido, o primeiro estudo considerado científico foi feito por Harold Laswell (1902-1978), quando este fez um estudo sobre a propaganda na primeira guerra mundial¹⁰. A partir daí a análise linguística foi incorporada aos estudos sociológicos, estudos de símbolos, semiologia, etc. E, em especial ao que se refere a esta pesquisa, a busca pelas *características ausentes* nos textos e a *contingência* entre diferentes variáveis.

As principais etapas da análise de conteúdo são 1) a pré-análise; 2) a exploração do material, e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Neste capítulo pretende-se apresentar a *pré-análise*, que é a fase de organização propriamente dita, que possui basicamente três missões: 1) a escolha das notícias a serem analisadas; 2) o desenvolvimento de objetivos e hipóteses e 3) a elaboração de indicadores que sirvam de base para a interpretação final (BARDIN, 2002).

O critério de seleção utilizado para coletar as notícias baseou-se essencialmente na busca de notícias que apresentassem certa *densidade* entre

¹⁰ LASSWELL. Harold. Propaganda technique in the World War. New York: Peter Smith, 1938.

os elementos que a constituem. Buscaram-se notícias que apresentassem uma *discussão densa* sobre a BM&FBovespa e o cenário que a envolveu no período 2004-2014, em especial o clima de otimismo que antecedeu a crise 2007-2008 e a descrença que a sucedeu. Quanto mais rica a notícia em termos de *posicionamentos* sobre a BM&FBovespa, que articulasse o cenário internacional, a crise, estratégias de investimento, recomendações de compra/venda, o governo brasileiro, a “ascensão” da BM&FBovespa, etc., mais próxima dos objetivos dessa pesquisa ela estaria. Buscou-se no detalhe o *sentimento* do mercado a partir de centenas de notícias, buscando expressões como “o mercado está desconfiado”, “é/não é o momento de comprar ações”, “a crise deixou os investidores temerosos”, “a carteira recomendada do banco X é XPTO”, “a crise foi causada por...”, “o Brasil não foi atingido pela crise internacional”, etc. Em outras palavras, buscou-se algum sentido de *crença* ou *descrença* nas afirmações dos jornalistas.

Desde o início deste projeto, a proposição inicial (objetivo) desta pesquisa é *identificar se/como a doxa financeira neutraliza o jornalismo econômico em favor de seus interesses e de que forma isso acontece*. Buscou-se então recortar o período 2004-2014 em (T1) (T2) (T3) para que tivéssemos uma base *hipotética* dos interesses do mercado, pois sabemos o que significou cada período: (T1) foi o período em que a Bolsa estava em alta. O interesse dos grandes financistas era que todos participassem do mercado, que a BM&FBovespa crescesse. Quanto mais pessoas participando, mais subiriam suas ações. O *jornalismo econômico atendeu os interesses dos financistas atraindo novos investidores (hipótese 1)*. Em (T2) a crise de 2007-2008 chegou ao Brasil, mais de um ano após ter emergido nos Estados Unidos. Os grandes financistas venderam suas ações da BM&FBovespa e, pelos índices que acompanhamos até hoje, ainda não voltaram. O *jornalismo econômico se posicionou de maneira neutra (hipótese secundária 1)*. Em (T3) a BM&FBovespa ainda não havia superado o auge de junho de 2008. O interesse dos grandes financistas internacionais parece não estar mais no Brasil. O *jornalismo econômico vive um período de descrença na BM&FBovespa (hipótese secundária 2)*.

As notícias selecionadas foram as que apresentaram a maior descrição densa sobre a BM&FBovespa e o contexto que a envolveu, porém, sem análise

prévia, de maneira que outro cientista possa obter resultados semelhantes. Foram selecionadas 66 notícias no período de 11 anos que compreende a análise (2004-2014), 33 da Folha de São Paulo e 33 da Revista Exame. Cada ano foi dividido em três partes (quadrimestres), no qual foi selecionada uma notícia para cada uma destes períodos, de cada um dos dois veículos (2 veículos x 3 quadrimestres x 11 anos = 66 notícias). Desta forma, o período T1 compreende 13 notícias (1 até 13); T2 possui 8 notícias (14 até 21) e T3 12 notícias (21 até 33), conforme os Quadros 1 e 2 a seguir:

Quadro 1

Amostras colhidas da Revista Exame

| Amostra | Lead ¹¹ | Data | Autor e Editorial |
|---------------|---|------------|--|
| RE_T1_2004(1) | Pessoas físicas lideram negócios na Bovespa | 04/02/2004 | Editorial, de Exame |
| RE_T1_2004(2) | Façam suas apostas | 03/06/2004 | Giuliana Napolitano, de Exame |
| RE_T1_2004(3) | Participação de pessoas físicas cresce na Bovespa | 23/09/2004 | Márcio Juliboni, de Exame |
| RE_T1_2005(1) | A Bolsa em outro patamar | 18/04/2005 | Cláudio Gradilone, de Exame |
| RE_T1_2005(2) | Depois da inflação, o custo do dinheiro | 27/06/2005 | Editorial, de Exame |
| RE_T1_2005(3) | Os operadores choram. Os investidores não | 05/10/2005 | Giuliana Napolitano, de Exame |
| RE_T1_2006(1) | O Brasil descobre a Bolsa | 24/03/2006 | Cláudio Gradilone e Giuliana Napolitano, com Reportagem de Suzana Naiditch, de Exame |
| RE_T1_2006(2) | 9 razões para entrar na bolsa | 19/05/2006 | Marcos Gusmão, de VOCÊ S/A |
| RE_T1_2006(3) | O mercado é mais forte que ele | 02/11/2006 | José Roberto Caetano, de Exame |
| RE_T1_2007(1) | A bolsa na vida dos brasileiros | 19/04/2007 | Giuliana Napolitano, |

¹¹ Lead é um termo utilizado no jornalismo que significa o primeiro parágrafo de uma notícia, geralmente colocado em destaque, com o objetivo de atrair o leitor. Pode ser constituído também por uma única sentença (LAJE, 2012).

| | | | |
|---------------|--|------------|---|
| | | | de Exame |
| RE_T1_2007(2) | Bovespa, 50 mil pontos, precisa enfrentar desafio da popularização | 03/05/2007 | João Sandrini, de Exame |
| RE_T1_2007(3) | A Bovespa ganha vida própria | 27/12/2007 | Giuliana Napolitano, de Exame |
| RE_T1_2008(1) | Emoção garantida | 07/02/2008 | Eduardo Salgado, de Exame |
| RE_T2_2008(2) | A hora da verdade (para a bolsa brasileira) | 24/07/2008 | Eduardo Salgado e Giuliana Napolitano, de Exame |
| RE_T2_2008(3) | Para que servem os analistas? | 27/11/2008 | Tiago Lethbridge, de Exame |
| RE_T2_2009(1) | Em busca da estabilidade perdida | 05/03/2009 | Eduardo Salgado e Carolina Meyer, de Exame |
| RE_T2_2009(2) | O brilho da bolsa | 20/08/2009 | Giuliana Napolitano, de Exame |
| RE_T2_2009(3) | Bolsa lidera ranking dos investimentos mais rentáveis em 2009 | 31/12/2009 | Eduardo Tavares, de Exame |
| RE_T2_2010(1) | A classe C vai à bolsa | 21/01/2010 | Guilherme Fogaça, de Exame |
| RE_T2_2010(2) | Seu Dinheiro | 09/06/2010 | Guilherme Fogaça, de Exame |
| RE_T2_2010(3) | Crise europeia vai piorar em 2011 e Bovespa pode cair 30%, prevê Ricardo Amorim. | 15/12/2010 | Luís Artur Nogueira, de exame.com |
| RE_T3_2011(1) | Bovespa está barata, diz Geração Futuro | 05/04/2011 | João Sandrini, de exame.com |
| RE_T3_2011(2) | O que o investidor precisa saber sobre a crise | 09/08/2011 | Julia Wiltgen, de EXAME.com |
| RE_T3_2011(3) | "Bolsa não é para pessoas físicas", diz especialista | 03/11/2011 | João Sandrini, de EXAME.com |
| RE_T3_2012(1) | Para analistas, Bovespa baterá renda fixa em 2012 | 05/01/2012 | João Sandrini, de EXAME.com |
| RE_T3_2012(2) | A Bovespa esfriou. O que fazer com as ações? | 01/07/2012 | Adriana Carvalho, da VOCÊ S/A |
| RE_T3_2012(3) | Em 2013, fuja do Ibovespa e vá para "small caps", diz HSBC | 05/12/2012 | Eduardo Tavares, da Arena do Pavini |
| RE_T3_2013(1) | Bovespa tem o pior desempenho | 01/02/2013 | Beatriz Souza, de |

| | | | |
|---------------|---|------------|--|
| | do mundo em janeiro | | EXAME.com |
| RE_T3_2013(2) | 23 corretoras recomendam ações para junho | 03/06/2013 | Priscila Yazbek, de EXAME.com |
| RE_T3_2013(3) | O que esperar da Bovespa em 2014? | 26/12/2013 | Beatriz Olivon, de EXAME.com |
| RE_T3_2014(1) | Ainda é cedo para voltar a investir na Bovespa | 17/02/2014 | Yolanda Fordelone e Gustavo Santos Ferreira, de AGÊNCIA ESTADO |
| RE_T3_2014(2) | Não fuja da Bolsa, diz ex-presidente da Bovespa | 06/06/2014 | Priscila Yazbek, de EXAME.com |
| RE_T3_2014(3) | Especialistas veem cenário difícil para a bolsa em 2015 | 26/12/2014 | Ana Luísa Westphalen e Claudia Violante, do Estadão Conteúdo |

Quadro 2

Amostras colhidas da Folha de São Paulo

| Amostra | Lead | Data | Autor e Editorial |
|----------------|---|------------|---|
| FSP_T1_2004(1) | Euforia | 12/01/2004 | Marcos Cintra, espaço "opinião" da Folha de São Paulo |
| FSP_T1_2004(2) | Investidor ganhou com a ortodoxia do PT | 03/05/2004 | Sandra Balbi, da reportagem local |
| FSP_T1_2004(3) | Lançamento de ações é o melhor desde 96 | 27/12/2004 | Fabricio Vieira, da reportagem local |
| FSP_T1_2005(1) | Campanha e Internet levam novatos à Bolsa de Valores | 11/04/2005 | Marcelo Billi, da FSP |
| FSP_T1_2005(2) | "A ganância venceu o medo", afirma Eris | 02/08/2005 | Fernando Canzian, da reportagem local |
| FSP_T1_2005(3) | Bolsa lidera investimento pelo 3º ano seguido | 30/12/2005 | Fabricio Vieira, da reportagem local |
| FSP_T1_2006(1) | "Bolha" não ameaça ações, dizem Analistas": <i>Multimercados, que aplicam em diferentes segmentos, também se destacaram em 2006; dólar caiu 8% no ano. Bovespa tem seu melhor ano desde 2003,</i> | 10/04/2006 | Cláudia Trevisan, da reportagem local |

| | | | |
|----------------|---|------------|--------------------------------------|
| | <i>mas ficou clara a sua dependência em relação aos investidores Estrangeiros</i> | | |
| FSP_T1_2006(2) | Volatilidade persistirá, mas ainda não é crise | 15/06/2006 | Sandra Balbi, da reportagem local |
| FSP_T1_2006(3) | Bolsa lidera ranking de aplicações no ano, com alta de 33% | 29/12/2006 | Fabricio Vieira, da reportagem local |
| FSP_T1_2007(1) | Estrangeiros vêm país menos Vulnerável: <i>Planeta tem grande liquidez de dinheiro e, com juros ainda altos, Brasil atrai recursos para o mercado e para a Produção. Com inflação controlada e gordas reservas em dólares, estabilidade do Brasil está conquistando a confiança dos investidores de fora.</i> | 30/04/2007 | Denyse Godoy, de Nova York |
| FSP_T1_2007(2) | Brasil é um dos mercados que mais perdem na crise: <i>Queda dos ativos do país em mercados só é inferior à da Turquia, aponta banco Índice do Morgan Stanley aponta queda de 17,6% nos ativos do mercado brasileiro no último mês; nos EUA, perda foi menor, de 5,16%</i> | 27/08/2007 | Fabricio Vieira, da reportagem local |
| FSP_T1_2007(3) | O ano da Bolsa: <i>Ingresso de empresas na Bovespa, volume de negócios nos pregões e valor das corporações atingiram recordes</i> | 31/12/2007 | Opinião (sem autor específico) |
| FSP_T1_2008(1) | Agência eleva Brasil a grau de investimento; Bovespa dispara 6,3% | 30/04/2008 | Folha Online: Mercado |
| FSP_T2_2008(2) | Hora da verdade | 11/08/2008 | Fernando Canzian, da FSP |
| FSP_T2_2008(3) | Bolsa foi a pior aplicação de 2008; dólar e ouro, as melhores | 30/12/2008 | Epaminondas Neto, da Folha Online |
| FSP_T2_2009(1) | Entenda como a crise financeira global afeta o Brasil | 04/02/2009 | Folha Online (sem autor específico) |
| FSP_T2_2009(2) | BM&FBovespa mira estrangeiros e | 12/08/2009 | Ygor Salles, |

| | | | |
|----------------|---|------------|--|
| | pequeno investidor para elevar negócios | | da Folha Online |
| FSP_T2_2009(3) | Bovespa foi investimento mais rentável do ano; dólar foi o pior | 30/12/2009 | Epaminondas Neto, da Folha Online |
| FSP_T2_2010(1) | Em sexto dia de ganhos, Bovespa fecha no maior nível em 23 meses | 05/04/2010 | Folha Online (sem autor específico) |
| FSP_T2_2010(2) | Analista vê cenário de indefinição para a Bolsa de Valores brasileira | 27/08/2010 | Epaminondas Neto, da Folha Online |
| FSP_T2_2010(3) | Bovespa fecha em alta, mas ganho em 2010 fica em apenas 1% | 30/12/2010 | Mariana Sallowicz, de São Paulo |
| FSP_T3_2011(1) | 70% dos brasileiros querem investir no exterior, diz pesquisa | 30/03/2011 | FSP (sem autor específico) |
| FSP_T3_2011(2) | BM&FBovespa mexe em diretorias para ganhar eficiência | 26/08/2011 | Da REUTERS (sem autor específico) |
| FSP_T3_2011(3) | Bolsas mundiais perderam quase US\$ 6,3 trilhões em 2011 | 31/12/2011 | FSP (sem autor específico) |
| FSP_T3_2012(1) | Com recuo de 4%, Bolsa lidera perda entre as aplicações em abril | 30/04/2012 | Tatiana Freitas, de São Paulo |
| FSP_T3_2012(2) | Ouro e Bolsa lideram ranking de aplicações em agosto | 31/08/2012 | Toni Sciarretta, de São Paulo |
| FSP_T3_2012(3) | Bovespa fecha última sessão de 2012 em alta e tem melhor ano desde 2009 | 28/12/2012 | Da REUTERS (sem autor específico) |
| FSP_T3_2013(1) | Mudando de assunto | 19/04/2013 | Luiz Carlos Mendonça de Barros, colunista da FSP até junho de 2015 |
| FSP_T3_2013(2) | Veja o que foi e o que será notícia na economia | 25/08/2013 | Samy Dana, ex-colunista da FSP |
| FSP_T3_2013(3) | Mercado reforça aposta em alta menor do juro básico em 2014; dólar cai | 10/12/2013 | De São Paulo, sem autor específico |
| FSP_T3_2014(1) | Bolsa cai pressionada por Vale e Ambev, mas fecha 2º mês no azul | 30/04/2014 | De São Paulo, sem autor específico |
| FSP_T3_2014(2) | PIB entra no jogo político e ajuda Bolsa a ter melhor mês desde 2012 | 29/08/2014 | Anderson Figo, de São Paulo |
| FSP_T3_2014(3) | Vale e bancos sobem, mas Bolsa opera | 30/12/2014 | FSP com REUTERS (sem autor) |

| | | |
|--|--------------------------------------|-------------|
| | no zero a zero; dólar cai a R\$ 2,65 | específico) |
|--|--------------------------------------|-------------|

No enfoque qualitativo, os dados coletados apresentados nos Quadros 1 e 2 visam apreender informações dos agentes do mundo jornalístico nas suas próprias formas de expressão: conceitos, percepções, imagens mentais, crenças, emoções, interações, pensamentos, experiências, processos e vivências individuais, grupais ou coletivas. E, “capturar completamente (ou quanto for possível até saturar as categorias) seus motivos subjacentes, significados e razões internas” (HERNÁNDES SAMPIERI, 2013). Por isso, buscou-se inferir o objetivo da pesquisa e as hipóteses a partir de 5 categorias iniciais: *Ascensão*, *descrença*, *cautela*, *crise* e “*BM&FBovespa*”, a fim de determinar a relação entre os períodos T1, T2 e T3 e uma possível articulação entre o jornalismo e os interesses dos financistas. Porém, na etapa de exploração do material, foram identificadas categorias adicionais que muitas vezes acompanhavam os sentidos de “crenças” que se pretende determinar, e que foram adicionadas à pesquisa para complementar as proposições teóricas. São elas: “*Cenário*”, “*Estado*”, “*Estratégias*”, “*Investment Grade*” e “*Ortodoxia*”.

Desta forma, o material foi explorado uma segunda vez em busca de notícias que contivessem a maior densidade de informações relacionadas aos 10 nós (categorias), embora nem sempre este objetivo tenha sido atingido. O motivo de tal evento está relacionado ao fato de ser possível notar claramente que após a crise (T3) os jornalistas “perderam o interesse” em falar sobre a BM&FBovespa, e as notícias passaram a empobrecer em seus significados e possíveis direções que o mercado deveria tomar. Por exemplo, em 2004, há um leque imenso de notícias com discussões densas, enquanto em 2014 notícias como essas se tornaram raridade.

A coleta de dados durou cerca de seis meses e passou por centenas de notícias que foram lidas e relidas em busca de “discussões densas” sobre a crise 2007-2008 que envolviam sempre como tema principal a BM&FBovespa. Partimos das categorias iniciais “ascensão”, “descrença”, “cautela”, “crise” e “*BM&FBovespa*”, como princípios da investigação e “nós” principais. Entretanto, no decorrer da pesquisa foram agregadas mais cinco categorias (“cenário”, “estado”, “estratégias”, “*investment grade*” e “*ortodoxia*”). A pesquisa foi realizada dentro do próprio site da RE e da FSP. Com relação ao custo

financeiro da coleta de dados, importante mencionar que os dados da RE foram obtidos gratuitamente, mas foi preciso realizar uma assinatura da FSP para ter acesso a todo o conteúdo do site.

No período 2004-2014, a RE apresenta 28.376 reportagens, enquanto a FSP 44.486. A palavra chave em todos os casos foi “Bovespa”. Naturalmente, devido à imensidate de reportagens, não seria possível ler todas inteiramente. Porém, a partir da análise prévia dos *leads* foi possível filtrar as notícias que nos interessavam, eliminando aquelas que falavam especificamente de análise de setores, reportagens sobre empresas (IPO’s, estimativas de “preços alvos”, etc.), processos civis (ex. Naj Nahas, escândalos) e, especialmente, reportagens simples de “fechamento do dia” e “indicadores econômicos”, que reduziram drasticamente para poucas centenas os números de reportagens da nossa amostra.

O “tipo ideal” de amostra seria aquela que apresentasse uma “discussão densa” e panorâmica, que articulasse o maior número de “nós” possíveis. É importante ressaltar que a média de nós final encontrada por reportagem é de cinco, e o número máximo que conseguimos atingir foi de oito em uma única notícia.

Em seguida, os dados empíricos foram inseridos no ordenador N-Vivo, produzido pela empresa QSR INTERNATIONAL, que assim como outros ordenadores possui a capacidade de realizar múltiplas tarefas, desde que lhe sejam inseridas instruções não ambíguas (BARDIN, 2002). As 66 notícias foram codificadas – um “*fishig expedition*”, ou análise exploratória, dentro dos dados empíricos, para ver o que há – a fim de transformar os dados brutos do texto em recortes e formar elos com os 10 nós propostos, que serviram de indicadores para a interpretação final.

No capítulo 3 serão apresentados os dados brutos que foram obtidos na pesquisa, uma pré-análise dos repertórios culturais, e uma medição da intensidade dos nós, buscando articular a semelhança e as diferenças encontradas entre a RE e a FSP nos períodos T1 T2 T3. E, no capítulo 4, busca-se articular os dados com a teoria da produção da crença (BOURDIEU, 2002) e a profecia que se cumpre por si mesmo (MERTON, 1968). Faz-se também uma análise do perfil dos jornalistas que tiveram mais destaque no período, numa tentativa de investigação que possa ajudar a compreender

melhor a relação entre os jornalistas e o mercado. Busca-se, em especial, analisar os repertórios culturais (SWIDLER, 1986; 2003) que foram acionados com mais intensidade em cada período analisado, a partir de quadros e tabelas comparativas que determinem a predominância relativa dos repertórios, especialmente no que se refere aos quadros “ascensão”, “cautela” e “descrença”, que possuem relação direta com ascensão e queda da BVM&FBovespa.

2. A SOCIOLOGIA ENTRE OS MERCADOS FINANCEIROS E O JORNALISMO ECONÔMICO

Neste capítulo pretende-se discorrer sobre os mercados e o jornalismo, buscando avançar nas considerações a partir de pressupostos que já são consensuais nas Ciências Sociais. O subcapítulo 2.1 traz em seu início uma visão geral sobre os mercados financeiros, a partir do viés de autores como Manuel Castells e David Harvey. Em seguida, busca-se discutir a origem dos financistas, trazendo, em especial, Werner Sombart e suas pesquisas sobre a origem da burguesia na Idade Média; No final deste capítulo, é apresentada de maneira densa, mas absolutamente necessária, a pesquisa de Michel Abolafia em Wall Street, em que ele constrói as características principais dos financistas do “centro financeiro do mundo”, e apresenta sua teoria da *redefinição de oportunismo*.

Na segunda parte (2.2), busca-se construir uma visão do universo jornalístico a partir de Michael Schudson e Suely Caldas. Nesta parte, buscaram-se também as origens do jornalismo econômico no Brasil, procurando investigar de que forma os financistas veem o jornalismo e as notícias publicadas sobre o mercado, visando mostrar que o mundo financeiro é constituído por *relações sociais* extremamente complexas, composta por também por crenças e racionalidades próprias.

Na parte final deste capítulo (2.3) é apresentada a produção social das crenças, a partir de Robert Merton e Pierre Bourdieu. O capítulo apresenta também a abordagem cultural de Ann Swidler, que explica como determinadas ideologias podem surgir ou se fortalecer em momentos em que a cultura está desestabilizada, como em uma crise financeira.

2.1. DO LOCAL AO GLOBAL: OS MERCADOS FINANCEIROS COMO FENÔMENO CULTURAL

Os mercados financeiros se tornaram globalmente interdependentes a partir da nova infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação pós anos 1990. Hoje, todas as economias do mundo dependem de um núcleo globalizado, que contém os mercados, o comércio internacional, a produção

transnacional e, até certo ponto, ciência, tecnologia e mão de obra especializada, sendo esses os componentes que integram o sistema econômico global (CASTELLS, 2003).

O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, **funcionando em tempo real pela primeira vez na história**: transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta (CASTELLS, 2003, p. 143, grifo meu).

“Tais processos revolucionam as qualidades objetivas do tempo e espaço, e nos forçam a alterar radicalmente o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 2013, p. 219), pois o tempo necessário para cruzar o espaço tem encolhido e as interdependências têm aumentado cada vez mais, não apenas na ordem econômica, mas ecológicas, informacionais, entre outras, num nível multidimensional e cheio de riscos imprevisíveis (CASTELLS, 2003; HARVEY, 2013).

Para Castells (2003), a interdependência global dos mercados financeiros é resultante de cinco fatores principais. 1) A desregulamentação dos mercados financeiros, a partir do *Big Bang* em 1986. 2) A criação de uma infraestrutura tecnológica de telecomunicações avançadas, computadores superpotentes e sistemas interativos de informações. 3) A natureza dos novos produtos financeiros sintéticos, conhecidos como derivativos, que operam com base em modelos matemáticos e permitem combinar e recombinar o valor de ações, títulos, opções, commodities de vários países, e que geram uma multiplicação do capital sobre si mesmo¹². 4) Movimentos especulativos entre países com intenção de obter lucro nas diferenças de valorização (ou prevenir perdas) enviando capital para fora de determinado mercado. 5) As agências de classificação de risco de crédito, como a Moody’s, Standard & Poors e a Fitch, possuem um papel importante na interligação dos mercados, pois ao classificar as ações de empresas ou mesmo países inteiros, costumam disparar fluxos de capital dos grandes fundos internacionais para lá, devido sua influência muitas vezes institucionalizada nesses fundos (ABOLAFIA, 2014), e de lá para outros

¹² Castells (2013) aponta que no ano de 1997 o valor do mercado dos derivativos foi de US\$ 360 trilhões, ou seja, 12 vezes o valor do PIB global.

mercados (CASTELLS, 2003). Foi este o movimento que presenciamos quando o Brasil recebeu o *investment grade* em 30 de abril de 2008 (SMITH, 2008), e que serve de marco da transição de (T1) para (T2).

David Harvey (2013) chama esta *nova economia* de “economia de cassino”, devido à especulação financeira e ao capital fictício, boa parte sem lastro algum no crescimento da produção *real*. E, aponta este como um dos principais fatores que influenciam a falta de moradia, perda do poder e empobrecimento da população. A expansão do sistema capitalista nos mercados emergentes, com suas crises frequentes, têm causado surtos desconcertantes na população mundial (HARVEY, 2013), o que pode ter acontecido no Brasil dos últimos anos.

Os mercados financeiros, entendidos na sua expressão mais atual, representam um avanço não apenas tecnológico, ideológico¹³ ou geográfico do próprio capitalismo, mas um deslocamento cultural do “tipo ideal” de agente capitalista e as “virtudes” associadas ao seu comportamento (cf. WEBER, 2013). Uma abundância de escritos do século XV apontam para a existência, ainda no século XIV, de um “arquétipo de espírito burguês” que constituía boa parte dos mercadores de Florença (exportadores de lã, negociantes que operavam nos portos, etc.) (SOMBART, 1972).

Muitos florentinos praticavam e trocavam cartas sobre a “virtude” da *masserizia* já em 1450 (“*Sancta cosa La masserizia*”), que significava a administração econômica racional dos negócios, uma *economia de gastos* advinda da Idade Média que se convertia numa *economia de receitas* (ou economia da administração), em que se deve gastar apenas o essencial e prioritário¹⁴, poupar, cuidar da alma, do corpo e, sobretudo, do tempo, máximas

¹³ Aqui se faz referência ao [neo-] liberalismo, que “é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2010, p. 218, tradução minha). É um aprofundamento dos mecanismos de controles sociais vindos do Estado na direção dos indivíduos, que o fazem subjetivar as utopias liberais, pensar de modo liberal como um estilo geral de pensamento, analisar, imaginar e se projetar no mundo (idem).

¹⁴ Em *Del governo della famiglia*, de L.B. Alberti, um mercador florentino do século XV, afirma que em primeiro lugar os gastos para alimentação e vestuário são de necessidade absoluta. Em seguida, gastos para manter o bom nome e reputação da família, como gastos com a casa, a casa de campo e o estabelecimento comercial (*bottega*) e, os gastos que não são absolutamente necessários, desde que não se trate de nada reprovável, como carruagem, livros, decoração da casa, etc. E, finalmente, os gastos absolutamente reprováveis, que constituem uma loucura (*pazze*), como aqueles destinados à servidão ou à manutenção da

do espírito capitalista que seriam posteriormente sintetizadas no século XVIII por Benjamin Franklin em sua autobiografia¹⁵.

Para Werner Sombart (1972), no interior do “burguês perfeito” habitam duas almas, a de empresário e a de burguês propriamente dito, cuja conjunção resulta no espírito capitalista. A alma (ou temperamento) de empresário está relacionada à capacidade de descobrir oportunidades em seus devidos momentos, perspicácia para conhecer os homens do mundo e saber tratá-los apropriadamente; segurança nos julgamentos sobre as situações, para negociar com habilidade; e, por fim, uma “fantasia especial combinatória” (SOMBART, 1972, p. 208, tradução minha), que aqui se difere da fantasia intuitiva do artista, acompanhada de “força vital” para empreender. Por sua vez, o temperamento burguês se refere a disposições psíquicas difíceis de definir, mas “trata-se de algo que se carrega no sangue: se nasce burguês ou se possui predisposição a sê-lo¹⁶” (SOMBART, 1972, p. 209, tradução minha).

Certos homens se mostram indiferentes aos bens interiores e exteriores, e os *desperdiçam* despreocupadamente, conscientes de sua própria riqueza. Outros, ao contrário, *administram, protegem e cultivam*, cuidadosamente, velando para manter o equilíbrio entre os gastos e a aquisição de ideias, energias, bens e dinheiro. [...] Estes dois tipos fundamentais, os expansivos e os receptivos, as naturezas senhoris/servis e as naturezas burguesas se enfrentam em qualquer situação como dois polos opostos. [...] Os antigos valorizavam [a vida e as situações] subjetivamente, já os burgueses o fazem de maneira objetiva (SOMBART, 1972. p. 210, tradução e grifo meu);

“A arte de diagnosticar capacita não apenas a curar enfermos, mas também a ter êxito nas especulações em bolsa de valores” (SOMBART, 1972, p. 209). E, mesmo que não seja mais possível determinar os sujeitos burgueses na sociedade atual, descentrada e pós-moderna (HALL, 2015), é notório que os financistas das bolsas de valores utilizam rationalidades que

servidão, regra que de alguma forma refletia uma postura de ódio contra o sistema senhorial feudal: “os servos são piores que bestas selvagens” (SOMBART, 1972).

¹⁵ FRANKLIN, Benjamin. The Private Life of the late BENJAMIN FRANKLIN, LL.D. Late minister plenipotentiary from the United States of America to France. Originally written by Himself. London, J.Parsons: 1793.

¹⁶ Pode parecer uma proposição demasiada estrutural e possivelmente homóloga de Sombart quando voltou seus olhos para uma classe que provavelmente estava inserido (BOURDIEU, 2013).

remetem a antigas virtudes dos primeiros capitalistas, pelo menos algumas delas. A análise técnica e a análise fundamentalista, difundidas mundialmente como métodos ortodoxos de investir em bolsas se espalham entre os investidores (GODECHOT, 2005), desde os pequenos até os grandes financistas, e são uma variação da qualidade de avaliar o cenário com segurança como lembrado por Sombart no interior do “burguês perfeito” (1972), ou mesmo no tipo ideal de capitalista proposto por Weber na *Ética Protestante* (Weber, 2013). Certamente, com a desregulamentação dos mercados e a globalização, as “virtudes capitalistas” se tornaram muito mais complexas e sofisticadas, conforme apresenta o sociólogo norte-americano Michel Abolafia (2014), num estudo etnográfico que realizou na bolsa de valores de Nova Iorque em 1998.

Abolafia (2014) postula que quando os financistas estão em contato uns com os outros através do mercado, “estão socialmente incorporados numa rede de relações sociais e culturais através de um sistema de significados que se traduzem em normas, regras e roteiros cognitivos” (ABOLAFIA, 2014, p. 67, tradução minha). As transações não são apenas trocas diádicas, mas reflexos de forças invisíveis que as moldam, forças essas que são sociais, culturais e econômicas. Tais forças determinam quem vai efetuar a transação com quem, de que maneira a *commodity/ação/título* é definida, e uma variedade de condições que afetam compradores e vendedores.

O mercado financeiro possui um conjunto distinto de entendimentos mútuos entre os agentes que ao mesmo tempo habilitam e restringem sua participação. E, através destes entendimentos que os agentes perseguem seus interesses, ao mesmo tempo em que são limitados por eles. “Tais entendimentos surgem nas interações sociais, mas com o tempo são institucionalizados” (ABOLAFIA, 2014, p. 69, tradução minha). Isso vai de encontro a Weber (2013) quando afirma que “o capitalismo pode até mesmo ser idêntico à contenção, ou pelo menos a uma temperança racional, desse impulso irracional”. E, a partir do momento em que as práticas são institucionalizadas, elas tendem a persistir e tornarem-se recursos para os agentes, que podem usufruir delas a partir da institucionalização. Apesar disso, a cultura dos mercados não é fixa, pois é constantemente reproduzida através

das relações de troca, e ao se reproduzir continuamente, são vulneráveis às mudanças (ABOLAFIA, 2014; STEINER, 2006).

A grande vantagem em conceber os mercados como *cultura* é a possibilidade de explorar as consequências de interações e transações que, ao se repetirem, desenvolvem expectativas nos agentes sobre quais comportamentos e roteiros são apropriados para atuar nos *papéis* de agentes do mercado, pois são através destes papéis (e das regras) que os participantes constituem o mercado (ABOLAFIA, 2014; SWIDLER, 1986; 2003). Nesta visão, o mercado não surge no momento da interação, nem nas regras e papéis provenientes de um mercado teoricamente eficiente, mas é produzido na interação repetitiva de interesses competindo entre si. O mercado é um reflexo desta competição que acontece a todo instante, e por essa razão mudanças no equilíbrio do poder *dentro* de um mercado determinam quem são os agentes que podem definir ou redefinir as regras e a maneira como os papéis são desempenhados. Esta competição por controle é moldada no ambiente político, regulatório e econômico, e afeta o comportamento dos agentes, mesmo que todos sejam “maximizadores” racionais, interessados exclusivamente pelo lucro, eles por fim “exaltam culturas diferentes, dependendo das pressões internas e externas a qual estão submetidos” (ABOLAFIA, 2014, p. 70, tradução minha).

Muitas das regras que constituem um mercado são provenientes da própria regulação, como no caso dos financistas que operam em corretoras, que tem a obrigação de executar as ordens dos clientes antes de qualquer ordem pessoal. Tal medida visa impedir que os financistas manipulem o mercado a partir das informações que possuem e coloquem uma ordem de compra ou venda antecedendo a de seu cliente, e assim lucre *sobre* ele. “É uma regra objetiva que envolve monitoração e sansões, pois o incentivo econômico – tentação - para violá-la é alto” (ABOLAFIA, 2014, p. 71, tradução minha). No Brasil, quem exerce o papel de regulador do mercado financeiro é a CVM¹⁷ (Comissão de Valores Mobiliários).

¹⁷ A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi criada em 07/12/1976 pela Lei 6.385/76, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. É uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus

Por outro lado, há certos valores que refletem como o mercado deve ser, como a regra dos “preços justos”: Para os financistas, a bolsa de valores deve executar as ordens a um preço íntegro, com justiça na execução, num local onde as ordens de compra e venda se encontram no melhor preço possível. “O método de decifrar os preços, que é nosso ganha-pão, cria preços que são mais íntegros que em qualquer outro lugar do mundo” (ABOLAFIA, 2014, p. 71). Muitos financistas ficam indignados quando ouvem falar que esta regra não é compartilhada em outras bolsas mundiais com as quais fazem seus negócios.

Outra regra que também faz parte da ortodoxia do mercado diz que os financistas entendem que todos os negócios acontecem exclusivamente no ambiente da bolsa e nunca fora dela, que todas as ofertas que estão fora do preço atual e não são executadas imediatamente vão para o livro de ofertas para aguardar a sua vez, e que todas as transações executadas são registradas no sistema tão breve seja possível. Novos “recrutas” aprendem estes roteiros nos quais o mercado é reproduzido diariamente, imitando o que na prática é *comum* nele. “Para os membros desta cultura, essas suposições estão além de qualquer questionamento, pois todos concordam que é assim que os mercados são” (ABOLAFIA, 2014, p. 71, tradução minha).

Em adição às regras que regulam o mercado, uma abordagem cultural também permite perceber que os operadores do mercado constroem identidades sociais bastante ricas entre si e que definem os comportamentos e deveres de seus papéis. “Mais do que um ator-unidade capaz de simplesmente “calcular” definido pelos economistas, o que se percebe é um participante astuto servindo-se de um kit de ferramentas estratégicas que estão culturalmente disponíveis” (ABOLAFIA, 2014, p. 72, tradução minha) e que são ensinadas pelos veteranos aos recrutas no processo de socialização. Tais ferramentas reduzem as incertezas e os riscos em seu ambiente, ao mesmo tempo em que maximizam sua sobrevivência. “Essas identidades consistem de estratégias que são uma caricatura do espírito do capitalismo descrito por Weber (2010, p. 72), e incluem: autoconfiança, controle emocional, propensão a assumir riscos, materialismo acentuado e oportunismo” (ABOLAFIA, 2014).

Em primeiro lugar eles precisam ser autoconfiantes, pois operar no mercado é um negócio que exige muito empreendedorismo. “Ninguém vai te ajudar a ganhar dinheiro, pois estão todos ocupados ajudando a si próprios”, “eu não sinto que possa confiar em alguém aqui. É assim que o negócio funciona. Tu tens que confiar em ti mesmo” (ABOLAFIA, 2014, p. 72). Com essas palavras eles descrevem “um ambiente em que a confiança e a cooperação são quase ausentes”.

O segundo item de suas “ferramentas culturais” de um financista é o *controle emocional*: O tipo ideal (c.f. WEBER, 2012) de um financista é ser disciplinado, autocontrolado e focado para que possa encarar uma série de decisões que envolvem muito dinheiro. Em sua própria visão, seu trabalho é excitante, arriscado e estressante. “Definitivamente há um alto grau de excitação. O ritmo é muito rápido. As apostas são altas” (ABOLAFIA, 2014, p. 73, tradução minha). Para isso, sua atitude deve ser imperturbável. “Minha regra número um de sobrevivência é: não envolver-se pessoalmente com o mercado. Caso contrário, podes ser apanhado lutando contra esta *coisa*, e não há como vencer” (p. 73).

“*Propensão para assumir riscos*” é o terceiro componente da identidade cultural de um financista. Porém, é um dos mais complexos de administrar, pois, ao mesmo tempo em que os financistas se veem como disciplinados e autocontrolados, também estão prontos para ação imediata, o que sugere uma combinação de elementos de ousadia e prudência. “Tens que te manter equilibrado para evitar situações em que um único negócio possa te levar a falência. Tens que voltar amanhã” (ABOLAFIA, 2014, p. 73). Dependendo do mercado, o nível de propensão ao risco pode variar, o que Goffman chama de “aposta prática” [no sentido de jogo, “*gamble*”] (GOFFMAN apud ABOLAFIA, 2014).

O quarto elemento é a *manipulação [guile]*. Financistas referem-se a este comportamento como “agressivo”. Por exemplo, quando um determinado financista ilude outros vendendo papéis (títulos, ações, etc.), enquanto simultaneamente faz uma recompra “escondida” (através de um associado), ou quando tem conhecimento que alguma ordem de compra consideravelmente grande (possivelmente de algum de seus clientes/sócios) está para ser executada. Não há de fato intenção de comprar naquele momento, apenas

induzir os outros a venderem e forçar os preços para baixo, com o intuito de esconder sua verdadeira intenção, que é comprar o mais barato possível (ABOLAFIA, 2014).

O propósito principal dessas estratégias é a realização material como principal indicador de status no grupo, pois os financistas compartilham a noção que a verdadeira habilidade neste ramo está resumida unicamente no lucro: “*O dinheiro é tudo nesse negócio. O lucro reflete o quanto você vale*” (ABOLAFIA, 2014, p. 73, tradução minha). Ao contrário de outras áreas onde a inovação e a satisfação dos clientes são o principal alvo, os financistas santificam um materialismo acentuado como meta (ABOLAFIA, 2014):

O dinheiro, e tudo aquilo que pode ser adquirido através dele, proporciona uma identidade que prevalece sobre o carisma, beleza física ou sociabilidade como árbitro de sucesso e poder [...]. Mas, não é o dinheiro em si que é importante, mas o status e a aprovação entre os pares que estão no coração desta identidade. Como resultado, a busca sem restrições pela riqueza é considerada apropriada; e certos escrúpulos [morais], que normalmente detêm agentes em outros ramos, aqui são desnecessários (ABOLAFIA, 2014, p. 73, tradução minha).

Outra questão importante para a compreensão da cultura dos financistas reside na racionalidade que utilizam para tomar suas decisões. Há um grande deslize dos economistas ao tratar a racionalidade como parte de uma cultura universal, igual para todas as pessoas, pois a racionalidade depende do contexto cultural onde ocorre, e por essa razão há muitas rationalidades com limitações cognitivas específicas e construídas localmente, muito diferentes umas das outras ao lidarem com as mesmas questões. No caso dos financistas, tais rationalidades encontram-se nas ferramentas utilizadas por eles para lidar com as incertezas e a ambiguidade em seu ambiente, que com o tempo foram institucionalizadas e estão disponíveis para todos os participantes do mercado (ABOLAFIA, 2014, p. 74). Dentre as principais ferramentas utilizadas está a análise técnica, que consiste em prever o que vai acontecer com os preços futuros a partir de sua própria história (para lucrar com a previsão, naturalmente), e a análise fundamentalista, que consiste

em compreender em profundidade os ativos, a administração das empresas, as perspectivas para o setor, lucratividade, valor bruto, comparativos entre empresas, etc. (GODECHOT, 2005). Porém, os financistas estão cientes que o fator mais importante na sua busca pelo lucro não está na precisão de suas interpretações, mas no seu grau de acerto sobre o que os outros irão fazer com as mesmas informações (ABOLAFIA, 2014).

Na prática, estas ferramentas orientam os financistas uns em relação aos outros, [assim como a todos os investidores participantes dos mercados], criando uma competição entre eles ou, no caso inverso, o compartilhamento de opiniões semelhantes sobre qual direção o mercado irá tomar (ABOLAFIA, 2014; p. 75, tradução minha).

No nível institucional, Abolafia (2014) aponta que os governos também têm seu papel nas mudanças culturais, através das pressões e regulações que impõem ao mercado. Porém, não é possível prever com antecedência quando e como a cultura do mercado irá responder às mudanças causadas por estas pressões, pois em muitos mercados haverá resistência, e o poder daqueles que resistem será determinante no sucesso dessa resistência. Certamente, a mudança cultural não depende apenas das mudanças no cenário político, mas também da dinâmica interna dos mercados. Em muitas ocasiões, coalizões poderosas resistiram com sucesso a mudanças culturais, apesar de fortes pressões no cenário político (ABOLAFIA, 2014).

Um tipo de mudança cultural institucional apontada por Abolafia (2014) é a *redefinição de oportunismo*, ou o ajuste do grau em que os mercados podem ser manipulados. Seus estudos apontam que os mercados atravessam “ciclos de oportunismo”, e formam uma área cinzenta que limita os comportamentos *aceitáveis* na busca pelo lucro e, quando surge uma crise grave no mercado, os mecanismos de controle tendem a aumentar para redefinir o grau de oportunismo aceitável, até que o oportunismo se atenua; com a diminuição do oportunismo, os mecanismos de controle tendem a ficar em segundo plano. E, assim, um novo ciclo de oportunismo se inicia, até que uma nova crise coloque novamente os mecanismos de controle em primeiro plano (ABOLAFIA, 2014; STEINER, 2005).

A partir do argumento de Abolafia (2014), sobre os ciclos de oportunismo, podemos nos questionar se a crise de 2007-2008 realmente aumentou os dispositivos de controle sobre o comportamento dos mercados. É notório que em julho de 2008 o governo Lula socorreu o mercado nacional, injetando mais de 24 bilhões de reais nas empresas afetadas pela crise americana (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2009). Por outro lado, sabemos que sua capacidade de interferir nos regulamentos do mercado durante seu governo era mínima (GRÜN, 2015), o que demonstra uma grande contradição entre o ideal liberal de sociedade, de estado mínimo e mercado livre, que na prática, busca no dinheiro do Estado socorro quando o sistema econômico perde o controle. Mas, que, teoricamente, não quer ser controlado por ele.

O próximo subcapítulo tratará das formas em que o jornalismo se insere na lógica do mundo econômico.

2.2. O NOVO PARADIGMA DO JORNALISMO ECONÔMICO

O jornalismo em geral é um campo profissional que enfrenta uma nova realidade, radicalmente diferente de períodos anteriores. De modo geral, este mercado de atuação atingiu seu ápice no ano de 2000, motivado pelas novas empresas de Internet, que resignificaram as formas como as notícias são distribuídas. Naquele ano, muitos jornais perderam seus jornalistas para empresas de Internet, e até mesmo os jornalistas mais inexperientes encontravam um mercado de trabalho rico à sua disposição (CALDAS, 2003).

Muitas empresas de Internet foram criadas nessa época, e o valor de suas ações subiu de maneira exacerbada, numa demonstração de otimismo que acompanhava as infinitas possibilidades que a popularização da Internet trazia, até que o mercado de trabalho jornalístico desabou com a bolha que ocorreu naquele mesmo ano (CALDAS, 2003). Muitas das empresas desse setor faliram e os jornalistas que haviam sido recentemente contratados ficaram em sua grande maioria desempregados. Poucas empresas de Internet sobreviveram, pois o otimismo do mercado foi maior do que a realidade inicial de consumidores se apresentou. Porém, como sabemos, a Internet vingou, e

iniciou uma competição acirrada com os principais meios de comunicação até então, jornal e TV, pois ao “entrar na casa das pessoas”, arrasou seu modelo de negócios, que era baseado principalmente no “velho monopólio” da venda da audiência para os anunciantes (SHUDSON, 2011). Hoje em dia, os jornais e emissoras contam com menos da metade do *staff* que tinham no ano 2000 (SCHUDSON, 2011).

A competição que a Internet trouxe para o mundo do jornalismo vai muito além da questão financeira. Ela também trouxe uma competição na *forma* como o jornalismo é realizado, deixando turvas fronteiras que antes eram claras entre os leitores e os jornais. Outras formas de publicação de notícias emergiram, como os *blogs*, por exemplo. Neste ínterim, muitos jornalistas profissionais não acataram à essas mudanças com bons olhos e se mostraram céticos a respeito dessas novidades, pois achavam estes muito autocentrados, raivosos e com opiniões muito radicais (SHUDSON, 2011). Porém, em alguns casos, muitos *blogs* são escritos por pessoas com grande *expertise* em determinadas áreas (SCHUDSON, 2011).

Um bom exemplo da competição entre jornalistas profissionais e blogs, apontado por Schudson (2011), é o de Doris Dungey, pseudônimo “Tanta”, *blogueira*, que trabalhava no ramo de hipotecas (nos Estados Unidos), e foi uma voz influente na crise de 2008, pois percebeu antes de todos que algo estava errado em seu ramo. Ganhou notoriedade por esta realização e chegou a ser citada por analistas no *Federal Reserve*, no *New York Times* e pelo economista ganhador do Prêmio Nobel Paul Krugman.

Levando em conta a revolução causada pela Internet no jornalismo profissional, a partir do ano 2000, a definição mais moderna de jornalismo é a seguinte:

Jornalismo é o negócio ou prática de produzir e disseminar regularmente informações sobre assuntos contemporâneos de importância e interesse público. É um conjunto de instituições que publica periodicamente (geralmente diariamente, mas agora com *updates online* contínuos), informações e comentários sobre assuntos contemporâneos, normalmente apresentados como verdadeiros e sinceros, para uma audiência dispersa e geralmente anônima, de modo a incluir publicamente aquela audiência num discurso considerado publicamente importante (SCHUDSON, 2011, p. 3, tradução minha).

Pode-se dizer que as pressões enfrentadas pelo campo jornalístico nos dias de hoje, colocam os jornalistas numa posição extremamente frágil no que se refere à dominação financeira, especialmente os jornalistas que trabalham nos jornais mais próximos do polo comercial da mídia (cf. BOURDIEU, 1997). Há um exército de reserva e uma enorme precariedade na segurança de seus empregos, o que torna o campo mais propenso do que nunca ao conformismo político (SHUDSON, 2011).

O nascimento do jornalismo econômico no Brasil, segundo Suely Caldas (2003), remete ao século XIX e início do século XX, quando já havia colunas fixas e diárias que tratavam de temas exclusivamente econômicos. Além disso, as seções de mercados, normalmente em página inteira, com cotações de produtos agrícolas, prata, ouro, entre outros, já existiam desde o início do século XX. Porém, a linguagem utilizada na época era muito diferente da utilizada pelos jornalistas da atualidade, apesar de muitas das questões econômicas ainda serem as mesmas, por exemplo, as bolhas especulativas, que remetem (no Brasil) ao século XIX (ASSIS, 1904; CALDAS, 2003; FRANCO, 2009; TAUNAY, 1893).

O escritor Machado de Assis (1839-1908), considerado por muitos o maior nome da literatura nacional, era um dos cronistas que no final do século XIX escrevia sobre economia, a bolsa do Rio de Janeiro, o câmbio, os acionistas, o problema da moeda-falsa que circulava no país, dividendos, entre outros assuntos político-econômicos da época, como a abolição da escravatura, a proclamação da república, etc. (FRANCO, 2009). Claro, sempre com sua visão poética e muitas vezes cômica¹⁸ das situações que vivenciou.

¹⁸ Segue crônica *Machadiana* publicada no *Gazeta de Hollanda* no dia 10 de fevereiro de 1888, onde ele comenta a convocação para uma assembleia de acionistas do Banco do Brasil para deliberar reformas no seu estatuto, dentre elas a redução do número de diretores para quatro. Como se pode ver, para ele isso não tinha importância, mas sim, de forma irônica, que continuasse recebendo seus dividendos: “Eu, acionista do banco / Do Brasil, que nunca saio / Que nunca daqui me arranco, / Inda que me caia um raio” / “Para saber como se passa / O Banco em sua saúde, / Se alguma coisa o ameaça, / Se ganha ou perde em virtude.” / “Li (confesso) alegremente, / Li com estas minhas vistas, / O anúncio do presidente / Convocando os acionistas”. / “Para quê? Para o debate / Do reformado estatuto / Obra em que há de haver combate. / Que traz gozo, que traz luto” / “Pois nesse anúncio, à maneira / De censura, escreve o homem / Que é já esta a vez terceira / Que chama e que eles se somem”. / “Minto: sumiram-se duas / Não tem culpa o anunciante, / Se há necessidades cruas / Do metro e de consoante”. / “Pela vez terceira os chama, / E agora é definitivo, / Muitos que fiquem na cama, / Um só punhado é preciso”. / “Mas eu pergunto, e comigo / Perguntam muitos colegas, / Que, indo pelo vezo antigo, / Não vão certamente às cegas”; / “- O acionista de um banco, / Só por ser triste

Machado pode ser entendido como um *jornalista* da época, e é nesse sentido que é trazido aqui.

Neste período, um episódio que merece destaque foi a crise do encilhamento, uma bolha especulativa (ou “inflação papelista”, conforme expressão da época) ocorrida na bolsa de valores do Rio de Janeiro, que teve início ainda nos últimos anos do império, teve impulso na reforma monetária e na lei societária feita por Ruy Barbosa (1849-1923), e teve seu fim nos anos posteriores à crise cambial de 1891.

Do ponto de vista “jornalístico-literário”, “ficou célebre o romance à clef escrito pelo Visconde de Taunay em 1893, em folhetins e sob o pseudônimo de Heitor Malheiros, trazendo um vívido retrato da cena carioca durante os anos críticos da especulação¹⁹, usando a mesma fórmula de Émile Zola que publicou a novela ‘O dinheiro’ (*L'Argent*), sob o formato de folhetim diário” (FRANCO, 2009, p. 142 e 260). Também era uma espécie de “jornalismo” da época, ao relatar que “tratavam a responsabilidade do país em somas pavorosas e brincava-se com o crédito, o nome e o porvir da nação” (TAUNAY, 1971, p. 14).

Além de Taunay (1971), o encilhamento foi retratado em diversas crônicas²⁰ de Machado de Assis, que chegou a retomar o assunto em seu

acionista, / É algum escravo branco? / Não tem foro que lhe assista”? / “Não pode comer quieto / O seu costumado almoço, / Debaixo do próprio teto, / Velho já, maduro ou moço”? / “Barriga cheia, não pode / Dormitar o seu bocado, / Para que o não incomode / O que tiver almoçado”? / “Pois então a liberdade / Que tem toda a outra gente / Cidadã, meu Deus, não há de / Tê-la esta pobre inocente”? / “É certo que os diretores / Do banco são reduzidos / A quatro, e que outros senhores / Vão a menos: suprimidos”. / “Em tal caso, a razão é boa / Para que, firmes, valentes, / Compareçam em pessoas / Diretores e gerentes”. / “Res vestra agitur. Justo. / Mas, que temos nós com isto? / Para que me metam susto / Só outra coisa, está visto”. / “Sim, o que algum susto mete. / Transtorna, escurece, arrasa, / Não é que eles sejam sete / Ou quatro os chefes da casa”. / “Sejam sete, ou quatro, ou nove, / Disponham disto ou daquilo, / É coisa que me não move, / Posso digerir tranquilo”. / Porquanto, digo, em havendo / Nas unhas dos pagadores / Um bonito dividendo, / Que nos importam divisores”. “Tenham estes cara longa, / Cabelo amarelo ou preto, / Nasceram em Covadonga, / Em Tanger, em Orvieto; / Usem de barbas postiças, / Ou naturais, ou nenhuma; / Creiam em sermões, em missas, / Ou na sibila de Cumas”; / Para mim é tudo mestre, / Contanto que haja, certinho, / No fim de cada semestre / O meu dividendozinho”.

¹⁹ “Era o encilhamento – espécie de redemoinho fatal, de Maelstrom oceânico, abismo insondável, vórtice de indômita possanç e invencível empuxo, a que iam convergir, em desapoderada carreira, presas, avassaladas, inconscientes no repentina arroubo, as forças vivas do Brasil, representadas por economias quase seculares e de todo o tempo cautelosas, hesitantes. Dir-se-ia faróis imensos, deslumbrantes, de encontro a cujos vidros inquebráveis, convexos, se atiram, nas sombras da noite e nos vaivens da tempestade, grandes e misteriosas aves do oceano, para logo cair em malferidas, moribundas, ou sem vida e fulmigadas sobre ásperos rochedos, na base de torres agigantadas” (TAUNAY, 1971, p. 19).

²⁰ Machado de Assis escreveu crônicas para *O Paraíba*, *Correio Mercantil*, *O Espelho*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O futuro*, *A semana ilustrada*, *Ilustração Brasileira*, *Revista Brasileira*, *Gazeta de Notícias* e *Imprensa acadêmica* (FRANCO, 2008).

romance *Esaú e Jacó* (1904) onde escreveu com ironia: “Encilhamento [...] quem não viu aquilo não viu nada!” (ASSIS, 1904, p. 88). Certamente, as crônicas não foram escritas para a posteridade, diferentemente dos romances, contos, poesias, dramas, que eram propositalmente “obras de arte” com intenção estética (cf. BOURDIEU, 2002). Não obstante, tais crônicas não devem ser vistas como “puro jornalismo ou reportagem”, assim como a obra de Taunay (1893) como pura “obra de arte”, mas como frequentemente se tem dito, um misto híbrido de jornalismo e literatura, que representa o pensamento de uma época, mesmo que à primeira vista seja incompreensível aos leitores modernos por sua linguagem exótica (FRANCO, 2009).

Costuma-se dizer que o nascimento do jornalismo econômico está ligado à ditadura militar de 1964, mas isso não é verdade (CALDAS, 2003), embora seja naquele período que ganhou prestígio, organização e, dentro da estrutura das redações, uma editora própria. Nos anos 1920, o jornal *O Estado de S. Paulo* já possuía uma coluna diária com o título “Magnos problemas econômicos”, assinada por Cincinato Braga (1864-1953). Nos anos 1930, *O Jornal* tinha uma coluna específica sobre o mercado do café, que na época era um dos assuntos mais relevantes da economia, assinada pelo então ex-presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde (1988-1993) (CALDAS, 2003).

No período do Estado Novo de Getúlio Vargas, na década de 1940, houve um forte impulso na economia brasileira, dentre eles a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional, que marcou o início da indústria pesada no país. Nessa época, a imprensa sofria grave censura do governo. *O Estado de São Paulo*, por exemplo, que nem sempre se submetia à censura, sofreu intervenção do governo federal por cinco anos; já no segundo governo de Vargas, na década de 1950, foram criadas as estatais Vale do Rio Doce e Petrobrás, dando força à criação de muitas empresas satélites, o que fez prosperar ainda mais a economia nacional e as notícias em torno dela, ainda que de forma dispersa e sem muita organização (CALDAS, 2003).

A partir de 1964, o jornalismo econômico passou a ocupar espaço próprio nos jornais. Mas, em 1968, com o AI-5, os militares passaram a intervir e controlar as notícias de acordo com seus interesses, muitas vezes conspirações contra eles mesmos ou atitudes absurdas como manipular o

índice de inflação. Os jornais que resistiram à censura, como o *Correio da Manhã* (do Rio de Janeiro), foram estrangulados por pressões econômicas, pois sofreram com o corte radical de verbas publicitárias oficiais. E, para piorar, os militares ainda ameaçavam com sua autoridade as empresas privadas que ousassem publicar anúncios nesses jornais, cercando economicamente seus “adversários”. De alguma forma, a indignação causada na população pela supressão da liberdade criou um elo de solidariedade e apoio, que aumentou a venda de alguns jornais (CALDAS, 2003).

Nesta época, a editoria que mais crescia era a do jornalismo econômico, e por isso o trabalho passou a ser organizado por setores específicos: havia repórteres que cobriam exclusivamente a bolsa de valores, a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a indústria naval, o comércio exterior, o mercado do café, etc. Jornalistas foram preparados e qualificados a conhecer e entender melhor os mecanismos internos da economia, e por isso houve certa especialização incentivada pelos próprios militares. Porém, a manipulação e ocultação de dados era constante, e havia um sentimento entre os jornalistas que a única forma de derrubar o regime era revelar a verdade sobre o “milagre econômico”. Mas, isso não era permitido (CALDAS, 2003). Em certa ocasião, por exemplo, dados divulgados pelo IBGE apontavam que mesmo com o crescimento econômico a concentração de renda no país estava aumentando, o que significava um constrangimento para o regime, que apregoava uma suposta melhoria na vida dos brasileiros após 1964. Tais dados foram censurados e tabulados somente 10 anos depois, quase no fim do regime (CALDAS, 2003).

Com o fim da ditadura, a imprensa brasileira precisou se adaptar ao novo cenário de imprensa livre e uma das preocupações centrais estava em expor ideias divergentes. Foram criadas editorias de opinião voltadas exclusivamente a planejar, editar, escolher temas, encomendar e selecionar artigos de economistas, sociólogos, empresários e trabalhadores, mesmo que o índice de leitura de artigos fosse bem menor que o de notícias, o que é natural, pois o leitor de artigos é qualitativo, mais exigente, politizado, intelectual, e busca a pluralidade de ideias. Enfim, a liberdade estava de volta

ao campo jornalístico, que se tornou mais ousado e independente em seus comentários sobre as ações do governo (CALDAS, 2003).

Já no sentido econômico, porém, não se pode dizer o mesmo, pois ainda há dependência financeira em jornais, rádios e emissoras de tevê que pertencem a determinados grupos políticos ou que estão ligados a determinados patrocinadores. Os jornalistas, que estavam habituados a desfrutar de certos privilégios do Estado nos anos 1950, como desconto em passagem aérea, preferência na fila para obter telefone, emprego público, isenção de imposto de renda, etc., perderam seus privilégios na ditadura, pois os militares pressionaram a independência econômica dos órgãos de imprensa. E, a partir daí, os jornalistas tornaram-se sujeitos às pressões de mercado (CALDAS, 2003).

No ano 2000 estava indo tudo bem para o campo jornalístico. Segundo Caldas (2003, p. 31), “os jornalistas nunca viveram uma situação de mercado de trabalho tão espetacular como no ano 2000”. Naquele ano, por exemplo, o jornal *Valor Econômico* tinha quase uma centena de profissionais trabalhando na redação. Bancos, empresas e provedores de Internet estavam criando seus sites e precisavam de jornalistas, e buscaram muitos profissionais no mercado. As grandes editoras de economia, como a *Gazeta Mercantil*, perderam muitos profissionais, até mesmo os mais inexperientes para os novos sites. Segundo Caldas (2003), era a primeira vez que se via a procura de profissionais neste setor exceder a oferta (CALDAS, 2003).

No entanto, o que se viu no cenário mundial, especialmente na bolsa de tecnologia nos Estados Unidos, a Nasdaq, foi que houve um excesso de otimismo dos investidores, que causou um crescimento desproporcional nas empresas de Internet. Muitas empresas criadas naquela época hoje não existem mais e os sites que haviam empregado tantos jornalistas ruíram num espaço de tempo muito curto, causando reflexos inesperados no setor jornalístico (CALDAS, 2003).

A alegria [do ano 2000] foi fugaz. Em um ano a bolha da Web furou, os sites sumiram, o desemprego reapareceu com força, a economia do país mergulhou no recuo do apagão, da falência da Argentina e das incertezas eleitorais, a receita publicitária minguou e as empresas jornalísticas

passaram a viver a pior crise de sua história, agravada pela alta do dólar em 2002, que duplicou suas dívidas, contraídas na época do câmbio fixo de 1995-98. Toda a categoria jornalística sofreu os efeitos da tragédia, mas quem tinha conhecimentos – básicos que fossem – do funcionamento da economia, das fontes de informação dentro e fora do governo, certamente sofreu menos, viveu um desemprego mais curto (CALDAS, 2003, p. 32).

Por outro lado, todas essas mudanças tecnológicas e especialmente a diminuição do custo da Internet para a população, tornaram a informação muito mais rápida, deixando a competição mais acirrada nos mercados financeiros e abrindo espaço para um novo tipo de jornalismo: “O jornalismo econômico *online*”. No Brasil, a *Agência Estado* é pioneira neste tipo de serviço, mas enfrenta competição de empresas estrangeiras que também estão aqui, como a Reuters, a líder mundial, seguida da Bloomberg; as informações que veiculam são monitoradas por profissionais de bancos, corretoras e grandes empresas do mundo inteiro e hoje são umas das suas principais ferramentas de trabalho.

Com aproximadamente 20 anos de existência, o jornalismo *online* é fruto direto da popularização da Internet no final dos anos 1990, que “devastou” (c.f. SHUDSON, 2011) o modelo de negócio tradicional do jornalismo em dois sentidos distintos: Primeiro, a venda da audiência aos anunciantes, isto é, publicidade, foi abalada quando a Internet entrou na casa das pessoas e empresas como Mercado Livre, Catho, Ebay, que são estritamente *online*, tornaram-se mais eficientes que anúncios no jornal local. Num segundo sentido, a disseminação de notícias se tornou mais lateral e menos hierárquica (SHUDSON, 2011): Os próprios leitores tornaram-se distribuidores seletivos de notícias, através de redes sociais como Twitter e Facebook, circulando notícias de amigo para amigo; os *bloggers* também entraram em cena, principalmente através do Blogspot e do Wordpress, e turvaram as fronteiras do jornalismo, frequentemente produzindo conteúdo de qualidade e competindo diretamente com jornalistas profissionais (CALDAS, 2003; SCHUDSON, 2011).

De maneira similar, a mesma lógica também afetou profundamente o mercado financeiro, pois o que antes eram palpites infundados sobre ações negociadas em bolsa, boatos, dicas, segredos, informações privilegiadas,

agora estão por toda parte no mundo virtual. A tecnologia está visivelmente integrada à lógica e a infraestrutura dos mercados, levando consigo um dos bens mais preciosos, tanto para os profissionais quanto para os interessados: a informação (MÜLLER, 2006).

A grande maioria dos investidores, financistas, corretores, funcionários de bancos, etc., possuem seus computadores conectados às notícias praticamente o tempo inteiro, sejam elas vindas das agências especializadas ou do submundo da Internet e, com isso, a competição pelas transações no mercado está alterada (CASTELLS, 2003). Por exemplo, antes do jornalismo online, havia os famosos boatos de quinta e sexta-feira na BM&FBovespa, que perturbavam a economia com informações falsas, e hoje são confirmados, desmentidos e esclarecidos quase instantaneamente, pois a informação está disponível para todos na tela do computador (CALDAS, 2003; ZALOOM, 2010).

Num segundo sentido, a Internet (a partir das operações *home broker*) e o contexto político e econômico do Brasil do início dos anos 2000 tornou possível o acesso direto ao mercado financeiro, fazendo que o número de investidores “pessoa física” cadastradas na BM&FBovespa subisse de 85 mil em 2002, para 565 mil em 2015²¹, o que certamente também multiplicou o número de leitores ávidos por informações, num ramo em que “o vazio de conhecimento e a insegurança são elementos estruturais” (MÜLLER, 2006, p. 108). Logo, os participantes dos mercados financeiros, agentes desse campo, precisam de informações como forma de coerção e/ou moeda de entrada, ou então não podem participar do “jogo” (BOURDIEU, 2013).

Dado o exposto, as formas de interação tradicionais estão radicalmente alteradas com as mudanças tecnológicas dos últimos 20 anos²², de maneira multidimensional, tanto para o jornalismo ao produzir notícias quanto para o mercado financeiro ao lidar com informações instantâneas. Integrados, esses agentes vivem novos tempos, de economia informacional e mercados financeiros globais interdependentes, funcionando em tempo real pela primeira vez na história (CASTELLS, 2003, p. 143).

²¹ Disponível em:< <http://bit.ly/1E8W6W0>>. Acesso em 04 maio de 2015.

²² No cenário Brasil pode-se dizer 20 anos, mas nos países desenvolvidos são 30, pois o Brasil sofreu uma defasagem tecnológica nos anos 1980, devido uma lei de reserva de mercado que proibia a importação de computadores. E, os que eram fabricados aqui, eram caros e lentos (CALDAS, 2003).

Paradoxalmente, as informações que chegam aos operadores do mercado sempre são recebidas com muita desconfiança. Podemos encontrar afirmações como a do financista Paul Tudor Jones II, que certamente goza de prestígio no mercado financeiro (consta inclusive na lista da *Revista Forbes*), dizendo “aposto que posso lucrar fazendo exatamente o contrário do que dizem as notícias” (SCHWAGER²³, 1993, p. 130, tradução minha). Da mesma forma, Ed Seykota, outro financista renomado da atualidade, citado também no livro de Schwager (1993), disse que *quando uma notícia chega às capas dos jornais é tarde demais para lucrar com a informação*, o que vai de encontro à outra autoridade da bolsa de Nova Iorque, Richard Wyckoff (1873-1934), que disse: “se realmente queres ler as notícias, não tente convertê-las em lucro no mercado, pois irás falhar, com exceção de raras ocasiões” (WYCKOFF, 1984). Na mesma esteira, Jesse Livermore (1877-1940), conhecido como o maior especulador de todos os tempos, que lucrou 100 milhões de dólares na crise de 1929 (LIVERMORE, 2001), disse o seguinte:

Sempre sou muito desconfiado a respeito de tudo o que leio nos jornais e nunca aceito as coisas pelas suas aparências. Tento encontrar agendas ocultas e razões de autopromoção que possam gerar artigos, não importa qual jornal publicou a informação. [...] Frequentemente as pessoas usam a mídia para promover as ações de suas empresas e influenciar os grandes fundos e a opinião pública em comprar ou vender. Isto é particularmente verdade nas grandes corporações de ações, fundos e *insiders* (LIVERMORE, 2001, p. 135, tradução minha).

Se a lógica do mercado financeiro é tão oposta à fraternidade e ao compartilhamento (ABOLAFIA, 2014), exceto no momento da transação em si (WEBER, 2012), questionamos, como as notícias são produzidas? Do lado dos jornalistas, Sueli Caldas (2003, p. 28) resume esta questão dizendo o seguinte: “Nas áreas de economia e política, o leitor tem sempre desconfiança, veem aqui e ali algum interesse a conspirar contra a isenção jornalística”.

²³ Este título apresenta uma série de entrevistas feitas com vários financistas, e está entre os mais vendidos do site “Amazon”. Por isso, consideramos como material empírico para nos ajudar a compreender a forma como os financistas veem suas relações com a imprensa. De maneira similar, como referência empírica, utilizamos no mesmo parágrafo Richard Wyckoff (1984) e Jesse Livermore (2001), outros financistas considerados importantes na história dos mercados financeiros.

Aparentemente, trata-se de uma regra intrínseca de um jogo que já vem sendo jogado há tempos, desde muito antes do jornalismo *online*.

A partir do que foi apresentado entende-se que os grandes financistas não dão atenção para as notícias publicadas pelo jornalismo econômico, pelo menos no que se refere aos seus investimentos, pois buscam sempre saber o que os outros não sabem, ou desejam saber *antes* dos outros, para que possam lucrar com seu conhecimento sobre alguma informação específica (SCHWAGER, 1993). Além disso, até mesmo os leitores do jornalismo econômico em geral também costumam ter um olhar desconfiado sobre o que é publicado (CALDAS, 2003).

Mesmo assim, os jornais publicam informações diárias, que são lidas por milhares de pessoas interessadas em economia, não cabendo a esta pesquisa determinar se o que foi dito estava certo ou errado, mas de que forma se estabelecem *crenças* sobre aspectos cruciais da economia. Primeiro, a crença se estabelece entre os jornalistas, foco desta pesquisa, e posteriormente, no público leitor de seu trabalho²⁴.

Pelas razões apresentadas, esta pesquisa optou por analisar um jornal e uma revista de grande circulação nacional, a Folha de São Paulo e a Revista Exame, respectivamente, a primeira voltada para um público mais amplo, diária, e, a segunda, para o leitor focado no mundo dos negócios, usualmente com edições quinzenais.

No próximo subcapítulo serão apresentados autores que nos auxiliaram na compreensão dos jornalistas econômicos, frente ao universo complexo e imenso de informações do mundo financeiro.

2.3. COMPREENDENDO A AÇÃO SOCIAL NO JORNALISMO ECONÔMICO

Próximo de sua morte, Max Weber estava desenvolvendo uma concepção nova de teoria econômica²⁵, rompendo com seus colegas

²⁴ Não se pode negar que no mínimo uma parcela da formação de opinião pública é resultado de uma influência direta dos meios de comunicação, o que contribui para justificar a importância desta pesquisa.

²⁵ Um dos capítulos inacabados do livro *Economia e Sociedade* (2012), lançado originalmente por sua esposa após sua morte, chama-se “O mercado”. Infelizmente, Weber não o concluiu.

economistas, a “ciência socioeconômica” ou *Soziakolönomik*, como ele a chamava (STEINER, 2005; SWEDBERG, 2005a).

Weber dizia que a ciência socioeconômica devia ser uma ciência ampla e incluir várias outras ciências sociais, principalmente a teoria econômica, a história econômica e a sociologia econômica. Dependendo do problema a ser tratado, o analista devia apelar para a mais apropriada dessas três ciências (SWEDBERG, 2005a, p. 15).

A abordagem *weberiana* da Sociologia Econômica baseava-se nos seguintes princípios: 1) A unidade de análise é a ação social econômica, ou seja, a ação motivada pelo interesse que está orientada para a utilidade e simultaneamente para o comportamento dos outros. 2) A ação social econômica sempre é racional exceto nos casos em que se prove o contrário. 3) A luta e a dominação fazem parte da vida econômica. 4) A sociologia econômica deve analisar o comportamento econômico, inclusive aqueles que são condicionados. 5) A sociologia econômica deve cooperar com a teoria econômica, com a história econômica e com outras abordagens para formar um quadro abrangente. (SWEDBERG, 2005a, p. 287).

Pode-se dizer que após a morte de Weber a Sociologia ficou quase meio século longe dos mercados (STEINER, 2006), até seu retorno nas obras de Karl Polanyi, Mark Granovetter, Peter Berger e Thomas Luckman (SWEDBERG, 2005a). A partir desses teóricos, e de outros que vieram na sequência, pode-se dizer que a abordagem da nova sociologia econômica é baseada nos seguintes princípios:

- 1) “O comportamento econômico está sempre imbricado na estrutura social. 2) A economia e suas instituições podem ser conceituadas como uma forma de construção social. 3) A racionalidade não é um ponto de partida adequado para a sociologia econômica porque apresenta pressupostos irreais. 4) O principal motor da sociologia econômica deve ser a análise dos fenômenos econômicos, com menos ênfase em fenômenos como a intersecção da economia com outras esferas da sociedade. 5) Pouca cooperação parece possível com os economistas da corrente principal, pois grande parte da história econômica é ignorada” (SWEDBERG, 2005a, p. 290).

Esta pesquisa propõe um resgate à sociologia econômica weberiana no aspecto que “a unidade de análise é a ação social econômica, definida como ação motivada pelo interesse e que está orientada para a utilidade e também para o comportamento dos outros” (SWEDBERG, 2005a, p. 287). Mesmo que a ação esteja “imbricada na estrutura social” (p. 290), na maneira originalmente proposta por Weber é possível nomear, dar voz e estabelecer relações entre os agentes, o que torna essa noção adequada para compreender o pensamento do jornalismo econômico ao redor dos mercados financeiros, especialmente a BM&FBovespa, que certamente possui seu jogo próprio de visões, crenças, valores, sentimentos, ideologias e interesses materiais e ideais (c.f. WEBER, 2012).

Os indivíduos frequentemente agem orientados uns pelos outros, e em tais ocasiões temos alguns tipos ideais de ação social em curso, muito raramente encontrada na sua forma mais pura. Conforme Max Weber (2012) a ação social possui múltiplos significados simultâneos, mas pode ser simplificada em quatro grandes categorias:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) *de modo racional referente a fins*; por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como condições ou meios para alcançar *fins* próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e *inerente* a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo*, especialmente *emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*, por costume arraigado (WEBER, 2012, p. 15).

Outras interpretações da ação social também são trazidas a este projeto, visando um arsenal teórico abrangente, capaz de explicar a complexidade das relações entre mídia e mercado, especialmente o comportamento de grupo. O *teorema de Thomas* afirma que “se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (MERTON, 1968, p.515) e não faltam histórias que comprovem sua pertinência. Robert K. Merton (1968) apresenta o caso do Last National Bank, um banco

que foi à falência em 1932 por causa de um boato *infundado* sobre sua capacidade de solvência²⁶, que se tornou *real* em suas consequências, pois o banco dependia externamente de uma intrincada rede de esperanças econômicas, ou “círculo de crença” (BOURDIEU, 2002), que se desfez quando seus clientes simultaneamente retiraram seu dinheiro, com medo de perdê-lo para uma instituição *suspeitamente* falida, formando filas gigantescas, naquela que ficou conhecida na França como “quarta-feira negra²⁷”.

“Os homens não reagem somente aos traços objetivos de uma situação, como também, e às vezes principalmente, no sentido que a situação tem para eles” (MERTON, 1968, p.516). Dessa forma, a percepção de uma situação específica influenciará as ações objetivas de seus participantes, o que influenciará por sua vez o curso da situação, podendo algumas vezes acontecer de certas percepções se concretizarem no *real*, mesmo que inicialmente tenham sido proposições falsas. Neste sentido, algumas “profecias” de fato se realizarão, por exemplo, o aluno ansioso que reprovou por excesso de preocupação se iria passar de ano ou não, torna real o fracasso que previu; as previsões do horóscopo, bolhas especulativas (MACKAY, 1980), a *performatividade* de fórmulas matemáticas no mercado financeiro (MACKENZIE, 2008), etc. E, no sentido que mais interessa nesta dissertação, a alta ou a baixa do valor das ações de empresas, baseada em alguma crença coletiva que se estabeleceu sobre sua situação a partir do jornalismo econômico. Tais profecias que nascem de proposições *falsas* e se tornam *reais* são entendidas por Robert Merton (1968) como “*profecias que se cumprem por si mesma*”, ou “*profecia que se autocumpre*”.

De forma análoga, o economista²⁸ André Orléan (2002) traz o papel do mimetismo, ou imitação, para explicar as “dinâmicas populacionais” e, em especial, as dinâmicas especulativas. O homem mimético, identificado ao homem das massas, é tido como o absoluto oposto do *homo œconomicus*: cego pela paixão coletiva, esquece seus interesses pessoais para, sem

²⁶ Carência de dívidas e capacidade de liquidá-las.

²⁷ Além dessa, existe uma segunda “quarta-feira negra” que aconteceu em 1992, quando especuladores (em especial George Soros), desvalorizaram a libra esterlina e causaram a quebra do Banco Central Inglês.

²⁸ André Orléan é um economista francês, diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, que faz um debate com a Sociologia em seus trabalhos. Na França, a Economia tradicionalmente está mais ligada à Sociologia que em outros países. Por essa razão, para enriquecer o debate, ele é trazido aqui como referência.

qualquer discernimento, seguir o movimento do grupo no qual está inserido, o que remete certamente a uma sobrevivência arcaica. Porém, é um tipo de comportamento que *não é totalmente incompatível com a racionalidade formal*, mesmo que possa levar a entendimentos subótimos. Neste sentido, Orléan (2002) aponta 3 razões para o mimetismo:

Diante de um mesmo problema, o indivíduo A pode optar racionalmente por imitar a pessoa B por acreditar que esta possui informações e conhecimentos que ele não tem. Suponhamos que um incêndio ocorra, e A vê B sair correndo por uma porta, é racional que o siga. Com efeito, ou B não sabe de nada e segui-lo é uma maneira de sortear uma saída, ou B sabe de algo e imita-lo é vantajoso para A. André Orléan (2002) chama esta imitação de *mimetismo informacional*, quando copiamos o outro por supormos que ele tenha mais informações. Vale lembrar que neste tipo de mimetismo a utilidade intrínseca dos indivíduos não é afetada.

Quando um grupo adere a uma determinada regra, aqueles que não a respeitam são passíveis de sanções. Por exemplo, quando um indivíduo evita um comportamento que pode causar uma mancha em sua reputação, na perspectiva dos outros membros do grupo, visando evitar as possíveis sanções, neste caso é racional imitar o comportamento dos outros (ORLÉAN, 2002). É o que André Orléan (2002) denomina *mimetismo normativo*, em que o indivíduo opta por uma escolha por ela ser amplamente preferida por determinado grupo e, na visão do ator, torna-se legítima e normal. Este tipo de mimetismo pode emergir sem intenção, quando os indivíduos temem se afastar da opinião da maioria, mesmo sem saber determinar exatamente qual ela é.

O terceiro e último mimetismo apontado por André Orléan (2002) é o *mimetismo preferencial*, que resulta de duas componentes, intrínseca e coletiva. Quanto mais indivíduos do mesmo grupo optam por determinada opção, sua utilidade intrínseca aumenta para todos os indivíduos do grupo. Por exemplo, quanto mais consumidores optarem por uma inovação tecnológica, mais ela se tornará desejável para os outros indivíduos.

Pode-se notar que há certa ambiguidade entre o mimetismo normativo e preferencial e dependerá da interpretação do analista determinar o tipo mais aproximado. Por exemplo, se um gestor comprou um título X porque pensou que outros também o comprariam, o que faria o valor do papel que comprou

subir, sua atitude se enquadra como mimetismo preferencial. Porém, se o fez porque poderia manchar sua reputação, fazendo-o passar por uma pessoa pouco conhecedora dos mercados e perder sua clientela, etc., seria o mimetismo normativo (ORLÉAN, 2002).

A cultura também influencia o comportamento dos agentes. Em seu artigo “*Culture in action: symbols and strategies*”, a socióloga Ann Swidler (1986) afirma que a cultura influencia a ação dos indivíduos fornecendo um repertório de hábitos, habilidades e estilos, que são utilizados como ferramentas para construir suas “estratégias de ação” (p. 273). Para ela, a ação é o resultado do interesse dos indivíduos frente às restrições estruturais da sociedade, sendo o agente a única possibilidade de elo *racional* no embate indivíduo/estrutura. Neste sentido, Swidler dialoga com a “teoria do interesse” e propõe uma abordagem diferenciada dos “valores culturais”.

Há mais de um século que a *teoria do interesse* sofre críticas e, na sociologia, especialmente a partir de Max Weber, entende-se que o sentido clássico *smithiano* de agir é incompleto ao desconsiderar a ação social movida por razões além das econômicas (valores, tradição, afeto, etc.), embora se reconheça que o interesse econômico como um dos componentes mais fundamentais e universais do comportamento humano (SWEDBERG, 2005b; WEBER, 2012).

Ann Swidler (1986; 2003) aprofunda a noção de *interesse* agregando as variações no significado da ação sob o termo “cultura”, e a utiliza como dimensão central da análise, em especial, na forma como a cultura é utilizada ou descartada pelos agentes, como um leque de opções, um conjunto de ferramentas ou “tool kit” (SWIDLER, 1986, p.273). A cultura fornece uma multiplicidade de maneiras de agir, de ser e de pensar o mundo, valores que remetem a fins, um *repertório cultural*, que serve de base para os agentes construírem suas *estratégias de ação* (SWIDLER, 2003). Swidler (2003) sustenta que os agentes são *muito* conscientes sobre os códigos culturais disponíveis e escolhem deliberadamente quais utilizar ou descartar, por exemplo, optam por ser protestantes e seguir os mandamentos, serem casados e se adequar aos valores da instituição do casamento, ter ideais de vida, etc., ou mesmo não ter ideal nenhum.

Para Swidler (1986; 2003), a sociedade pode ser pensada em termos de *períodos estáveis* e *instáveis*. Certamente, a cultura exerce influência em ambos, porém, de tipos bem diferentes: Em *períodos estáveis*, uma cultura bem estabelecida proporciona aos agentes mais liberdades na sua experiência pessoal. Há pouca coerência, um controle fraco sobre a ação, hábitos, habilidades e experiências são reforçados, criando uma continuidade de estilos e *ethos*. Em *períodos instáveis*, a cultura se torna mais visível, como em um período de *crise* (*identitária, social, política, econômica, etc.*), parece que há mais cultura, as pessoas buscam ativamente por novos repertórios culturais para aprender novas maneiras de ser. Ideologias ganham aparências mais coerentes e consistentes, e competem umas com as outras, há mais controle sobre a ação, novas estratégias de ação emergem a partir de um novo repertório cultural que se faz disponível.

Por fim, buscou-se neste capítulo apresentar opções teóricas para analisar sociologicamente *se/como a doxa financeira neutraliza o jornalismo econômico em favor de seus interesses e de que forma isso acontece* (objetivo de pesquisa) utilizando como pano de fundo o momento da crise 2007-2008 (antes, durante e depois), e a BM&FBovespa, certamente afetada pela crise, como temática principal das notícias analisadas. Pretende-se analisar a ação dos jornalistas a partir da teoria da profecia que se cumpre por si mesma (MERTON, 1968), a teoria weberiana da ação social (WEBER, 2012) e mitemismo informacional, normativo e preferencial (ORLÉAN, 2002). E, para analisar os *momentos* da crise T1 T2 e T3, pretende-se utilizar a teoria dos repertórios culturais em períodos estáveis e instáveis (SWIDLER, 1986; 2003), sendo estes os elementos fundamentais da teoria que se pretende construir ao redor dos dados empíricos.

No próximo capítulo, apresentaremos os dados empíricos obtidos nesta pesquisa.

3. AS NOTÍCIAS VISTAS COMO REPERTÓRIOS CULTURAIS

Neste capítulo serão apresentados os dados brutos que foram obtidos na pesquisa, uma pré-análise dos repertórios culturais, e uma medição da intensidade dos repertórios, buscando articular a semelhança e as diferenças encontradas entre a RE e a FSP nos períodos T1 T2 T3.

3.1. REPERTÓRIOS CULTURAIS COMO “NÓS” DO PROJETO

O jornalismo econômico pode ser entendido como um campo de criação, circulação e consagração de bens culturais, em que valores culturais são transmitidos através das reportagens. Num segundo sentido, oculto, produz um consenso sobre o mundo social, limitado a partir de suas próprias restrições de mercado, que influencia a percepção dos sujeitos e suas possíveis ideologias e produz efeitos homólogos ao que sofre (BOURDIEU, 2002).

Neste caso, se a cultura for entendida como uma multiplicidade de “eus”, mundos e modos de ação possíveis, ela é então um repertório de habilidades, hábitos e *orientações* que os agentes “performam” a partir de elementos culturais (SWIDLER, 2003) que emergem através do jornalismo econômico, e que são selecionados ou descartados por seus leitores, conscientemente ou inconscientemente, que servem de recursos para sua estratégia de ação.

O jornalismo econômico, então, é uma das instituições que fornecem repertórios culturais que serve de ferramenta para explicar situações ou problemas em determinado momento. Ao eleger determinadas “categorias”, que aqui são entendidas como os “nós”, produz este efeito de “impor” determinado assunto nos agentes. Cabe-nos perguntar não apenas quais ou quantas vezes determinados repertórios culturais emergem em determinadas reportagens, mas porque alguns repertórios aparecem em determinados momentos e em outros não (SWIDLER, 2003).

Nesta percepção, o nó “ascensão” é composto por elementos que refletem o aumento do número de investidores, expectativas otimistas sobre o

mercado, perspectivas de altas nos preços, etc., conforme o trecho codificado a seguir:

O Brasil descobre a Bolsa. Ao longo dos últimos meses, enquanto o noticiário político praticamente monopoliza a atenção nacional, o Brasil vem conseguindo operar um daqueles avanços que marcam a história da economia de um país. Sem que a maioria das pessoas tivesse se dado conta, um dos principais obstáculos ao crescimento da economia brasileira -- a falta de dinheiro para financiar a expansão das empresas -- finalmente começou a ser removido. Até recentemente dependente do caríssimo crédito bancário para financiar projetos de investimento, um número crescente de companhias brasileiras tem conseguido captar recursos no mercado financeiro a um custo baixo para os padrões locais. O epicentro dessa revolução ocorre na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), incrustada num suntuoso prédio no centro histórico da capital paulista. Por muito tempo vista como um cassino onde espertalhões faziam fortuna à custa do suado dinheiro de pequenos poupadões, a Bovespa começa agora a desempenhar um papel totalmente inovador na economia do país -- o de aproximar empreendedores com idéias inovadoras e planos de expansão das pessoas com dinheiro para financiar esses projetos. É essa capacidade de juntar empresários e investidores que torna a bolsa de valores uma das engrenagens mais poderosas da máquina capitalista em todas as nações desenvolvidas. "Comparo o momento atual do mercado brasileiro com o de um jovem que completa 18 anos de idade", diz Marcello Trindade, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Atingimos, finalmente, a maturidade." [RE_T2_2009(3)]

O nó “descrença” reflete diversas situações em que o jornalismo apresentou uma perspectiva negativa da BM&FBovespa, como a “fuga de investidores”, medo de investir após graves perdas, perspectiva de queda do valor das ações, aversão ao risco do mercado, etc. Como exemplo, apresentamos o trecho a seguir:

Apesar de toda a luta sobre o fortalecimento do mercado de ações no Brasil, a Bovespa ainda está longe de espelhar a economia como um todo. Combinadas, só Petrobras e Vale do Rio Doce (produtoras de commodities) representam 31% do índice Bovespa. Somadas a outras empresas do setor de commodities (como Gerdau e Usiminas), o percentual vai a 43%. Com a nova tendência de queda das commodities,

dificilmente a Bolsa vai se recuperar tão cedo e voltar a atrair os cerca de US\$ 15 bilhões de investidores estrangeiros (os verdadeiros "operadores" da Bovespa) que deixaram o país nos últimos dois meses [FSP_T2_2008(2)].

Sob o signo "crise" foram incorporadas informações relacionadas especificamente com a crise financeira de 2008. Neste sentido, foram excluídas notícias de outras crises que se passaram no período analisado, como a crise do setor aéreo (apagão aéreo de 2006), a crise política de 2005-2006 (escândalo do mensalão), entre outras. Segue um trecho codificado neste item:

O cenário é otimista, mas ninguém prevê um ano tranquilo. Apesar de a bolsa brasileira ter ganhado vida própria, ninguém pode imaginar que ela esteja imune à influência americana. "Não dá para ignorar o peso exercido pelo maior mercado acionário do planeta", diz Ivan Monteiro, sócio da gestora de recursos carioca JGP. Um exemplo disso ocorreu em julho e agosto. O agravamento da crise das hipotecas levou a bolsa brasileira a ter um dos piores pregões em anos -- em 16 de agosto, o Ibovespa caiu 8,8% ao longo do pregão e esteve na iminência de passar por um circuit breaker, mecanismo que interrompe as negociações para acalmar o mercado. Não é improvável que dias assim se repitam em 2008. O risco de haver uma recessão nos Estados Unidos é cada vez maior, o que deve deixar os mercados voláteis. No entanto, se a crise americana não afetar de forma radical a economia global -- e se o Brasil mantiver o curso --, os investidores podem esperar bons retornos da bolsa brasileira. A estimativa média de analistas de bancos e corretoras para o fim de 2008 aponta para um Ibovespa em 85 000 pontos, o que representa valorização de 38% em relação ao fechamento de 19 de dezembro. "Isso nunca aconteceria no passado", diz Tenani, do UBS Pactual. "Se as perspectivas para os Estados Unidos fossem ruins, dificilmente algum analista se arriscaria a prever um bom desempenho para a Bovespa." É sinal de que algo mudou -- para melhor -- no mercado acionário brasileiro [RE_T1_2007(3)].

A moderação e a prudência dos jornalistas econômicos e de seus eleitos sobre a situação e o futuro da BM&FBovespa foram codificados sobre o nó "cautela". Sentenças como *"o aprendizado na área de finanças pode levar anos ou até mesmo décadas. Em situações de crise até os mais experientes profissionais são levados a adotar posições conservadoras no mercado"* [RE_T1_2007(2)], ou *"a recomendação dos especialistas é que o investidor*

corra menos risco. Quando há neblina na estrada, o melhor é andar devagar" [RE_T1_2008(1)] são completamente diferentes do sentido otimista observado em muitas notícias. Certamente, a cautela provém de uma situação aparente de risco, mas que não é necessariamente negativa, pois a situação aparenta algum tipo de domínio, que normalmente vem provido de alguma ortodoxia, como no caso das sentenças citadas acima.

O nó "BM&FBovespa" apresenta recortes em que as notícias tratam especificamente sobre a operação da BM&FBovespa, campanhas de popularização, profissionais do pregão, transparência, requisitos de governança corporativa, tecnologias, etc. Neste ponto é preciso deixar claro que absolutamente todas as reportagens analisadas tem como pano de fundo principal a BM&FBovespa, sem exceção. Logo, este nó se refere especificamente a trechos de reportagens sobre a *BM&FBovespa em si, como instituição, empresa*, conforme o trecho codificado a seguir:

A minha ideia era transformar uma Bolsa que era elitista em uma Bolsa popular. Para fazer isso eu usei os conceitos do filósofo italiano Norberto Bobbio, que se baseia em três conceitos democráticos: transparência, visibilidade e acesso. Para aumentar a transparência na gestão, nós trouxemos um ombudsman à Bolsa e criamos o Novo Mercado. Bobbio diz que visibilidade é a menor distância entre o governante e o governado, então a partir desse conceito criamos o "Bovespa vai até você" programa de popularização da Bolsa, que tinha entre as iniciativas o "Bovmóvel", um furgão com instrutores da Bolsa que viajava por todas as partes do país. Em vez de ficar no décimo andar da Bolsa, visitamos 13 praias do Brasil, fomos a sindicatos, shoppings, fábricas, escolas, etc. A ideia não era vender ações, era explicar que a Bolsa não era uma casa de jogo e sim um investimento, mas para o longo prazo e de risco. Sobre o conceito de acesso criamos o programa "Mulheres em Ação", responsável por ampliar a participação da mulher na Bolsa e instalamos salas de aulas dentro dos sindicatos, para quebrar o conflito do capital com trabalho. Da filósofa Hannah Arendt, absorvemos o conceito de que poder é um agir em conjunto. Nós extinguimos a CPMF agindo em conjunto com presidentes de bolsas do país. No Brasil existe a ideia de agir sozinho, mas o poder existe quando todos se unem e compartilham o sucesso [RE_T3_2014(2)].

A categoria "cenário" nos traz informações sobre o contexto internacional, perspectivas do FMI para o Brasil, câmbio, ou mesmo

informações sem relação determinadas com a BM&FBovespa, mas que servem como complementos às notícias sobre os mercados que podem trazer algum significado para o leitor que busca informações que possam afetar a BM&FBovespa:

Os mercados financeiros mundiais perderam quase US\$ 6,3 trilhões neste ano, impactados pela crise financeira na zona do euro, aponta levantamento da Bloomberg citado pelo jornal "Financial Times". De acordo com os dados, a capitalização do mercado global de ações caiu 12,1%, para US\$ 45,7 trilhões, em 2011, enquanto o euro terminou o ano com o pior desempenho entre as principais moedas do mundo, depois de finalmente começar a sucumbir aos problemas financeiros e econômicos do continente, em dezembro. Segundo o texto do "FT", o euro conseguiu se manter resistente por boa parte do ano -prejudicando fundos de hedge que haviam apostado em um declínio mais forte--, mas acabou atingindo o nível mais baixo em dez anos conta o iene japonês, e está próximo de baixas contra o dólar que atingiu há um ano. "Os investidores estavam mais otimistas no começo do ano, mas conforme ele foi passando, eles foram forçados a cair na real sobre os níveis de dívida no mundo ocidental", afirmou ao "FT" Navtej Nandra, chefe internacional da Asset Management do Morgan Stanley. Para o mercado acionário dos Estados Unidos, o ano de 2011 foi uma longa e agitada jornada sem destino [FSP_T3_2011(3)].

A categoria "Estado" foi incorporada ao projeto para trazer referências sobre a atuação do governo brasileiro ao redor da BM&FBovespa, o Banco Central, eleições, menções aos Presidentes Lula, Dilma, e Fernando Henrique Cardoso (mesmo este tendo presidido num período fora do recorte analisado 2004-2014), etc. Para exemplificar, trazemos o exemplo a seguir:

Preocupado com a alta dos preços, o Comitê de Política Monetária (Copom), formado pelo presidente e pelos diretores do Banco Central, deixou claro que não irá vacilar em aumentar a taxa básica de juro da economia, a Selic, caso a inflação continue subindo. O anúncio não chega a ser uma surpresa. Ao longo dos últimos oito anos e meio, desde que foi criado o sistema de metas de inflação, o país se acostumou com a luta constante do Banco Central contra a alta de preços. Em grande medida, foram conquistas como essa que colocaram o Brasil no patamar atual [RE_T1_2008(1)].

O nó “estratégias” traz instruções que foram dirigidas aos leitores da FSP e RE para onde aplicar o dinheiro, como aplicar em termos de moderação e exposição ao risco, possibilidades de ganho que emergiram em resposta à crise, como tirar proveito da volatilidade, etc. Por exemplo:

Um conselho sempre dado por especialistas aos investidores é o de aproveitar momentos de tensão e pessimismo generalizado para comprar ações e, dessa forma, encontrar pechinchas e aumentar o potencial de alta dos papéis. Outra dica comum é não utilizar o dinheiro que precisará ser gasto dentro de poucos meses para investir em bolsa de forma a evitar a possibilidade de ter de resgatar os recursos em um momento ruim. A alta volatilidade esperada para este ano reforça a importância desses dois conselhos. Como não faltarão altos e baixos na bolsa, o investidor prudente e paciente provavelmente terá a oportunidade de comprar papéis hoje caros por um preço mais atrativo pouco adiante e evitará problemas de liquidez se tiver de esperar mais que o estimado para colher os retornos das aplicações [RE_T3_2012(1)].

A categoria ou nó “*investment grade*” se refere a um momento chave na elaboração deste projeto, que serviu de marco para a transição de T1 para T2, em que o Brasil no auge do otimismo ganhou o tão aguardado grau de investimento, e diversos fundos internacionais passaram a injetar dinheiro na BM&FBovespa. Segue um trecho codificado neste item:

A agência de classificação de risco Standard & Poor's, uma das principais do mundo, anunciou nesta quarta-feira que elevou o rating soberano (nota de risco de crédito) do Brasil para grau de investimento, a melhor classificação para receber investimentos estrangeiros. Com isso, a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) disparou e bateu recorde ao atingir 67.868 pontos, alta de 6,33%. A elevação do rating do Brasil em moeda estrangeira em longo prazo passou de BB+ para BBB, nota que já está incluída no grupo classificado como grau de investimento [FSP_T1_2008(1)].

Por fim, a última categoria codificada neste projeto é a “ortodoxia”, ou seja, pensamentos e ideias sobre o mercado, que são tidos como normais, corretas, aceitáveis e tradicionais. Entende-se aqui a ortodoxia em termos de técnicas e conhecimentos econômicos tradicionais que são invocados para explicar uma situação atual baseada em experiências anteriores, por exemplo,

a expressão “comprar ao som do canhão e vender ao som do clarim” (MULLER, 2006), que significa que é melhor investir quando os participantes do mercado estão com medo e sair dos investimentos quando todos parecem estar ganhando, numa espécie de ortodoxia que defende o “pensamento contrário” na busca pelo lucro e que está relacionada com o modo de pensar dos financistas (SCHWAGER, 1993).

Grandes ganhos e enormes perdas fazem parte da natureza do mercado financeiro e - mais especificamente - das bolsas de valores. Sempre foi assim. E provavelmente sempre será, ainda que a maioria dos mortais não possa prevê-los com precisão. No início do século 18, o físico Isaac Newton, um dos maiores gênios matemáticos que a humanidade já produziu, foi uma das vítimas da quebra de expectativas que o mercado, ciclo após ciclo, gera. Newton foi um dos investidores da South Sea Company, empresa britânica que prometia grandes lucros com a exploração comercial dos mares do Atlântico Sul. Parecia perfeito, num momento em que o comércio internacional ganhava força. Mas os planos não se concretizaram, o negócio tornou-se inviável, os investidores correram para vender suas participações e a South Sea quebrou. O acontecimento é descrito hoje como uma das primeiras bolhas financeiras da história. Newton foi engolido por ela e definiu sua frustração com a imprevisibilidade do mercado da seguinte forma: "Posso calcular o movimento das estrelas, mas não a loucura dos homens" [RE_T2_2008(2) grifo meu].

3.2. INTENSIDADE DOS NÓS

Neste subcapítulo são apresentadas as tabelas que contém a quantidade de notícias em que os nós (repertórios culturais) aparecem em cada período T1 T2 T3 e a porcentagem relativa em que estes nós aparecem, de acordo com a quantidade de notícias compreendidas no período. Vale lembrar que T1 é composto por 13 notícias, T2 é constituído por 8 e T3 são 12, num total de 33 notícias para cada veículo RE e FSP.

Os dados empíricos apresentados na Tabela 1 correspondem à quantidade de notícias e sua intensidade relativa ao período analisado. Em outras palavras, a quantidade de matérias que possuem no mínimo 1 trecho

codificado com o nó “ascensão” e a porcentagem relativa ao número de matérias analisadas no período:

Tabela 1

Nó “ascensão”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 13 | 100 | 12 | 92,31 |
| T2 (8) | 7 | 87,50 | 5 | 62,50 |
| T3 (12) | 8 | 66,67 | 5 | 41,67 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 1 nos diz que a RE em todos os períodos T1 T2 T3 aparentemente foi mais otimista que a FSP e mais contagiada pelos “interesses” do mercado nos três períodos analisados. Em T1, 100% das notícias apresentadas pela RE traziam aspectos otimistas em seu conteúdo. A FSP, por sua vez, mesmo tendo embarcado no otimismo que antecedeu a crise junto com a RE, sempre foi mais comedida em suas afirmações. Já é possível também observar nesta tabela uma trajetória descendente da crença na ascensão da BM&FBovespa em ambas RE e FSP. Em T3, por exemplo, apenas 41,69% das notícias publicadas pela FSP traziam alguma notícia que sugerisse alguma possibilidade de ascensão.

Já a Tabela 2 a seguir representa exatamente o sentido oposto da Tabela 1, a “descrença” no futuro da BM&FBovespa:

Tabela 2

Nó “descrença”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 2 | 15,38 | 4 | 30,77 |
| T2 (8) | 5 | 62,50 | 4 | 50,00 |
| T3 (12) | 11 | 91,67 | 7 | 58,33 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 2 demonstra em todos os períodos T1 T2 T3 uma trajetória ascendente do número de notícias com repertórios culturais que apontavam um sentido de descrença na BM&FBovespa. No período T1, nota-se que a descrença da FSP estava acima da RE, diferente dos períodos T2 e T3, em que a RE a superou. Aqui parece haver uma indicação de que a RE por haver saltado de 15,38% em T1 para 91,67% em T3 se tornou muito mais cuidadosa em seus posicionamentos sobre a BM&FBovespa. “Somos réus confessos”, diz a reportagem da RE “Para que servem os analistas?”, reproduzida na íntegra no ANEXO I desta pesquisa, para ilustrar este ponto, que reflete o excesso de otimismo que antecedeu a crise de 2007-2008, e certamente foi um “constrangimento” para os jornalistas que apostaram na ascensão do mercado, e levaram muitos de seus leitores a fazerem o mesmo.

Passemos a Tabela 3, em que será analisado o nó “crise financeira”.

Tabela 3

Nó “crise”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 2 | 15,38 | 3 | 23,08 |
| T2 (8) | 7 | 87,50 | 4 | 50,00 |
| T3 (12) | 2 | 16,67 | 0 | 00,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme já era esperado, a Tabela 3 demonstra que o período de maior intensidade da crise 2007-2008 foi o período T2, especialmente o recorte T1 para T2, em 1º de maio de 2008. No entanto, sabe-se que a crise norte-americana foi anunciada ao público no início de 2007, logo, o final do período T1 foi um período em que a crise americana surgia como uma possibilidade, mas a BM&FBovespa vivia o seu auge, e pensava-se que a crise não atingiria o Brasil, o que acabou acontecendo somente em julho de 2008, no início de T2. Logo, todas as notícias desta tabela que contém o repertório cultural “crise” em T1 aconteceram num período em que a crise já estava afetando o mundo, num efeito dominó, enquanto o Brasil ainda desfrutava dias de glória, e pensava-se que a crise não chegaria por aqui.

Em T1, a FSP apresentou maior intensidade que a RE ao retratar o repertório cultural da crise, alertando com mais vigor seus leitores sobre a possibilidade dela chegar no Brasil. Em T2, foi a RE quem intensificou seu foco, com quase a totalidade de suas notícias tratando deste evento. Em T3, a FSP praticamente não tocou mais no assunto, enquanto a RE ainda trazia na memória as reminiscências do que aconteceu.

Passemos ao nó “cautela”, conforme a Tabela 4.

Tabela 4

Nó “cautela”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 6 | 46,15 | 3 | 23,08 |
| T2 (8) | 4 | 50% | 2 | 25,00 |
| T3 (12) | 6 | 50% | 2 | 16,67 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

As informações contidas na Tabela 4 indicam que não há grandes variações entre os períodos e veículos analisados no que se refere à “cautela” (nó), prudência e moderação. A RE apontou menos repertórios nesse sentido em T1 do que em T2 e T3, o que indica certamente que no período de otimismo T1 as recomendações da revista eram ainda mais otimistas e menos cautelosas do que em T2 e T3. Já a FSP, provavelmente por ter sido menos otimista em todos os períodos do que a RE, aparentemente não encontrou tanta necessidade de calcar suas recomendações com advertências de “cautela”, mas até o momento esta é apenas uma hipótese. Curiosamente, no período T3, a FSP foi a que menos fez indicações de cautela sobre a BM&FBovespa, com apenas 16,67% de suas notícias contendo alguma sugestão nesse nível.

A Tabela 5 a seguir traz a quantidade de trechos codificados sob o repertório cultural “BM&FBovespa”.

Tabela 5

Nó “BM&FBovespa”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 9 | 69,23 | 3 | 23,08 |
| T2 (8) | 3 | 37,50 | 1 | 12,50 |
| T3 (12) | 3 | 25,00 | 1 | 8,33 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da trajetória descendente de notícias que falavam sobre a BM&FBovespa apresentada na Tabela 5, é possível notar a diminuição do interesse da RE e da FSP em falar sobre ela. No sentido inverso, os dados empíricos apresentados nesta tabela vêm a confirmar os pressupostos iniciais desta pesquisa, de que no início dos anos 2000, a então Bovespa recebeu muita atenção do jornalismo econômico, muito maior do que a que se constata no final do período analisado. Novamente, a cobertura da RE é mais intensa que da FSP, refletindo neste caso mais profundidade nas notícias apresentadas. Porém, isso já era esperado, tendo em vista que as reportagens da RE são longas em sua maioria, enquanto a FSP muitas vezes apresenta reportagens de poucos parágrafos.

A influência do cenário e a percepção da situação da BM&FBovespa é apresentada a seguir na Tabela 6:

Tabela 6

Nó “cenário”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 4 | 30,77 | 6 | 46,15 |
| T2 (8) | 6 | 75,00 | 3 | 37,50 |
| T3 (12) | 10 | 83,33 | 6 | 50,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 6 aponta que quanto maior a descrença na BM&FBovespa, maior a tendência do cenário internacional entrar no foco dos jornalistas econômicos, sugerindo um aumento na percepção de que investir em países

do exterior pode ser um melhor negócio que investir no Brasil. Nesse sentido, o período T3, o momento de maior descrença (conforme Tabela 2), é o que traz a maior intensidade deste repertório cultural. Um exemplo desta tendência por ser encontrado na amostra FSP_T3_2011(1), que possui o *lead* “70% dos brasileiros querem investir no exterior”²⁹. Nesse viés, a Tabela 6 reflete uma trajetória ascendente da RE desde T1 para T2 para T3.

Porém, a FSP teve um comportamento mais irregular, pois mesmo tendo atingido o pico máximo deste nó em T3, a intensidade do cenário internacional em T1 foi maior, o que provavelmente é uma diferença residual do repertório cultural “descrença”, tendo em vista que nesse período a FSP não era tão otimista com relação ao cenário exterior quanto a RE. Para comprovar este ponto, seguem dois trechos codificados da FSP no período T1:

[...] Apesar do sucesso da política de estabilização e das expectativas favoráveis dos empresários brasileiros, aferidas nas sondagens de opinião, os indicadores de emprego não são animadores. [...] a economia vai muito bem para os ricos e mal para os pobres. [...] A globalização, as novas formas de organização da produção e as mudanças tecnológicas criaram um cenário em que a produção cresce em todo o mundo sem que o emprego cresça na mesma intensidade. Mesmo nos países desenvolvidos, onde o desemprego vem caindo, foram necessários ajustes estruturais significativos em termos de educação e capacitação profissional. No Brasil, além dessa defasagem tecnológica, surge ainda o fantasma das defasagens quantitativas. Segundo Marcelo Néri, competente estudioso da questão de emprego e renda no Brasil, "se o Brasil crescer nos próximos quatro anos 5% per capita ao ano, vai gerar 10 milhões de empregos, e a miséria cairia 18%". Crescimento per capita de 5% implica expansão do PIB de 7% ao ano. As mais otimistas previsões falam em 4% em 2004, após 0,5% em 2003. Como se vê, a promessa de 10 milhões de empregos não será cumprida pelo governo. E, mesmo se fosse, não resolveria o problema do desemprego e da pobreza [FSP_T1_2004(1)].

E, na mesma esteira:

As oscilações recentes do câmbio e do risco-país e as quedas da Bolsa prenunciam essa mudança de cenário que deverá

²⁹ Disponível em <<http://goo.gl/qHR6D6>>. Acesso em 24/04/2016.

ocorrer num horizonte de médio prazo. "Havia uma liquidez internacional favorável aos mercados emergentes, como o Brasil. Agora, as pessoas sabem que em algum momento os juros americanos vão subir e estão se preparando para a mudança", acrescenta. O momento é de transição e exige que os investidores fiquem atentos na hora de aplicar suas economias. Nas últimas semanas o mercado financeiro oscilou a cada má notícia do exterior. Se as maiores ameaças vêm do cenário externo, suas consequências internamente poderão acirrar as pressões políticas sobre o governo para que ele mude os rumos da política econômica, segundo analistas. "Poderemos estar vivendo um cenário totalmente diferente nos próximos meses, fruto de um acirramento da questão social e de uma possível crise que essa situação poderá abrir dentro do governo", diz Emanuel Pereira, sócio da GAP Asset Management [FSP_T1_2004(2)].

Já a RE no mesmo período T1 contemplava em suas matérias trechos otimistas sobre o cenário, tais como "o dólar não deverá subir de maneira consistente porque deverá haver um forte fluxo de dólares para o Brasil, como resultado do crescimento das exportações" [RE_T1_2004(2)], "os sinais [do exterior] são positivos [...] e o preço das ações está defasado frente a um cenário interno e externo mais favorável [RE_T1_2005(3)]. Neste sentido, estes dados vêm a confirmar que a FSP tende a ser menos otimista que a RE ao tratar o tema da BM&FBovespa, ao inseri-la no contexto do cenário da economia local e global.

Uma outra interpretação da Tabela 6 seria a de que as matérias da RE são mais completas ao cobrir o cenário do que a FSP, pois na maioria dos períodos a RE trouxe o repertório cultural do cenário com mais intensidade que a FSP (foi maior em T2 e T3), o que naturalmente se justifica por ela ser dirigida a um público de negócios, ansioso por este tipo de informação, enquanto a FSP visa um público mais amplo e diário.

Passemos ao estado, conforme a Tabela 7.

Tabela 7

Nó “Estado”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 9 | 69,23 | 6 | 46,15 |
| T2 (8) | 1 | 12,25 | 0 | 0,00 |
| T3 (12) | 5 | 41,67 | 3 | 25,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 7 apresenta a intensidade de notícias que articulavam o Estado brasileiro com a BM&FBovespa, trazendo indicadores importantes que poderiam afetar as ações, como o PIB, o Banco Central e as taxas de juros, os efeitos das eleições, crises políticas, etc., além da influência das políticas do Governo no desenvolvimento dos negócios, como o trecho codificado abaixo da matéria “Investidor ganhou com a ortodoxia do PT”:

Quem olhasse 12 meses à frente tinha duas apostas claras a fazer: na primeira, o governo petista daria o calote na dívida, jogando o risco Brasil para as nuvens, catapultando o dólar, a inflação e os juros. O investidor que acreditou nesse cenário aplicou em dólar ou fundo cambial e se deu mal. A outra aposta, feita pela maioria do mercado, foi que Luiz Inácio Lula da Silva faria, inevitavelmente, uma política conservadora, que incluiria a derrubada gradual da taxa de juros. Quem apostou no conservadorismo do PT ganhou dinheiro. O balanço da rentabilidade dos fundos de investimento em 15 meses de governo Lula (1º de janeiro de 2003 a 31 de março deste ano) mostra que o recuo lento dos juros beneficiou todas as categorias de fundos -menos a dos cambiais [FSP_T1_2004(2)].

O trecho mencionado acima aponta uma convergência dos agentes da esquerda do espectro político com o mercado financeiro, tal como afirma Roberto Grün (2009; 2011b). Tal convergência surpreendeu, acalmou e certamente agradou o mercado financeiro, tendo em vista que a BM&FBovespa atingiu seu auge com um governo de esquerda no poder. Os dados da Tabela 7 desta pesquisa também confirmam esta relação: Em ambas RE e FSP, o Estado ganhou maior intensidade em T1, justamente no momento em que a bolsa estava em plena ascensão, comprovando a influência do Estado na

percepção dos jornalistas econômicos sobre este momento. Conforme Grun (2009):

Durante os governos de FHC, a Bovespa viveu uma fase “anêmica” [...] Num primeiro olhar, poderíamos dizer que o governo Lula criou um ambiente de negócios particularmente favorável ao desenvolvimento do mercado financeiro, ainda que seus críticos assinalem o papel benfazejo da conjuntura econômica mundial favorável ao Brasil (GRÜN, 2009, p. 154).

Dessa forma, a influência do Estado na ascensão da então Bovespa conforme apontada na reportagem FSP_T1_2004(2) encontra respaldo no pensamento de Grun (2009). Quer seja a conjuntura econômica mundial favorável ao Brasil ou o ambiente favorável criado pelo governo Lula, o Estado de fato aparece com mais intensidade em T1 tanto na RE como na FSP.

A seguir, apresentamos a Tabela 8, que contempla o nó “estratégias”.

Tabela 8

Nó “estratégias”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 3 | 23,08 | 0 | 0,00 |
| T2 (8) | 3 | 37,50 | 0 | 0,00 |
| T3 (12) | 7 | 58,33 | 1 | 8,33 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 8 apresenta uma grande diferença entre a RE e FSP no que se refere às recomendações de estratégias de investimento. Provavelmente por ser voltada a um público amplo, a FSP praticamente não faz recomendações de estratégias aos seus leitores. A única recomendação encontrada nesta pesquisa vinda da FSP ainda é bastante singela, sugerindo apenas uma “diversificação” dos investimentos: “No longo prazo, qualquer diversificação é positiva” [FSP_T3_2011(1)].

Já a RE, além de ter em seu repertório cultural geralmente algum tipo de sugestão, aparentemente apresenta uma tendência ascendente neste sentido. Os dados indicam que ela trouxe reportagens cada vez mais técnicas e positivas em suas afirmações, pois em T3 58,33% delas fazem alguma

recomendação, que comparados com os 23,08% em T1, significa um crescimento de mais de 100%.

O nó seguinte a ser analisado é o *investment grade*, conforme Tabela 9 abaixo:

Tabela 9

Nó “*investment grade*”

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 2 | 15,38 | 2 | 15,38 |
| T2 (8) | 1 | 12,50 | 2 | 25,00 |
| T3 (12) | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados empíricos apontados na Tabela 9 são constituídos dos nós codificados sobre o repertório cultural “*investment grade*”. O corte T1 para T2 foi feito exatamente a partir deste ponto, além de outros dois fatores, o pico máximo do índice Ibovespa e a fusão entre a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F) e a Bovespa. Logo, todas as notícias em T1 desta tabela antecipavam a outorgação do *investment grade*, enquanto as que aparecem em T2 justamente tratavam da surpresa da queda da bolsa ocorrida justamente após o recebimento. A seguir, segue um trecho codificado da RE em T1 sobre a possibilidade do Brasil obter o *investment grade*:

9 razões para entrar na bolsa [...] Tem gringo ganhando dinheiro aqui: o investimento estrangeiro bate recordes, o que tem aumento o preço e a liquidez das ações brazucas. Além disso, o Brasil está a caminho de ser classificado como *investment grade*, o selo de qualidade que coloca o país num seletíssimo clube de boas nações para investir. É risco igual ao dos Estados Unidos [RE_T1_2006(2)].

Da mesma maneira, a FSP também representava um repertório cultural otimista sobre a outorgação:

"O país está em posição completamente diferente da que tinha no final dos anos 90." "Embora a probabilidade de fuga de capitais seja menor, ela existe, e não devemos baixar a

guarda", alerta Leme. Faltam alguns passos para o Brasil obter o sonhado "grau de investimento" [FSP_T1_2007(2)].

E, a seguir, um trecho codificado em T2 sobre a decepção dos dias que se seguiram à obtenção do *investment grade*, demonstrando o desapontamento de todos aqueles que creram que o Brasil se tornaria "igual aos Estados Unidos" [referência à RE_T1_2006(2)]:

Parece que foi num passado distante, mas há apenas seis meses uma espécie de euforia coletiva tomou conta do mercado acionário brasileiro. [...] As razões para tanto otimismo eram de uma clareza científica. As economias de países emergentes, como se sabia, descolavam-se do desempenho dos países ricos. O Brasil havia acabado de receber o tão sonhado selo de país com grau de investimento, e o investidor estrangeiro invadiria a bolsa local na nova fase. [...] O futuro, portanto, sorria para a bolsa brasileira. O Índice Bovespa, que reúne as principais empresas do país e estava em seu recorde histórico, de 70 000 pontos, chegaria a 85 000 pontos até o fim de dezembro. [...] Por alguns dias, a coisa pareceu fazer um baita sentido. A bolsa brasileira continuou subindo até meados de maio - quando começou a descer a ladeira e não parou mais. Quem acreditou no sonho do "Ibovespa 85 000" perdeu dinheiro de gente grande. [...] o Índice Bovespa rastejava em 34 000 pontos no dia do fechamento desta edição. A projeção se provou errada da premissa à conclusão. Esse, infelizmente, é apenas um exemplo do circo de horrores [...] [RE_T2_2008(3)].

Por fim, o último nó a ser demonstrado é "ortodoxia", conforme Tabela 10 a seguir:

Tabela 10

Nó "ortodoxia"

| Período (total de reportagens) | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|--------------------------------|---------------|-------|--------------------|-------|
| | Qtde | % | Qtde | % |
| T1 (13) | 3 | 23,08 | 4 | 30,77 |
| T2 (8) | 5 | 62,50 | 1 | 12,50 |
| T3 (12) | 5 | 41,67 | 1 | 8,33 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como já foi dito anteriormente, o nó “ortodoxia” representa valores que são tidos como tradicionais em economia, que são invocados para explicar, justificar, informar o que esperar de um dado momento, numa intenção clara de apontar ao leitor conhecimentos consolidados no passado. Neste sentido, pode-se afirmar que na maioria das vezes a RE é mais ortodoxa que a FSP, sendo a única exceção em T1, em que a FSP, acompanhando o momento de otimismo, invocou a ortodoxia mais vezes que a RE.

Em T2, a RE invocou a ortodoxia 4 vezes mais que a FSP ao lidar com a crise, demonstrando uma reação muito mais evidente ao fato. A crise finalmente havia chegado ao Brasil e surpreendido a todos, certamente, a RE buscou na ortodoxia razões para explicar o que estavam acontecendo. Por exemplo:

Grandes ganhos e enormes perdas fazem parte da natureza do mercado financeiro e - mais especificamente - das bolsas de valores. Sempre foi assim. E provavelmente sempre será, ainda que a maioria dos mortais não possa prevê-los com precisão. No início do século 18, o físico Isaac Newton, um dos maiores gênios matemáticos que a humanidade já produziu, foi uma das vítimas da quebra de expectativas que o mercado, ciclo após ciclo, gera. Newton foi um dos investidores da South Sea Company, empresa britânica que prometia grandes lucros com a exploração comercial dos mares do Atlântico Sul. Parecia perfeito, num momento em que o comércio internacional ganhava força. Mas os planos não se concretizaram, o negócio tornou-se inviável, os investidores correram para vender suas participações e a South Sea quebrou. O acontecimento é descrito hoje como uma das primeiras bolhas financeiras da história. Newton foi engolido por ela e definiu sua frustração com a imprevisibilidade do mercado da seguinte forma: "Posso calcular o movimento das estrelas, mas não a loucura dos homens" [RE_T2_2008(2)].

Ou, ainda, buscou num dos financistas mais conhecidos do momento, Warren Buffet, explicações sobre o que havia acontecido.

O mais famoso deles é Warren Buffett, o homem mais rico do mundo, que ignora a fábrica de projeções que é o mercado financeiro. Buffett cunhou a famosa frase "Wall Street ganha dinheiro com a atividade. Você ganha dinheiro com a inatividade". Ou seja, investindo e esquecendo que os analistas existem. E a outra: "Wall Street é o único lugar para onde as

pessoas vão de Rolls-Royce pedir conselhos a quem pega metrô" [RE_T2_2008(3)].

De acordo com o conceito de repertórios culturais de Ann Swidler (1986; 2003) constata-se que o período mais instável da RE, em termos da emergência de signos culturais, foi o período da crise, com 62,5% de ortodoxia em T2, superior a todos os outros períodos. Enquanto, surpreendentemente, a FSP ficou mais instável em T1, com 30,77% da ortodoxia emergindo neste período, justamente quando a crença de que a Bovespa havia saído de um período longo de estagnação e dava sinais de que estava em ascensão. Nesta significação, a FSP trazia afirmações como ""A economia vai bem, mas o povo vai mal" Presidente Médici, sobre o período do milagre brasileiro na década de 70" [FSP_T1_2004(1)], ou ainda:

Para Delfim, o mercado está ""sabendo separar a parte econômica da política". Ele também não vislumbra nenhuma mudança de rumo na política econômica, muito menos uma guinada populista ao estilo do venezuelano Hugo Chávez. ""Lula é um sujeito abençoado, pois nunca ouviu falar em Karl Marx. O único risco é ele ser um católico fervoroso", ironizou [FSP_T1_2005(2)].

Ou seja, uma ortodoxia que se opõe abertamente a práticas econômicas heterodoxas (ao menos no que se refere a esta reportagem), num momento em que esperávamos *mais* estabilidade no repertório cultural.

Neste capítulo foram apresentados os dados obtidos a partir das 66 reportagens analisadas no período 2004-2014 e a forma como estes dados foram codificados em nós, a partir de "repertórios culturais" que emergiram nos períodos T1 T2 e T3. No próximo capítulo, abordaremos as possíveis soluções para o problema de pesquisa a partir dos dados obtidos.

4. O JORNALISMO ECONÔMICO E A CRENÇA SOCIAL.

Para que as proposições que levaram a esta pesquisa sejam adequadamente respondidas, é necessária tomá-las uma a uma: “*É possível compreender através das notícias publicadas sobre a BM&FBovespa, de que forma(s) o jornalismo econômico se articulou com a doxa financeira em (T1), (T2), e (T3), dando o significado “neutro” que reproduz a lógica da dominação financeira, mesmo em momentos de crise?*”

A hipótese principal refere-se exclusivamente ao período T1 e propõe que *em T1 o jornalismo econômico se articulou aos interesses dos financistas atraindo novos investidores (hipótese 1)*. A pesquisa também aponta duas hipóteses secundárias, sendo a primeira que *em T2 o jornalismo econômico se posicionou de maneira “neutra” em relação à crise, isentando a lógica da dominação financeira e suas consequências (hipótese secundária 1)* e, a segunda, que *em T3 o jornalismo econômico viveu um período de descrença na BM&FBovespa (hipótese secundária 2)*.

Desta forma, busca-se neste subcapítulo compreender, em primeiro lugar, a produção da crença (cf. Bourdieu, 2002) dentro do próprio jornalismo econômico, buscando como a doxa financeira produz efeitos homólogos aos interesses do mundo financeiro dentro deste campo. E, se, de fato, o jornalismo econômico reproduziu a lógica da ortodoxia financeira que permeia o universo das bolsas de valores, consagrando a BM&FBovespa aos olhos de milhares de novos potenciais investidores brasileiros, fazendo-os crer na possibilidade de ascensão e lucratividade que se apresentava em T1.

Como já foi dito anteriormente, a percepção de uma situação específica contagiaria as ações objetivas de seus participantes, influenciando o curso da situação, podendo algumas vezes certas percepções se concretizarem no *real*, elegendo alguns repertórios e excluindo outros. Ou seja, esta pesquisa parte da premissa e busca demonstrar primordialmente que a ascensão da então Bovespa em T1 foi um exemplo da “*profecia que se cumpre por si mesma*” (MERTON, 1968; STEINER, 2006), legitimada mutuamente através de um círculo de crença (BOURDIEU, 2002), e ampliada através do capital de consagração do jornalismo econômico e seus interlocutores (BOURDIEU, 1997; 2002).

Em segundo lugar, busca-se analisar em T2 os significados da crise financeira para o jornalismo econômico e os repertórios culturais que foram acionados nesse momento de instabilidade cultural (SWIDLER, 1986; 2003). Sabe-se que durante certo período muitos analistas, especialistas, jornalistas, etc., mantiveram perspectivas otimistas sobre o mercado, mesmo com sinais vindos do exterior que indicavam o contrário. Mas, a crise chegou e surpreendeu a todos, e, ainda mais, o próprio sistema financeiro, que foi potencialmente o principal causador da crise, ao mesmo tempo em que foi isentado das responsabilidades (GRÜN, 2011a). E, ainda, reassumiu o controle da narrativa sobre a crise, indicando o que é a crise, como sair dela e as formas para evitar uma nova crise. Ou seja, em algum ponto após a crise atingir o Brasil aconteceu “a volta da capacidade do campo financeiro de impor para o conjunto da sociedade sua visão não só sobre como são, mas também como devem ser a economia e a justiça” (GRÜN, 2011a, p. 321).

E, no final deste subcapítulo, pretende-se demonstrar que o trauma da crise do período T2 produziu um efeito em T3 de limitar a disposição dos jornalistas econômicos em utilizar seu capital de consagração para novamente se articular com os interesses da doxa financeira, pelo menos no que se refere à promoção da BM&FBovespa. Nesta perspectiva, entende-se que todas as “previsões” que fracassaram não passaram de uma questão de percepção, pois a realidade se apresentou de modo diferente do esperado. Da mesma forma, esta lógica produziu um efeito inverso em T3, pois, por mais que a tendência de queda da BM&FBovespa se reverta e, por exemplo, o ano de 2014 tenha sido um bom ano para comprar ações, o jornalismo econômico em T3 está acometido de um sentido negativo para a situação, seja ela objetivamente boa ou má. A descrença se estabeleceu em T3, por mais que a realidade daqueles dias venha a se apresentar no futuro como um bom momento para se ter investido na BM&FBovespa.

Partindo da medição e da comparação da intensidade dos repertórios culturais “ascensão”, “descrença” e “cautela”, dentro de cada reportagem, foi possível identificar o sentido da situação (cf. Merton, 1968) para o jornalista econômico que produziu aquela notícia. Aqui se acredita que apenas estes três nós são suficientes para captar este sentido, pois são justamente aqueles que apontam uma provável direção do momento, enquanto o restante dos nós,

apesar de também importantes, são invocados pelos jornalistas econômicos geralmente para auxiliar na descrição do contexto que envolve estes três primeiros. O programa N-Vivo nos auxiliou nesta tarefa, pois, a partir dos trechos codificados, o software possui a capacidade de informar a porcentagem de cobertura daquele nó no interior de cada notícia. Desta forma, os nós foram comparados, reportagem a reportagem, visando determinar se uma notícia é predominantemente relacionada ao nó “ascensão” (otimista), “descrença” (pessimista) ou “cautela” (cautelosa), em termos de porcentagem de cobertura, conforme as Tabelas 11 e 12 abaixo:

Tabela 11

Cobertura por reportagem - Otimismo, cautela e pessimismo na Revista Exame

| Amostra | Ascensão (%) | Cautela (%) | Descrença (%) | Predominância |
|---------------|--------------|-------------|---------------|---------------|
| RE_T1_2004(1) | 25,77 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2004(2) | 2,32 | 2,93 | - | Otimista |
| RE_T1_2004(3) | 33,80 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2005(1) | 36,18 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2005(2) | 7,62 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2005(3) | 28,80 | 6,89 | - | Otimista |
| RE_T1_2006(1) | 21,03 | 0,72 | - | Otimista |
| RE_T1_2006(2) | 32,04 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2006(3) | 4,30 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2007(1) | 36,26 | - | - | Otimista |
| RE_T1_2007(2) | 18,20 | 0,95 | 0,61 | Otimista |
| RE_T1_2007(3) | 23,56 | 1,24 | - | Otimista |
| RE_T1_2008(1) | 12,87 | 15,61 | 0,28 | Cautelosa |
| RE_T2_2008(2) | 7,86 | 0,98 | 2,20 | Otimista |
| RE_T2_2008(3) | - | - | 32,53 | Pessimista |
| RE_T2_2009(1) | 10,97 | 6,13 | 10,79 | Otimista |
| RE_T2_2009(2) | 24,91 | 0,55 | - | Otimista |
| RE_T2_2009(3) | 11,83 | 2,29 | - | Otimista |
| RE_T2_2010(1) | 21,72 | - | - | Otimista |
| RE_T2_2010(2) | 13,00 | - | 0,99 | Otimista |
| RE_T2_2010(3) | 5,24 | - | 6,99 | Pessimista |
| RE_T3_2011(1) | 4,34 | 3,48 | - | Otimista |
| RE_T3_2011(2) | - | - | 14,25 | Pessimista |

| | | | | |
|---------------|------|-------|-------|------------|
| RE_T3_2011(3) | - | - | 9,02 | Pessimista |
| RE_T3_2012(1) | 3,00 | 12,49 | 4,64 | Cautelosa |
| RE_T3_2012(2) | 1,43 | 7,71 | 3,30 | Pessimista |
| RE_T3_2012(3) | - | - | 11,78 | Pessimista |
| RE_T3_2013(1) | 3,15 | - | 14,28 | Pessimista |
| RE_T3_2013(2) | 1,65 | 0,24 | 2,38 | Pessimista |
| RE_T3_2013(3) | 2,04 | - | 8,95 | Pessimista |
| RE_T3_2014(1) | 1,09 | 5,26 | 12,43 | Pessimista |
| RE_T3_2014(2) | 1,24 | 0,44 | 11,60 | Pessimista |
| RE_T3_2014(3) | 1,37 | - | 21,47 | Pessimista |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 12

Cobertura por reportagem - Otimismo, cautela e pessimismo na Folha de São Paulo

| Amostra | Ascensão (%) | Cautela (%) | Descrença (%) | Predominância |
|----------------|--------------|-------------|---------------|---------------|
| FSP_T1_2004(1) | 11,29 | - | - | Otimista |
| FSP_T1_2004(2) | 16,12 | - | 4,04 | Otimista |
| FSP_T1_2004(3) | 32,73 | - | - | Otimista |
| FSP_T1_2005(1) | 24,88 | 1,72 | - | Otimista |
| FSP_T1_2005(2) | 5,99 | - | - | Otimista |
| FSP_T1_2005(3) | 21,30 | - | - | Otimista |
| FSP_T1_2006(1) | 21,06 | 3,97 | - | Otimista |
| FSP_T1_2006(2) | - | - | 22,43 | Pessimista |
| FSP_T1_2006(3) | 13,50 | - | 2,16 | Otimista |
| FSP_T1_2007(1) | 21,89 | 1,25 | - | Otimista |
| FSP_T1_2007(2) | 4,51 | - | 13,92 | Pessimista |
| FSP_T1_2007(3) | 42,42 | - | - | Otimista |
| FSP_T1_2008(1) | 6,16 | - | - | Otimista |
| FSP_T2_2008(2) | - | - | 8,38 | Pessimista |
| FSP_T2_2008(3) | 2,11 | - | 3,90 | Pessimista |
| FSP_T2_2009(1) | - | - | 1,26 | Pessimista |
| FSP_T2_2009(2) | 3,78 | - | - | Otimista |
| FSP_T2_2009(3) | 6,47 | - | - | Otimista |
| FSP_T2_2010(1) | 6,60 | - | 1,89 | Otimista |
| FSP_T2_2010(2) | 1,44 | 2,33 | - | Cautelosa |
| FSP_T2_2010(3) | - | 5,33 | - | Cautelosa |
| FSP_T3_2011(1) | 1,39 | - | 6,81 | Pessimista |
| FSP_T3_2011(2) | - | - | 4,00 | Pessimista |

| | | | | |
|----------------|------|------|------|------------|
| FSP_T3_2011(3) | - | - | 3,66 | Pessimista |
| FSP_T3_2012(1) | 0,69 | - | 1,24 | Pessimista |
| FSP_T3_2012(2) | 1,94 | - | - | Otimista |
| FSP_T3_2012(3) | 7,63 | 2,05 | - | Otimista |
| FSP_T3_2013(1) | - | - | 6,97 | Pessimista |
| FSP_T3_2013(2) | 0,43 | - | - | Otimista |
| FSP_T3_2013(3) | - | - | 4,45 | Pessimista |
| FSP_T3_2014(1) | 1,52 | - | 4,69 | Pessimista |
| FSP_T3_2014(2) | 8,01 | - | - | Otimista |
| FSP_T3_2014(3) | - | 2,92 | - | Cautelosa |

Fonte: Elaborado pelo autor.

As Tabelas 11 e 12 apresentam uma comparação simples, linha a linha, de qual nó possui mais cobertura dentro de cada reportagem. Nos casos em que há um “hífen”, significa que não há nenhum trecho codificado daquele nó na referida reportagem. Para que possamos analisar estas tabelas, é necessário convertê-las novamente em outras duas tabelas menores que contemplam a totalidade dos dados apresentados, quantificando de forma mais visível os resultados *por período*.

Sendo assim, cada período T1 T2 T3 foi analisado individualmente para se chegar ao nó que possui maior cobertura. Os dados foram quantificados, período por período, conforme as Tabelas 13 e 14:

Tabela 13

Quadro de predominância por período na Revista Exame.

| Período | Predominância | |
|---------|------------------------|-------------------|
| | Resultado | Qtde/Total (%) |
| T1 | Ascenção (otimista) | 12 de 13 (92,31%) |
| T2 | Ascenção (otimista) | 6 de 8 (75,00%) |
| T3 | Descrença (pessimista) | 7 de 12 (58,33%) |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 14

Quadro de predominância por período na Folha de São Paulo.

| Período | Predominância | |
|---------|--|-------------------|
| | Resultado | Qtde/Total (%) |
| T1 | Ascenção (otimista) | 11 de 13 (84,62%) |
| T2 | Ascensão (otimista) e Descrença (pessimista) | 3 de 8 (37,50%) |
| T3 | Descrença (pessimista) | 7 de 12 (58,33%) |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Houve um empate na predominância em T2

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 13 e 14 é possível afirmar que no período T1 a cobertura do nó “ascensão” foi superior a todos os demais períodos. Na RE, 92,31% das reportagens continham na sua maioria conteúdos que levavam seus leitores a crer que a Bovespa estava em ascensão (12 de 13 reportagens eram predominantemente otimistas), que o contexto era favorável ao Brasil, que o número de investidores não parava de subir e, que nem as crises políticas que ocorreram no período (mensalão, troca de ministros, etc.), um governo de esquerda no poder, nem mesmo a crise do *subprime* americana iniciada em 2007 eram capazes de abalar a prosperidade que se apresentava no horizonte do mercado financeiro brasileiro. O mesmo pode ser dito da FSP, que promoveu em 84,62% de suas notícias em T1 a ascensão da Bovespa. Nesse cenário, o jornalismo econômico foi de vital importância para este crescimento.

O jornalismo econômico tem legitimidade na pauta dos temas que trata, já que possui o capital de consagração para atribuir valor a objetos, pessoas e, no caso analisado, ao mercado financeiro brasileiro. Porém, de maneira alguma ele pode ser entendido como único causador deste fenômeno: Assim como no campo da arte, de acordo com Bourdieu (2002), em que as grandes editoras são guiadas por uma paixão “desinteressada” por determinada obra ou artista, a cadeia de causas que produz a crença de que determinado objeto tem algum valor passa por diversas instâncias, que conjuntamente formam um pensamento coletivo que confirma e suporta a hipótese do valor de uns para os outros. Uma obra de arte não teria valor algum se não houvesse um acordo tácito entre museus, galerias, marchands, editores e seus artistas, escritores, pintores, diretores, etc. Da mesma forma, o jornalismo econômico por si só não

seria capaz de produzir a ascensão da Bovespa em T1 senão fosse uma cadeia de analistas, especialistas, economistas, políticos e uma infinidade de agentes que contagiaram e deram suporte tácito uns aos outros naquele momento, suportando a crença de que o mercado era de alta e estava além de qualquer ameaça do cenário, conforme o trecho codificado a seguir sobre o nó “cenário” em T1:

Essa combinação entre empresas mais saudáveis e economia mais robusta blindou a bolsa contra a crise política e gerou a terceira causa de alta dos preços: o interesse dos investidores estrangeiros. Hoje há um forte apetite por ativos em países emergentes, principalmente devido aos juros baixos nas economias mais desenvolvidas. As taxas americanas de curto prazo, por exemplo, estão próximas de zero em termos reais. "Isso leva os investidores de fora a buscar alternativas mais atraentes de remuneração", diz João Luiz Pasqual, diretor executivo da ABN Amro Real Corretora. O fluxo de dólares para os países em desenvolvimento atingiu a marca histórica de 345 bilhões de dólares neste ano, segundo o Institute of International Finance. "O Brasil é um dos preferidos, porque a situação da economia e das empresas é muito boa", diz Pasqual. A percepção externa em relação ao Brasil é tão positiva que o risco-país, medido pelo banco americano JPMorgan, caiu de 400 para cerca de 350 pontos em setembro, o menor desde 1997. Periodicamente, circulam pelo mercado comentários de que a agência de classificação de risco Moody's vai elevar a nota do país em breve [RE_T1_2005(3)].

A reportagem acima codificada sob o nó “cenário” é apenas um exemplo de muitas que viam um cenário favorável para o Brasil. As fontes citadas na reportagem, um diretor da ABN Amro Real Corretora, o Institute of International Finance, JPMorgan, Moody's, entre tantos em outras reportagens como essa, contribuíram para a formação desse “círculo de crença” (cf. Bourdieu, 2002) que se formou ao redor da Bovespa em T1.

A FSP, por sua vez, não trazia uma versão tão otimista do cenário mundial em suas reportagens, mas também apresentou algumas reportagens que contribuíram para atribuir ao “cenário” um dos fatores responsáveis pelo “círculo da crença” (cf. Bourdieu, 2002) em T1, como o pequeno trecho codificado a seguir: “Apesar das reclamações sobre o câmbio, o Brasil bateu

em julho um recorde histórico de US\$ 11,06 bilhões em exportações" [FSP_T1_2005(2)].

Nessa conjuntura, o jornalismo econômico, por ser uma instituição voltada para "o negócio de disseminar informações sobre questões contemporâneas importantes e de interesse público" (SCHUDSON, 2003, p. 3, *tradução minha*), teve o papel de sintetizar este coletivo, refletindo o pensamento dessa época e produzindo ainda mais agentes otimistas sobre o futuro do mercado. Nesse processo, alguns jornalistas participaram de forma mais direta que outros, conforme veremos a seguir.

Antes de tudo, é preciso se despir de qualquer visão ingênua do jornalismo e deixar claro que nenhum jornalista econômico por si só tem o poder de influenciar os movimentos do mercado atraindo seus leitores, nem tampouco no sentido inverso ser responsabilizado pelas decisões econômicas dos mesmos. O jornalista econômico é o profissional que possui capital acumulado em diferentes campos, a princípio, no próprio campo do jornalismo e da economia. Porém, o jornalista econômico depende diretamente e num grau maior das informações de suas fontes do que outros jornalistas (BOURDIEU, 1997), tendo em vista a possível complexidade do tema, o que o torna menos propenso a fazer reportagens opinativas (MEDINA, 1988).

Além disso, como diria Pierre Bourdieu (1997), não seria digno da Sociologia tratar deste ou daquele determinado jornalista, mas entendê-los como a expressão de um campo, que emerge a partir de determinadas restrições estruturais e condições temporais específicas que favorecem sua emergência (BOURDIEU, 1997; 2002). E, no que se refere às suas fontes, compromisso com a informação imediata, nichos de mercado para o qual seus empregadores são voltados, etc., sabemos que muitos jornalistas "frequentemente sofrem muitas das restrições que são obrigados a impor" (BOURDIEU, 1997, p. 17) ou reproduzir.

Dito isto, ao retornarmos aos Quadros 1 e 2 desta pesquisa, é possível perceber quais jornalistas ocuparam mais espaços nas colunas da RE e FSP. Importante dizer que seus nomes não foram levados em conta na etapa de seleção das notícias. Isto significa que surgiram totalmente ao acaso dentro dos dados, pois o dado primordial desta pesquisa é o conteúdo das

reportagens, e não quem as escreveu. Entretanto, alguns dados nos levaram a refletir sobre a autoria das reportagens.

Nesta perspectiva, pode-se observar que na RE, especificamente no período T1, os jornalistas que mais aparecem nas amostras são Giuliana Napolitano e Cláudio Gradilone. Em T2, os destaques da RE são Giuliana Napolitano (novamente), Eduardo Salgado e Guilherme Fogaça. E, em T3, os destaques RE são João Sandrini e Priscila Yazbek. Já a FSP, possui como destaques em T1 Sandra Balbi e Fabrício Vieira, em FSP T2 Epaminondas Neto e, em FSP T3, o destaque é para a Agência de notícias Reuters, que produziu as notícias que foram reproduzidas pela FSP. Porém, não é possível fazer com a Reuters a análise que pretendemos fazer, portanto, em T3 da FSP, como não há vantagem numérica de nenhum jornalista, selecionamos a jornalista mais antigo deste período, Tatiana Freitas. Deste modo, voltamos o nosso olhar para a trajetória desses jornalistas, buscando averiguar se poderiam nos acrescentar informações para o entendimento de T1 T2 T3. Vejamos o Quadro 3 a seguir:

Quadro 3

Quadro de jornalistas destaques dos períodos T1 T2 T3.

| Período | Revista Exame | | Folha de São Paulo | |
|---------|---------------------|--|--------------------|--|
| | Jornalista | Ocupação atual e formação | Jornalista | Ocupação atual e formação |
| T1 | Giuliana Napolitano | Atual editora de finanças da Revista Exame. Graduada em Jornalismo (USP) com MBA em Derivativos Financeiros (BM&F Bovespa) | Sandra Balbi | Atual Editora da Revista Legado, graduada em comunicação social-jornalismo (UFPR) |
| | Cláudio Gradilone | Atual editor financeiro da Revista Isto É. Graduado em Jornalismo (USP) e Economia (USP) com MBA em Finanças e Derivativos (USP) | Fabrício Vieira | Atual editor assistente no VALOR ECONÔMICO S/A. Graduado em Jornalismo (Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, |

| | | | | |
|----|---------------------|--|------------------|--|
| | | | | com mestrado em Literatura e Crítica Literária e Pós-graduação (lato sensu em Literaturas de Língua Portuguesa |
| T2 | Giuliana Napolitano | (repete) | Epaminondas Neto | Jornalista FREELANCER e Analista de Comunicação na CAU/SP - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, graduado em comunicação social-jornalismo (USP) e História (USP) |
| | Eduardo Salgado | Atual editor executivo da Revista Exame, bacharel em Jornalismo (UFRGS) com mestrado em Relações internacionais (University of London) | | |
| | Guilherme Fogaça | Atual editor de conteúdo web da globo.com, Jornalista (UFRGS) | | |
| T3 | João Sandrini | Atual jornalista (especializado em Internet) da Revista Exame, formado em Jornalismo (USP). | Tatiana Freitas | Atual repórter da Folha de São Paulo, graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade metodista de SP), pós-graduação em Jornalismo Econômico / lato sensu (PUC-SP) e MBA em Derivativos e informações econômico financeiras (FIA) |
| | Priscila Yazbek | Atual editora assistente da EXAME.com, graduada em jornalismo (Faculdade Cásper Líbero) com MBA em informações econômico-financeiras e mercado de capitais para jornalistas (UBS Escola de Negócios e BM&FBovespa) | | |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Quadro 1 e de informações encontradas no site LinkedIn³⁰.

A partir das informações contidas no Quadro 3 é possível afirmar que dos 10 jornalistas apontados, todos eles possuem graduação em jornalismo, 4 deles fizeram algum curso de pós-graduação em finanças, 4 são mulheres e 6 são homens, 4 são formados pela USP, 2 são formados pela UFRGS e o restante em outras universidades. Pode-se afirmar que todos os jornalistas

³⁰ Disponível em <www.linkedin.com>. Acesso em 05/05/2016.

analisados possuem legitimidade acadêmica para atuar no jornalismo, mas apenas 4 deles possuem esta mesma legitimidade no campo da economia, que os torna mais aptos a falar o “economês” (CALDAS, 2003) e traduzir para seus leitores. Nota-se que os jornalistas da RE vêm do *mainstream* acadêmico, mas com ênfase no mercado financeiro, em especial cursos na própria Bovespa, enquanto o perfil dos jornalistas da FSP é mais heterogêneo e diversificado (podemos encontrar jornalistas cobrindo a Economia que possuem pós-graduação em literatura e história).

Certamente, estes jornalistas destas revistas renomadas possuem crédito com uma cadeia de agentes, em especial seus leitores, que por sua vez depositam neles um grau de confiança que lhes confere certa autoridade, ao percebem a informação produzida por eles como confiável e de alta qualidade. “Esta autoridade não é outra coisa senão um crédito junto a um conjunto de agentes que constituem relações tanto mais preciosas quanto maior for o crédito de que eles mesmos se beneficiam” (BOURDIEU, 2002, p. 24). Ou seja, sendo eles trabalhadores de empresas de notícias de grande prestígio e visibilidade nacional, emprestam sua reputação para a RE e FSP, assim como são prestigiados por trabalhar lá. Nesta continuidade, seu prestígio também é emprestado para os agentes do mercado financeiro, que também se beneficiam de sua consideração ao elegê-los como fonte, reproduzindo assim o interesse econômico do mercado financeiro, um dos principais motivadores da ação social destes agentes (SWEDBERG; 2005b; WEBER, 2004; 2012), ao atrair mais investidores para o “círculo da crença” (BOURDIEU, 2002), impulsionando ainda mais a profecia que se cumpre por si mesma (MERTON, 1968).

Esse empréstimo de reputação e capital de consagração não se limitou ao mercado financeiro, pois a instância política também se beneficiou e contribuiu para o momento otimista T1. Nesse momento específico, os dados empíricos (Tab. 9) apontam que o Estado também teve participação na produção da crença (cf. BOURDIEU, 2002) que se formou ao redor da então Bovespa, pois esteve fortemente relacionado nas reportagens nesse período de alta. Porém, o Estado é apenas mais um elo nesta configuração, e não se pode afirmar se as políticas do governo federal causaram a ascensão da

Bovespa ou se o Brasil se beneficiou de um momento da economia mundial que o favoreceria de um jeito ou de outro (GRÜN, 2009).

Dois exemplos da captação política que alimentou a crença em T1 são os trechos codificados a seguir: "Até o Lula está ajudando: gradativamente, Brasília vem criando incentivos fiscais para facilitar o investimento estrangeiro na bolsa. Não se paga, por exemplo, CPMF" [RE_T1_2006(2)]. E, o segundo trecho:

A S&P não esquece da dívida externa, "que caiu dramaticamente", diz. Em fevereiro, o governo brasileiro anunciou com estardalhaço que o país tinha se tornado "credor externo líquido", isto é, que as reservas cambiais, somadas aos créditos privados no exterior, haviam superado o valor da dívida externa pública e privada [FSP_T1_2008(1)].

A chave para a compreensão de que não se pode afirmar se as políticas do governo federal causaram a ascensão da Bovespa, ou se o Brasil se beneficiou de um momento da economia mundial que o beneficiaria de um jeito ou de outro, pode ser encontrada na seguinte reportagem do início do período T2 (referente ao ocorrido em T1).

No início de junho, o economista Jim O'Neill, criador da expressão BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) disse o seguinte à coluna: "Creio que para sabermos se realmente o Brasil mudou de patamar em termos de seu potencial de longo prazo teremos de esperar o momento em que os preços das commodities começarem a cair. Antes disso, é difícil julgar se a mudança é estrutural ou não. O forte aumento das commodities tornou as coisas muito fáceis para o Brasil" [FSP_T1_2008(2)].

Segundo Grun (2011a), o "mercado" tem o poder de ditar as regras das políticas econômicas no Brasil, pois a capacidade de resistência da classe política é enfraquecida pelo exército de lobistas do mercado e pela complexidade do mundo econômico, que os torna sujeitos aos seus interesses. A seguir um trecho da RE em T1 que menciona a incapacidade da classe política de resistir aos desejos dos financistas do mercado:

Por mais que desejem, Lula e seus colaboradores não têm o poder de ditar as regras ao mundo dos negócios. A razão é

que, no estágio de evolução atual da economia brasileira e de inserção do país no jogo da globalização, não cabem mais desvios de rota. Um dos principais efeitos da globalização, talvez dos mais benéficos, foi justamente a redução da margem de poder dos governantes das nações participantes. Lula fará apenas o que o mercado lhe permitir -- não dará um único passo além, por mais frustrante que isso seja para alguém que acaba de colher 58 milhões de votos [RE_T1_2006(3)].

Da mesma forma, outro trecho em T1 que aponta a submissão do governo ao FMI, desta vez na FSP:

Em meu artigo "O PT salvou o Brasil", publicado neste mesmo espaço em 22 de setembro do ano passado, apontei a espetacular melhora nas expectativas sobre o futuro da economia brasileira, operada a partir da adoção pelo governo do PT de uma política econômica convencional, à la FMI. "Resgataram o Brasil do desastre quase certo. Por quanto tempo, ninguém sabe. Mas evitaram a derrocada que, no fim do ano passado (2002), chegou a ser considerada inevitável." [...] Ano novo, novas esperanças no ar, otimismo desenfreado, euforia mesmo... São essas as impressões sentidas no ambiente econômico brasileiro. A leitura dos jornais e das revistas de economia, os noticiários de rádio e televisão e as opiniões dos analistas especializados convergem na afirmação de que a redenção finalmente chegou. O epíteto desse clima foi a recente afirmação do ministro Antonio Palocci Filho: "É preciso dizer que o Brasil decidiu de forma definitiva ser um país arrumado" [FSP_T1_2004(1)].

Em suma, a RE apontava em T1 que o governo não tinha poder de ditar as regras do mundo dos negócios e também da *benéfica* redução das margens de poder dos governantes das nações participantes [RE_T1_2006(3)], o que certamente não se refere apenas a Grün (2011a), mas a expansão do capitalismo através da liberalização das economias apontada por Castells (2003) e Harvey(2013). A FSP, por sua vez, tratava da adequação do país aos padrões do FMI, em que o próprio ministro da fazenda afirmava que o Brasil havia se tornado "um país arrumado" [FSP_T1_2004(1)]. Aos olhos do mercado, naturalmente.

De maneira semelhante, além do âmbito nacional, no nível internacional também é possível afirmar que as agências de risco contribuíram

para a produção da crença (cf. Bourdieu, 2002) em T1 ao elevar o Brasil ao *investment grade*. Nessa lógica, Manuel Castells (2003) e David Harvey (2013) afirmam que a elevação das notas de crédito (*investment grade*) dos países periféricos do capitalismo visam à remessa de fluxos de capitais para extração de lucro dessas “novas” economias. Esse pensamento encontra fundamento nos dados apresentados na Tabela 9, em que o *investment grade* seria então um dos elementos da *dupla articulação* proposta por Florestan Fernandes (2005), especialmente em T1, em que o objeto era apresentado como algo “tão sonhado” [FSP_T1_2007(2)].

Neste ângulo, os dados empíricos apontam que não se pode afirmar que a ascensão da bolsa nesse período foi um “sonho” puramente “burguês” (FERNANDES, 2005), pois a fragmentação do mundo social e a nova economia (CASTELLS, 2003) praticamente desintegrou a noção de classes (TOURAIN, 2011), e assistimos muitos atores de classes mais baixas indo à bolsa, como a amostra a seguir.

A classe C vai à bolsa [...]. A partir de meados da década de 90, a emergência da classe C transformou diversos setores da economia brasileira. Em segmentos como os de telefonia celular, varejo e veículos, para citar alguns, esses consumidores passaram a ser um dínamo de crescimento e, por isso, hoje ninguém pode subestimar o poder de compra das famílias com renda mensal entre 1 500 e 5000 reais - um contingente de 95 milhões de pessoas. É com base nessas experiências que o mercado de capitais acompanha com atenção a chegada da classe C à bolsa e valores. Um levantamento feito por EXAME junto às corretoras (não há estatísticas oficiais sobre o tema) indica que há cerca de 30 000 investidores da classe C na Bovespa. O número ainda é insuficiente para lotar um Morumbi ou Maracanã, é verdade. Mas é quase o triplo do que havia em 2008 e mais de dez vezes a soma de 2006. Mais importante que isso: o recente movimento em direção à bolsa pode ser apenas o início de uma tendência transformadora do mercado. Uma pesquisa recente do instituto Data Popular mostrou que mais da metade das famílias de classe C consegue fazer economia, ainda que de forma irregular. Se apenas uma parcela desse pessoal migrar para a bolsa, o Brasil poderá repetir o fenômeno de popularização do mercado já visto em economias maduras, como a americana [RE_T2_2010(1)].

Podemos então concluir que todos estes elementos apresentados até aqui, a crença na ascensão do mercado vinda de especialistas, um cenário internacional favorável ao Brasil, as políticas liberalizantes e ortodoxas do Estado e o *investment grade*, ganharam um espaço determinante nas RE e FSP (além de provavelmente muitos outros veículos que não fizeram parte dessa pesquisa), e com isso produziram a crença (cf. Bourdieu, 2002) que, mesmo não se realizando nos anos seguintes T2 e T3, foram percebidos como legítimos em T1.

Além disso, a ideia do comportamento mimético apontado por André Orlean (2002) vai de encontro aos dados apresentados nas Tabelas 13 e 14, em que a ascensão da Bovespa em T1 não refletia uma economia “real”, mas a percepção dos que participaram da produção da crença (cf. Bourdieu, 2002). Os agentes imitaram e contagiaram o comportamento uns dos outros (mimetismo informacional) e levaram a Bovespa a atingir uma marca histórica, não superada até hoje.

A partir do momento T2, quando a BM&FBovespa iniciou sua queda, começou a ficar claro que uma série de proposições feitas em T1 não refletiam o que se esperava em T2 e T3. Todavia, é preciso ter cuidado para afirmar que as proposições otimistas em T1 são “falsas”, pois o recorte desta análise foi até o final de 2014, e não é possível saber se o futuro guarda novas altas para a BM&FBovespa. O que sabemos, entretanto, é que em T2 e T3 essa situação configura a “profecia que se cumpre por si mesma”, conforme Robert Merton (1968). Isto é, “os homens não reagem somente aos traços objetivos de uma situação, como também, e às vezes principalmente, no sentido que a situação tem para eles” (MERTON, 1968, p.516). Da mesma forma, podemos estender o que aconteceu em T1 para o *teorema de Thomas*: “Se os indivíduos definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências” (MERTON, 1968, p.515). Ainda, que foi um momento de crença coletiva (STEINER, 2006) e contágio mimético entre agentes (ORLÉAN, 2002).

A crise em T2 naturalmente ganhou destaque máximo na RE e FSP, conforme foi apresentado na Tabela 3. Mesmo assim, um sentido de crença ainda atravessava as notícias no período, conforme trecho codificado abaixo:

[...] passada a crise, a Bovespa rapidamente se colocou de pé e está no grupo das cinco bolsas que já recuperaram as perdas que tinham sido acumuladas após a quebra do Lehman Brothers, o marco histórico da atual crise global. Essa mesma crise foi mortífera para bolsas que eram fortes só na aparência. Foi o que ocorreu com o mercado da Islândia, que perdeu mais de 90% de seu valor em 2008 e, hoje, tem pouco mais de 20 empresas listadas. Em sistemas financeiros modernos, porém, as bolsas sofrem com os problemas, mas conseguem se reerguer [RE_T2_2009(2)].

Na mesma esteira, a FSP também mostrava reações positivas à crise em T2:

A despeito dos esforços para elevar o número de negócios, a BM&FBovespa considera que já há uma reação do mercado de capitais após a fase mais aguda da crise. "Os volumes [de negócios] já estão voltando, recuperando-se muito bem", disse Edemir [FSP_T2_2009(2)].

Com a crise atingindo a BM&FBovespa em T2, pergunta-se se os dados empíricos coletados nesta pesquisa demonstram que a doxa financeira se viu ameaçada (GRÜN, 2011a). A resposta, porém, é não. A crise *subprime* foi tratada como algo distante, ou no máximo uma oportunidade de lucro e valorização da BM&FBovespa frente ao mercado financeiro global. O que se encontra nos dados empíricos que podem nos aproximar de alguma crítica à doxa financeira são referências ao banco Lehman Brothers, o marco do início da crise. Porém, não há questionamento algum. A seguir um trecho codificado da RE sobre este momento:

Os mercados de ações estão baseados nas expectativas sobre a economia e os resultados das empresas -- e hoje, às vésperas do primeiro aniversário da quebra do banco americano Lehman Brothers, que deu início ao período mais agudo da crise financeira global, poucos países ocupam uma posição tão favorável no cenário internacional quanto o Brasil [RE_T2_2009(2)].

Da mesma forma, a FSP também reportou a quebra do banco Lehman Brothers, sem questionar a doxa financeira e os motivos intrínsecos desta doxa que podem ter gerado a crise norte-americana, conforme o trecho a seguir:

Após cinco anos de ganhos consecutivos, o índice Ibovespa registrou uma retração de 41,22% em 2008, sem resistir ao agravamento da crise financeira precipitado a partir de setembro, com a quebra do banco americano de investimentos Lehman Brothers. No primeiro semestre deste ano, corretoras trabalhavam com projeções na casa dos 70 mil pontos para... [...][FSP_T2_2008(3)].

Desta forma, a doxa financeira aparentemente não foi ameaçada, ou mesmo, questionada em momento algum pelo jornalismo econômico da RE e FSP. Sabe-se, porém, que nos Estados Unidos, o governo norte-americano foi muito criticado por ter ajudado, junto com a União Européia, os bancos que “declararam” crise. No Brasil, porém, também houve ajuda ao mercado, conforme o relatório do tribunal de contas de união (TCU, 2009). E, supõe-se, a partir deste relatório, que tal ato tenha sido visto como virtude governamental, o que *indica* o predomínio da doxa financeira sobre a classe política também em T2, embora isso não apareça nas reportagens.

Podemos concluir que a doxa financeira predominava em T1. Que ela não foi ameaçada em T2, e menos ainda em T3, tendo em vista que o período crítico seria T2. Os dados encontrados nesta pesquisa não refletem questionamento algum à dominação financeira no Brasil (GRÜN, 2011a) no jornalismo econômico, configurando uma violência simbólica (BOURDIEU, 1997) que ocorre através da dominação cultural da visão financeira do mundo, produzida pelos grandes financistas e legitimada pelo jornalismo econômico.

Como já foi dito anteriormente, não podemos e nem nos cabe afirmar se a BM&FBovespa irá um dia se reerguer ou não, mas o que os dados nos dizem até aqui é que isso não aconteceu nem em T2 nem T3 (e nem depois, até abril/2016, enquanto essa dissertação é escrita). O que aumentou, porém, foram as estratégias, recomendações aos investidores sobre o que fazer com seus investimentos para lidar com a crise (Tab. 10) e uma certa dose de ortodoxia que ganhou espaço na RE, especialmente em T2 (Tab. 12).

investir em ações deve continuar sendo a melhor opção em 2010. Para o professor e educador financeiro Mauro Calil, ainda que não haja uma valorização como a observada em 2009, no ano que vem o Ibovespa deve crescer entre 20% e 30%, e exemplifica uma possibilidade de aplicação. "Se o

investidor escolher uma boa empresa, pagadora de dividendos, em 2010 ela deve conseguir de 10% a 12% de rendimento do próprio papel, além dos 3% de dividendos. Isso dá 150% do CDI", diz [RE_T2_2009(3)].

A FSP, por sua vez, não traz nenhuma "estratégia" em T1 e T2, provavelmente por ser voltada a um público diferente da RE.

Um crescimento no número de estratégias, em especial na RE, e na invocação de ortodoxias num período de crise (Tab. 12), de instabilidade, sugere que em tais circunstâncias os repertórios culturais ficam mais evidentes (SWIDLER, 1986; 2003). E, mesmo assim, ainda voltadas a atribuir um significado otimista para o investimento nos mercados, conforme a amostra codificada a seguir, que possui o *lead* "Não fuja da Bovespa"³¹, em que seu ex-presidente Raymundo Magliano Filho, no período 2001-2007, diz o seguinte:

Não fuja da bolsa [...]. Cenários pessimistas, como o atual, para ele devem ser encarados com naturalidade: "O capitalismo é muito propício a crises", afirma. Para que essa mesma tranquilidade seja compartilhada pelo pequeno investidor, ele dá a dica: "O investidor deve apenas aceitar duas premissas: a Bolsa é um investimento para o longo prazo e é um mercado de risco" [RE_T3_2014(2)].

Já a FSP, no mesmo período T3, invocou a ortodoxia timidamente em apenas uma ocasião: "Com a queda da Selic, a tendência é de menor rentabilidade dos fundos conservadores", diz Marcelo Mello, vice-presidente da SulAmérica Investimentos [FSP_T3_2012(1)].

A hipótese secundária 1, relativa ao período T2 diz o seguinte: *em T2 o jornalismo econômico se posicionou de maneira neutra em relação à crise, isentando a lógica da dominação financeira e suas consequências*. Neste sentido, conforme a Tabela 13, a RE continuou otimista e exercendo sua influência para continuar atraindo investidores para o mercado. "É um momento único: as empresas americanas estão baratas em razão da crise e da desvalorização do dólar, e as companhias brasileiras estão sólidas" [RE_T2_2008(2)]. Ou ainda:

³¹ Disponível em <<http://goo.gl/YnLtny>>. Acesso em 25/04/2016.

Há uma única certeza em meio à situação que estamos vivendo nos últimos meses: esta crise é mais uma entre tantas que já aconteceram e entre outras que provavelmente vão acontecer. E, como tudo, ela tem começo e tem fim. "Uma das coisas que você aprende no alpinismo é que aqueles que entram em pânico morrem na montanha" [...] Estamos - todos - no alto da montanha. Inclusive no que se refere a nossos investimentos pessoais [RE_T2_2008(3)].

Conforme os dados da Tabela 14 comparados com a Tabela 13, em T2 o otimismo da FSP tinha um grau de intensidade bem menor que a RE, 37,5% (FSP) contra 75% (RE). Mesmo assim, o otimismo em meio à crise estava lá:

Para 2009, com muitas reservas, analistas estimam que o Ibovespa chegue aos 50 mil pontos no último mês, o que representa uma alta superior a 30% ao longo de todo o período. Esse cenário embute a expectativa de um quadro econômico muito complicado ainda no primeiro semestre de 2009, mas em que a economia mundial inicia a sua recuperação na segunda metade do ano [FSP_T2_2008(3)].

Logo, não podemos admitir a hipótese de neutralidade em T2, pois, no limite, a neutralidade é uma impossibilidade. "As notícias não são um espelho da realidade. São uma representação do mundo, e todas as representações são seletivas" (SCHUDSON, 2003, p. 26, tradução minha). Editores e jornalistas tomam decisões sobre quais conteúdos serão apresentados como notícias, sua forma e angulação (MEDINA, 1988). Notamos que em T2 as reações à crise apresentadas pela RE e FSP tiveram graus diferentes, mas a neutralidade está fora de questão. Ficou claro no decorrer desta pesquisa que esta premissa estava errada.

Com relação à hipótese secundária 2, que afirma que *em T3 o jornalismo econômico viveu um período de descrença na BM&FBovespa*, ambas RE e FSP coincidentemente empataram com 58,33% de suas notícias no período T3 reproduzirem um repertório cultural na sua maioria pessimista. Pode-se afirmar que mesmo que o interesse da BM&FBovespa continue sendo de atrair investidores, tanto a RE como a FSP não têm mais elegido portavozes otimistas do mercado, nem seus próprios jornalistas estão mais otimistas em avaliar o cenário em que ela está inserida, num movimento reverso e provavelmente reativo ao que ocorreu em T1, que foi seguido por um

constrangimento, especialmente na RE, após o período de “bonança” que parecia não ter fim.

Por fim, podemos nos perguntar se no período T3 a BM&FBovespa não está vivendo novamente “uma profecia que se cumpre por si mesma” (MERTON, 1968) num sentido reverso: Que T3 tenha sido um bom momento para se investir, enquanto ninguém mais acreditava no futuro, conforme os dados empíricos das Tabelas 13 e 14, que refletem a descrença assumindo a predominância no período T3, em ambas RE e FSP.

Entretanto, somente no futuro saberemos se estamos observando mais uma “profecia que se cumpre por si mesma” ou não. Mesmo que haja infinitas possibilidades entre o simples falso e verdadeiro proposto por Robert Merton (1968) na sua “profecia que se cumpre por si mesma”, por enquanto, só nos resta aguardar o que o futuro irá nos revelar, pois o comportamento das bolsas parece um lugar comum para o funcionamento deste efeito social representado por esta teoria (STEINER, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ASCENSÃO, CRISE E DESCRENÇA.

No início dos anos 2000 um otimismo generalizado tomou contas dos mercados financeiros globais. As bolsas de valores dos países considerados emergentes, dentre eles o Brasil, enfrentavam alta após alta, num período de bonança nunca visto antes. Olhando para o passado, é fácil perceber que aqueles otimistas que apostavam nas altas sem fim do mercado financeiro iriam enfrentar uma grande crise econômica, que faria que suas previsões falhassem. Mas, naquela ocasião, o clima de otimismo era contagiente, e produziu uma crença coletiva (BOURDIEU, 2002; MERTON, 1968) que atraiu ainda mais investidores para o mercado, muitos pela primeira vez.

No Brasil, um governo de esquerda do espectro político assumia a Presidência do país e, surpreendentemente, adotou políticas econômicas ortodoxas e alinhadas com os desejos do mercado financeiro (GRÜN, 2009; 2011b). A “carta ao povo brasileiro” (ANEXO II) veio para reduzir a insegurança do mercado na transição presidencial que aconteceu em 2002 (FOLHA ONLINE, 2002). No aspecto midiático, o jornalismo econômico produzia notícias otimistas sobre o Brasil e sobre a então Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa, que não parava de atrair os olhares de muitos “candidatos” a “pequenos investidores”.

Quando a crise norte-americana do *subprime* foi anunciada ao público no início de 2007, muitos analistas, especialistas, jornalistas, ficaram céticos sobre os possíveis efeitos que poderiam se espalhar pelos mercados financeiros mundiais. No Brasil, as notícias reproduziam o pensamento desses otimistas que acreditavam que os países emergentes não seriam afetados, que seria apenas uma “marolinha” (GALHARDO, 2008). E, de fato, inicialmente isso não aconteceu. A Bovespa seguiu em alta, e inclusive chegou a ser outorgada com o *investment grade*, uma consagração do mercado financeiro que faria simplesmente milhares de dólares se direcionarem para cá (SMITH, 2008). Além disso, a própria Bovespa fundiu-se com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F), tornando-se a BM&FBovespa, uma sociedade anônima, com ações à venda no mercado.

No entanto, a crise chegou em 2008, e o governo Lula, seguindo o exemplo dos países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e a União Europeia, também injetou dinheiro no mercado financeiro para amenizar os efeitos da crise (TCU, 2009). Tal solução se mostrou apenas temporária, pois de fato a bolsa se recuperou por algum tempo, mas logo após entrou numa trajetória de baixa que persiste até os dias de hoje. O que antes era certeza de um futuro próspero para a bolsa brasileira, se desintegrou gradual e continuamente num período de descrença que se opõe em muito aos primeiros anos do fenômeno social da crença coletiva do início dos anos 2000.

Esta pesquisa estudou o fenômeno da produção da crença (BOURDIEU, 2002; MERTON, 1968) no meio do jornalismo econômico, especialmente o clima que antecedeu a chegada do *investment grade*. É notório que o jornalismo é um dos alicerces na formação de opinião do brasileiro, capaz de produzir valores simbólicos, colocando em evidência determinadas pautas, elegendo porta-vozes arbitrariamente, e influenciando diretamente o funcionamento de outros campos, razão pela qual os jornalistas são geralmente o primeiro alvo dos mercados financeiros para reproduzir seus interesses (BOURDIEU, 1997).

Neste sentido, foram escolhidas como objeto de análise a Revista Exame e a Folha de São Paulo, veículos de grande circulação no Brasil. O momento analisado foi recortado a partir da crise 2007-2008, que forneceu uma oportunidade única de análise como pano de fundo “antes” (T1), “durante” (T2) e “depois” (T3). Diversas notícias foram coletadas como amostras e codificadas utilizando o ordenador N-Vivo, a partir de “nós” baseados em repertórios culturais, que emergem como símbolos da própria estrutura social, e são acionados mais fortemente, especialmente em momentos de instabilidade.

Em termos culturais, o período que antecedeu (T1) e sucedeu a crise (T3) foram entendidos teoricamente como momentos estáveis, e o momento durante a crise (T2), foi entendido como um período instável. Segundo Ann Swidler, a cultura fornece repertórios nos quais os indivíduos se utilizam para elaborar suas estratégias de ação, e em períodos instáveis, como a crise 2007-2008, ela se torna mais evidente, vinculante. Neste sentido, diversos repertórios culturais foram investigados no período da crise, em busca da

emergência de novos signos durante a instabilidade do momento, como cautela, estratégias, ortodoxia, entre outras.

Os repertórios culturais principais desta pesquisa apontam diretamente para a teoria da profecia que se autocumpre, de Robert Merton (1968) e a produção da crença, de Pierre Bourdieu (2002). Os dados empíricos comprovaram que em T1, o otimismo contagiou e produziu uma crença coletiva que, em primeiro lugar, causou um efeito de alta no mercado (no índice e no número de investidores cadastrados). E, em segundo, confirmou o poder de consagração que os jornalistas possuem em eleger intelectuais, especialistas, analistas, etc., a partir de critérios arbitrários, que fazem parte de seu círculo de crença (cf. BOURDIEU, 2002). E, na ocasião T1, compartilhavam da mesma crença sobre a ascensão do mercado acionário brasileiro.

Pode-se afirmar que tanto a Revista Exame como a Folha de São Paulo embarcaram juntas no período T1, pois quase 100% de suas notícias no período reproduziam um repertório cultural otimista. Neste sentido, esta pesquisa postula que o círculo da crença (BOURDIEU, 2002) que se estabeleceu em T1 e produziu o efeito de elevar a BM&FBovespa, foi mais um exemplo da profecia que se cumpre por si mesma, conforme o modelo proposto por Robert Merton (1968): Os períodos T2 e T3 vieram a comprovar que a ascensão de T1 era uma questão de *percepção* sobre o mercado, pois desvalidaram as premissas iniciais, entre elas de que a economia dos países emergentes havia se descolado do desempenho dos países ricos [RE_T2_2008(3)], o que não aconteceu.

Em T2, a Revista Exame continuou otimista, mesmo com todos os sinais de que o cenário havia mudado, enquanto a Folha de São Paulo já revertia a tendência de suas reportagens, antecipando um sentido de descrença que estava se estabelecendo ali. Em T3, ambos os veículos reverteram para a descrença e desde então os repertórios culturais acionados têm sido em sua maioria negativos e com pouca esperança no futuro da BM&FBovespa.

A partir dos “nós” secundários, uma possibilidade de pesquisa inesperada emergiu dos dados. No período T3, o Brasil estava sendo governado pela Presidente Dilma, enquanto T1 e T2 tratava-se do governo Lula. Além de qualquer controvérsia política, pergunta-se, por que Lula

conseguiu influenciar o mercado de maneira tão positiva em T1 e, surpreendentemente também em T2, agradando a ortodoxia financeira em todo seu governo (a partir do que se lê nos dados empíricos das notícias), enquanto o governo Dilma aparentemente não usufruiu de nenhum período otimista no mercado financeiro? O mercado desabaria de um jeito ou de outro, ou houve alguma diferença nos governos na percepção dos financistas, investidores, jornalistas, etc.? Por que dois governos de esquerda, economicamente heterodoxos, produziram efeitos diferentes na doxa financeira e na ortodoxia dos mercados financeiros? Sugere-se investigar a “dominação carismática” (cf. Weber, 2012) do governo Lula.

Por fim, o jornalismo econômico no Brasil enfrenta um período “turbulento” (expressão muito empregada por jornalistas para expressar os ânimos do mercado) desde a crise 2007-2008, em que notícias descrentes sobre a economia não param de surgir. A memória de uma crise não muito distante ainda assombra as lembranças da primeira década dos anos 2000. Porém, é preciso lembrar que o mercado funciona em ciclos (ABOLAFIA, 2014), assim como o próprio sistema capitalista, produzindo crises recorrentes (CASTELLS, 1979).

Em minha opinião, assim como a lição da crise do encilhamento de 1891 que não foi aprendida, e tantas outras crises que atingiram o mundo de forma semelhante, estimuladas por um otimismo contagiente, excessivo e sem fundamentos, a história pode se repetir mais uma vez. Outras crises especulativas poderão acontecer, nos mesmos moldes, caso esta memória se apague e as instituições não se fortalecerem de estratégias inteligentes para lidar com a complexidade do mundo financeiro atual.

BIBLIOGRAFIA

ABOLAFIA, Mitchel; Market as cultures: an ethnographic approach. In: CALLON, Michel. **The Laws of the Markets**. UK/USA: Blackwell Publishers, 2014.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1904.

BECKER, Jo; STOLBERG, Sheryl; LABATON, Stephen. White House Philosophy Stoked Mortgage Bonfire. **The New York Times**. Nova Iorque, 20 de dezembro de 2008. Disponível em <<http://goo.gl/ZehzVa>>. Acesso em 12 de junho de 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **Le Nouvel Esprit du Capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Editora Zouk. São Paulo, 2002.

_____. **Sobre a televisão. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Raisons Pratiques: Sur La théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994.

_____; EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CALLON, Michel. Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, Michel. **The Laws of the Markets**. UK/USA: Blackwell Publishers, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A Sociedade em Rede. Volume 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo; CARAÇA, João. **A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança.** Organização Manuel Castells, Gustavo Cardoso e João Caraça. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

COLOMBO, Sylvia. Simpatia do brasileiro é um mito, diz sociólogo Manuel Castells. **Folha de São Paulo.** Salvador, 18 de maio de 2015. Disponível em <<http://goo.gl/JRzO6a>> Acesso em 21/05/2015.

CUCOLO, Eduardo. Bovespa lidera ranking dos investimento em 2006. **G1.** São Paulo, 28 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://goo.gl/BZeF8H>> Acesso em 12/06/2015.

DONADONE, J. C. Imprensa de negócios, dinâmica social e os gurus gerenciais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD), 24., 2000. Florianópolis, SC. **Anais...** [S.I.: s.n.], 2000. ANAIS do XXVI EnANPAD – Encontro Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2000.

ETZIONI, Amitai. **The moral dimension. Toward a new economics.** New York: The Free Press, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: Globo, 2005.

FRANCO, Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis. O olhar oblíquo do acionista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009. [Este título não se trata de referência, mas de dado empírico].

FOLHA ONLINE. **Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro.** São Paulo, 24 de junho de 2002. Disponível em <<http://goo.gl/oOpGqc>>. Acesso em 13 de junho de 2015.

FOUCAULT, Michel. **The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France 1978-1979.** New York: Picador, 2010.

G1. “**Brasil foi considerado país sério, diz Lula**”. São Paulo, 30 de abril de 2008. Disponível em <<http://goo.gl/pjeyWT>> Acesso em 12 de junho de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

GALHARDO, Ricardo. **Lula: crise é tsunami nos Estados Unidos e, se chegar ao Brasil, será “marolinha”**. O Globo. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2008. Disponível em <<http://goo.gl/hTt0Vv>> Acesso em 12 de junho de 2015.

GODECHOT, Olivier. **Les Traders. Essai de sociologie des marchés financiers**. France: Impression réalisée par Bussière à Saint-Amand-Montrond (Cher), 2005.

GOEDE, M.D. **Virtue, Fortune, and Faith: a genealogy of finance**. Minneapolis, MN: Borderlines, 2010.

GOIS. Chico de. **Lula diz que crise é causada por “gente branca de olhos azuis”**. O Globo. Rio de Janeiro, 26 de março de 2009. Disponível em <<http://goo.gl/zRXuN8>> Acesso em 12/06/2015.

GRÜN, Roberto. **Decifra-me ou te devoro: o Brasil e a dominação financeira**. 1^a Ed. São Paulo: Alameda Casa Cultural, 2015.

_____. “**A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico Brasileiro em 2009**”. Dados vol. 53, n. 2, pp. 255-297, 2010.

_____. “**Crise Financeira 2.0: Controlar a Narrativa & Controlar a Desfecho**”. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 3, 2011, pp. 307 a 354, 2011a.

_____. **As disputas e convergências das elites brasileiras diante da crise de 2009: Consequências empíricas e analíticas**. Revista de Pós-graduação em Ciências Sociais v.8, n.15, jan./jun. 2011b.

_____. “**Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI**”. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.21, n.2, 2009.

_____. “**A dominação financeira no Brasil contemporâneo**”. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 25, n. 1, pp. 179-213, 2013.

_____. **Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 20 nº 58, junho/2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HARDY, Charles. **Risk and risk bearing.** Chicago: University of Chicago Press, 1923.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2013.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

HO, Karen. **Liquidated. An ethnography of Wall Street.** USA: Duke University Press, 2009.

LAJE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Série Jornalismo a Rigor. Florianópolis: Insular, 2012.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (dês)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de et al. **Mídia e Política no Brasil: Jornalismo e Ficção.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LEITE, Elaine de Silveira. **Reconversão de Habitus: O advento do ideário de investimento no Brasil.** Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, 2011.

LIVERMORE, Jesse. **How to Trade in Stocks. His own words: The classic formula for understanding timing, money management and emotional control.** New York: McGraw-Hill, 2001.

MACKAY, Charles. **Extraordinary Popular Delusions and the Madness of Crowds.** New York: Three Rivers Press, 1980.

MACKENZIE, Donald. **An engine, not a camera: how financial models shape markets.** USA: MIT, 2008.

MARX, Karl. **As crises econômicas do capitalismo.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte.** Versão digital. Fonte: The Marxists Internet Archive, 1852. Disponível em: <<http://goo.gl/hclMoY>>. Acesso em 02/06/2015.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** São Paulo: Summus, 1988.

MERTON, Robert K. **Sociologia. Teoria e Estrutura.** Título original “Social Theory and Social Structure. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MÜLLER, Lúcia H. A. **Mercado exemplar. Um estudo antropológico sobre a bolsa de valores.** Porto Alegre: Zouk, 2006.

O’NEILL, Jim. **The Growth Map: Economic opportunity in the BRICs and beyond.** United States: Portfolio, 2011.

ORLÉAN, André. As interações miméticas. In: LESOURNE, Jacques; ORLÉAN, André; WALLISER, Bernard. **A revolução da microeconomia evolucionista.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologia da alta burguesia.** Revista Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, ano 9, número 18, jul./dez. 2007, p. 22-37.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of News.** USA: Norton & Company, 2011.

SCHWAGER, Jack. **Market Wizards. Interviews with top traders.** New York: New York Institute of Finance, 1993. [Este título não se trata de referência, mas de dado empírico]

SMITH, Gery. Brazil goes investment grade. **Bloomberg Business.** Nova Iorque, 1º de maio de 2008. Disponível em <<http://goo.gl/B0ydqx>>. Acesso em 12 de junho de 2015.

SOMBART, Werner. **El Burgués. Contribución a La historia espiritual del hombre económico moderno.** Versión española de María Pilar Lorenzo. Revisión de Miguel Paredes. Alianza Universidad: Madrid, 1972.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica.** São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERD, Richard. **Max Weber e a ideia da sociologia econômica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005a.

_____. **The Max Weber dictionary: key words and central concepts / by Richard Swedberg with the assistance of Ola Agevall.** Estados Unidos: Stanford University Press, 2005b.

SWIDLER, Ann. **Culture in Action: Symbols and Strategies**. American Sociological Review, Vol. 51, No. 2. (Apr., 1986), PP.273-286.

_____. **Talk of Love: How culture matters**. Printed in the United States of America: The University of Chicago Press, 2003.

TAUNAY, Visconde de. **O Encilhamento. Cenas contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1971. [Este título não se trata de referência, mas de dado empírico]

TOURAINE, Alain. **Após a crise: a decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Ações do governo para reduzir os efeitos da crise**. Versão simplificada das contas do Governo da República. Exercício de 2009. Disponível em <<http://goo.gl/ie7dp0>>. Acesso em 12/06/2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012

_____. **A bolsa**. Lisboa: Relógio d'água editores, 2004.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

_____. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix LTDA, 2010.

WYCKOFF, Richard. **Stock Market Technique, No 1**. USA: Fraser Publishing Library, 1984.

ZALOOM, Caitlin. **Out of the pits. Traders and technology from Chicago to London**. The University of Chicago Press, 2010.

ANEXO I

Para que servem os analistas?³² [RE_T2_2008(3)]

Por Thiago Lethbridge, da Revista Exame, publicada em 27/11/2008.

Parece que foi num passado distante, mas há apenas seis meses uma espécie de euforia coletiva tomou conta do mercado acionário brasileiro. Para a premiada equipe de análise do banco de investimento UBS Pactual, as ações de empresas brasileiras eram uma pechincha em maio de 2008. As razões para tanto otimismo eram de uma clareza científica. As economias de países emergentes, como se sabia, descolavam-se do desempenho dos países ricos. O Brasil havia acabado de receber o tão sonhado selo de país com grau de investimento, e o investidor estrangeiro invadiria a bolsa local na nova fase. A expansão do crédito garantia dinheiro a todos, dos compradores de carros àqueles que financiavam seu primeiro apartamento. O futuro, portanto, sorria para a bolsa brasileira. O UBS Pactual, então, cravou sua previsão para o fim do ano. O Índice Bovespa, que reúne as principais empresas do país e estava em seu recorde histórico, de 70 000 pontos, chegaria a 85 000 pontos até o fim de dezembro. Entre as dez empresas que se destacariam no período estavam as varejistas Lojas Americanas e B2W, bancos e companhias do setor imobiliário. Por alguns dias, a coisa pareceu fazer um baita sentido. A bolsa brasileira continuou subindo até meados de maio - quando começou a descer a ladeira e não parou mais. Quem acreditou no sonho do "Ibovespa 85 000" perdeu dinheiro de gente grande. Das ações recomendadas, todas caíram até o fim de novembro. A que caiu menos despencou 50%. A pior, a construtora Rossi, perdeu mais de 80% do valor de mercado desde então. E o Índice Bovespa rastejava em 34 000 pontos no dia do fechamento desta edição. A projeção se provou errada da premissa à conclusão.

Esse, infelizmente, é apenas um exemplo do circo de horrores que vem sendo o trabalho dos analistas do mercado financeiro em 2008. Seguir recomendações de oráculos das finanças tem sido um péssimo negócio. Não importa se essas avaliações vêm de economistas agraciados com o prêmio Nobel, magos das planilhas ou investidores bilionários. A crise financeira global varreu do mundo trilhões de dólares em investimentos e levou junto a reputação de analistas econômicos de toda espécie. O macho alfa da turma, o apresentador de TV americano Jim Cramer, destacou-se nos últimos meses por sua capacidade de errar bisonhamente. Em outubro, quando o índice Dow Jones ficou abaixo de 10 000 pontos, Cramer berrou: "Peguem todo o seu dinheiro e comprem ações! Agora!". No dia seguinte, o índice caiu outros 500 pontos - no final de novembro, beirava os 8 000 pontos, queda de 20% em relação ao fundo do poço identificado por Cramer. Por onde se olhe, pipocam exemplos de trapalhadas de calibre semelhante feitas por iluminados que deveriam entender do que estavam dizendo. O analista Arjun Murti, do Goldman Sachs, virou celebridade ao prever, em 2005, que o barril de petróleo atingiria 100 dólares. Pois em maio o "Sr. Petróleo", como é (ou era)

³² Disponível em <<http://goo.gl/vrDJcD>>. Acesso em 23/04/2016.

chamado, olhou em sua bola de cristal e viu o futuro - o barril subiria para entre 150 e 200 dólares no curto prazo. Hoje, compra-se um barril abarrotado de petróleo por 50 dólares ou menos. A verdade é que os mais bem pagos analistas do mundo estão, essencialmente, tão perdidos em meio à crise quanto qualquer um de nós.

O futuro atrapalhou.

No Brasil, porém, ninguém errou tão feio - e com consequências tão dramáticas para milhões de pessoas - quanto os "especialistas" em ações. Esses profissionais estudam uma empresa, avaliam suas perspectivas futuras e dizem se os investidores devem comprar suas ações ou vendê-las, estipulando um preço-alvo para os próximos 12 meses. Nos últimos anos, os analistas brasileiros foram de um otimismo contagiente. Segundo um levantamento da agência Bloomberg, 55% dos mais de 7 000 relatórios disponíveis no mercado no início do ano recomendavam a compra de ações de empresas brasileiras. E míseros 3,8%, a venda. Os outros 41% recomendavam a misteriosa "manutenção" (mais sobre ela depois). Nos meses seguintes, a BM&FBovespa e suas principais ações atingiram seu pico histórico. Acertar o momento em que o mercado atinge o ápice é praticamente impossível. Mas, com as nuvens negras se aproximando da maior economia do mundo, não seria prudente orientar os investidores a embolsar o lucro dos anos anteriores? A proporção de recomendações de compra, porém, manteve-se inalterada durante o ano todo. E quem comprou ações em 2008 perdeu, e muito. Empresas como Vale, Petrobras e Gerdau perderam cerca de 50% de seu valor de mercado no ano. Mas essa é a parte amena da história. Ações de companhias como Agrenco, Tenda e Inpar, recomendadas pelos analistas no início do ano, desvalorizaram-se mais de 90%. Em alguns casos, a diferença entre o preço-alvo estipulado pelo analista e a cotação em novembro ultrapassou os 500%. Parece uma oportunidade de ouro. Mas, na verdade, números dessa magnitude indicam um micaço que havia sido vendido como barbada.

Nos últimos quatro anos, os investidores brasileiros foram apresentados a um fenômeno muito conhecido em mercados financeiros mais maduros - o excesso de otimismo dos analistas de ações. Como se vê pelos números do parágrafo anterior, é praticamente impossível encontrar recomendações de venda em relatórios. E a razão para isso é uma mistura potencialmente explosiva de conflitos de interesses que envolve o trabalho desses profissionais. Para que servem os analistas? Eles são funcionários de bancos e corretoras, pagos para orientar clientes a investir (alguns são muito bem pagos. Analistas seniores podem ganhar até 2 milhões de dólares num bom ano). Cada analista pode cobrir mais de 15 empresas. O problema é que, como os relatórios são distribuídos de graça aos clientes, a análise de ações não gera um tostão de receita para os bancos. Os empregadores podem, então, ganhar de duas formas com o trabalho dos analistas. A primeira é gerando negócios diários para suas corretoras, o que começa a explicar a mania de recomendar a compra de ações de maneira frenética. É na segunda forma, porém, que as coisas começam a se complicar um pouco mais. Uma das maiores fontes de receitas de bancos é a assessoria a empresas em processos de abertura de capital, emissões de dívida ou fusões e aquisições. E essas empresas são cobertas pelos analistas. "Bancos querem fazer negócios com empresas de capital aberto", diz Ricardo Rochman, professor da Fundação Getulio Vargas e um dos poucos pesquisadores

brasileiros que estudam o desempenho de analistas. "Fazer uma cobertura favorável dessas empresas é um passo essencial para conseguir isso."

A influência desse conflito na qualidade das recomendações dos analistas foi estudada a fundo nos Estados Unidos - e o resultado não é nada bom. Um estudo de Harvard com 50 000 relatórios mostra que os bancos são muito mais otimistas com empresas que usam seus serviços com freqüência. Durante ondas de aberturas de capital, quando bancos lucram alucinadamente levando empresas à bolsa, esse viés atinge seu patamar máximo. Uma pesquisa da Universidade Cornell aponta que os bancos que coordenaram o IPO de uma empresa são péssimos na hora de avaliar o desempenho futuro da ação. Eles sempre erram para cima. De acordo com o estudo, o nível de erro dos analistas desses bancos chega a 50% em comparação às projeções de outras instituições. Há duas razões possíveis para isso. Segundo uma teoria, os bancos mais otimistas ganham os mandatos de abertura de capital, já que eles prometem aos empresários que irão à bolsa um valor maior que o oferecido pelos concorrentes. A outra tese é mais maldosa - os banqueiros simplesmente prometeriam ao cliente uma cobertura favorável para ganhar o mandato. Há muito a perder num caso de "excesso de independência". O Merrill Lynch estava na disputa pelo mandato da petrolífera OGX, de Eike Batista. Mas Frank McGann, analista de energia do banco, não concordou com o preço estipulado por seus colegas. Os banqueiros temeram que ele recomendasse a venda das ações assim que iniciasse a cobertura e desistiram do negócio. O Merrill Lynch deixou de ganhar 40 milhões de dólares. "Você tem de aplaudir quando isso acontece", diz André Gordon, fundador da GT Investimentos.

Conselho de inimigo.

A onda de IPOs brasileiros está repleta de casos que levantam dúvidas sobre o trabalho dos bancos de investimento (veja quadro acima). Todos eles foram vendidos pelos analistas com perspectivas de ganhos enormes, mas se provaram um mau investimento. Das 115 empresas que foram à bolsa desde 2004, 99 valem hoje menos do que valiam no dia do IPO. "Houve análises indecentes nesse período", diz Aquico Wen, diretor do fundo americano Legg Mason. O incidente mais polêmico envolveu a companhia do agronegócio Agreco. O Credit Suisse, banco que levou a empresa à bolsa, recomendava em maio a compra das ações da Agreco, indicando preço-alvo de 19 reais. Enquanto isso, a instituição se desfazia de ações da empresa. Pouco depois da divulgação do relatório, os donos da Agreco foram presos e as ações caíram até chegar a 22 centavos em novembro. Mais uma vez, a relação dos bancos com as empresas de Eike Batista fornece dados interessantes. Na abertura de capital de suas três empresas (MMX, OGX e MPX), Eike pagou aos bancos quase 400 milhões de reais em comissões. Até hoje, a cobertura de suas empresas é amplamente otimista entre os bancos que ganharam esse dinheiro todo - isso apesar da queda superior a 80% das ações de todas elas no ano. Apenas o Itaú rebaixou a recomendação de MPX e OGX para neutro. Os outros bancos mantêm sua fé no toque de midas de Eike Batista, mesmo que a diferença entre os preços-alvo e a realidade continue aumentando. "Os analistas conhecem a verdade", diz Lucy Souza, presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) de São Paulo. "Mas, para proteger seus empregos, não diziam o que achavam e acabavam esticando os

preços." O que torna esses conflitos mais perigosos é o fato de que o pequeno investidor não está atento à sua existência. Segundo uma pesquisa feita nos Estados Unidos, 87% dos investidores institucionais vêm um viés excessivamente otimista no trabalho dos analistas – e conseguem dar o desconto necessário na hora de seguir ou não suas recomendações. De acordo com um estudo da Universidade da Califórnia, em Berkeley, grandes fundos compram moderadamente após recomendações de "forte compra", mas não seguem recomendações de compra. Já os pequenos investidores reagem imediatamente a todas as recomendações. Um dos motivos para isso, segundo os pesquisadores, é um problema de comunicação.

Relatórios são escritos num código específico, feito para ser entendido por seu público-alvo, os grandes investidores. Com o passar dos anos, ficou combinado entre eles que uma recomendação de manutenção é uma forma educada de dizer: "Venda esta ação". Dessa maneira, o analista evita enraivecer a administração da empresa que cobre, o que poderia atrapalhar seu trabalho de coleta de informações e, também, os possíveis negócios do banco com a empresa. Quase 80% dos gestores de fundos americanos entendem dessa maneira. Já os pequenos entendem o "manter" como, bem, manter mesmo - ou seja, quem não tem a ação não deve comprar; e quem tem não deve vender. Analistas comemoram quando rebaixam uma ação para "manter" e o papel cai 50% em alguns meses. Pequenos investidores não conseguem entender de onde veio a pancada. "O trabalho deles não é feito para gente ingênua", diz o professor Ravi Jagannathan, especialista em finanças da Universidade Kellogg.

Os pré-analistas.

No Brasil, os principais clientes dos bancos e das corretoras são os fundos estrangeiros, que não contam com equipes dedicadas à análise de ações brasileiras e, muitas vezes, têm perfil de investimentos de curto prazo. "Eles são úteis para captarmos a percepção do mercado", diz o diretor de um fundo estrangeiro no Brasil. "Leio todos os relatórios e converso diariamente com meus analistas favoritos, mas depois eu mesmo decido o que fazer com o dinheiro, sem prestar muita atenção no preço-alvo." Se têm um grande mercado nos gestores de hedge funds, por exemplo, os analistas encontram desprezo absoluto de investidores que pensam no longo prazo. O mais famoso deles é Warren Buffett, o homem mais rico do mundo, que ignora a fábrica de projeções que é o mercado financeiro. Buffett cunhou a famosa frase "Wall Street ganha dinheiro com a atividade. Você ganha dinheiro com a inatividade". Ou seja, investindo e esquecendo que os analistas existem. E a outra: "Wall Street é o único lugar para onde as pessoas vão de Rolls-Royce pedir conselhos a quem pega metrô". O desempenho dos analistas brasileiros chamou a atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A autarquia pretende endurecer a regulação sobre o trabalho deles. "Detectamos um problema de falta de independência e qualidade", diz Carlos Alberto Rebello, superintendente da CVM. Alguns bancos já começaram a modificar seus departamentos de análise. O Itaú, por exemplo, instituiu que o número mínimo de recomendações de venda tem de ficar entre 20% e 30% do total. Antes, o número não chegava a 8%. Goldman Sachs e Merrill Lynch adotaram política semelhante recentemente. "Se nossa função é servir ao investidor, isso tinha de mudar", diz Ricardo Araújo, diretor de análise da Itaú Corretora. Depurações são comuns após momentos de excessos. Depois

da explosão da bolha da Internet, os departamentos de análise dos bancos de investimento passaram por uma transformação muito mais dramática. Durante a bolha, as análises feitas pelos bancos eram tão escandalosamente favoráveis às empresas clientes que os analistas se tornaram alvo de uma investigação liderada pelo então procurador Elliot Spitzer (que depois se tornou governador e se viu envolvido em escândalos de outra natureza). Foram encontrados e-mails internos em que analistas desmentiam as próprias análises. Os maiores bancos em operação nos Estados Unidos foram forçados a pagar uma multa de 1,4 bilhão de dólares em razão de suas análises distorcidas e tiveram de criar sistemas de controle para tentar evitar que o trabalho dos banqueiros de investimento contaminasse as projeções. Em defesa dos analistas, é preciso dizer que eles não são o primeiro elo da cadeia de previsões econômicas que levou os investidores a afundar em 2008. Em seus cálculos para chegar ao que consideram o valor adequado de uma ação, dados como projeções de taxas de juro nos próximos anos, câmbio e crescimento econômico são de importância fundamental. "Antes de me criticar, você deveria perguntar ao departamento de macroeconomia do banco por que eles erraram do jeito que erraram", diz o diretor de análise de um dos maiores bancos de investimento do país. Em janeiro, as instituições consultadas pelo boletim Focus do Banco Central previam o dólar a 1,80 real no fim do ano. No fim de novembro, a moeda americana oscilava entre 2,30 e 2,40 reais - diferença suficiente para bagunçar qualquer projeção. O samba do analista doido de 2008 serviu para mostrar a fragilidade dos modelos de previsão do futuro usados por economistas, analistas, grafistas e o resto da patota. Futurólogos do passado usaram diversos equipamentos para prever o que vinha por aí. Nostradamus dizia ver o futuro numa bacia de água. Os antigos usavam as entradas de animais mortos para pressentir o que se avizinhava. Não há dúvida de que os modelos econômicos são muito mais complexos que 1 litro e meio de água do poço. O problema é que, por mais sofisticados que sejam, esses modelos não conseguem antever as mudanças que as decisões de bilhões de pessoas podem causar ao ambiente econômico. "Nós nunca teremos um modelo de risco perfeito", escreveu recentemente o ex-presidente do banco central americano Alan Greenspan, explicando por que foi tão difícil prever o tamanho da atual crise financeira. "Infelizmente, a economia é uma ciência social, embora os economistas finjam que não é", diz Jim O Neill, economista-chefe do Goldman Sachs, criador do termo Bric e futurólogo incorrigível. "Nós gostamos de achar que sabemos mais que os outros, mas esse claramente não é o caso." Um dos problemas clássicos das previsões econômicas é a tendência de tratar o futuro como uma continuação das atuais regras do jogo. Assim, é praticamente impossível para um analista recomendar a venda de uma ação que só sobe há quatro anos. Durante a bolha da Internet, os mais deslumbrados com a exuberância irracional achavam que a bolsa continuaria subindo indefinidamente - o livro Dow 36 000 foi um marco nesse aspecto. As previsões do Clube de Roma, grupo de cabeças notáveis que se reuniram no fim da década de 60 para discutir o futuro, são um exemplo desse tique. Na época, o consumo de matérias-primas vinha crescendo mais rapidamente que a oferta. Os notáveis concluíram que o fenômeno se perpetuaria, causando fome, pânico e crise em escala global. De certa maneira, ecoaram as previsões do pensador inglês Thomas Malthus. Segundo Malthus, a população mundial cresceria

em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos evoluiria em progressão aritmética. Claro, sabe-se que não foi o que aconteceu. Os futorólogos do Clube de Roma (e muito menos Malthus) não anteviram a revolução alimentar da segunda metade do século 20 porque era simplesmente impossível. Isso porque fenômenos transformadores são quase sempre imprevisíveis. Não há entranha animal que faça mágica. Finalmente, economistas têm um forte incentivo a se manter dentro do consenso do mercado, principalmente em momentos menos voláteis. Analistas de ações, inclusive, manipulam o modelo financeiro para fazer sua projeção caber dentro da média estipulada por seus concorrentes. "Quem erra sozinho fica estigmatizado e corre o risco de perder o emprego", diz o analista de mineração de um banco estrangeiro. Parafraseando o economista inglês John Maynard Keynes, pode-se dizer que é melhor estar meio errado do que arriscar estar totalmente certo. Claro, essa tendência universal de se esconder no meio da manada faz com que economistas do contra ganhem imensa popularidade durante uma crise que ninguém previu (ou quis prever). O popstar econômico da vez é Nouriel Roubini, o "Sr. Catástrofe", que teve a fama catapultada por ter previsto que a bolha imobiliária americana se transformaria numa crise sistêmica. Não é a primeira vez que isso acontece. Em 1928, Charles Merrill, fundador do Merrill Lynch, enviou uma carta a seus investidores em que recomendava vender ações e pagar suas dívidas. Merrill viu que o mercado iria virar. Em 1987, a economista Elaine Garzarelli, do Lehman Brothers, anunciou o iminente colapso da bolsa. Acertou em cheio e virou celebridade. O problema para esses gurus da catástrofe é que suas novas previsões são colocadas no microscópio - e, claro, eles erram com freqüência desconcertante. A Elaine Garzarelli pós-1987 é um caso simbólico. O estudo de suas projeções mostrou uma absoluta incapacidade de prever para onde o mercado iria. Suas previsões estavam certas apenas 38% das vezes. Acabou demitida em 1994. Se cuida, Roubini. "O mercado enfrentará um período de muita volatilidade. Quando a confiança voltar, os investidores respirarão e voltarão às compras, de olho nas pechinchas. O risco, porém, é que uma recessão longa demais atrapalhe os resultados das empresas, pressionando as ações no médio prazo." Previsões como essa são tão comuns e ineficazes quanto prognósticos sobre a próxima rodada do Campeonato Brasileiro. Isso porque ignoram a palavrinha mais importante de todas - "quando". Nostradamus era um mestre na matéria. Nenhuma de suas centúrias indica quando se tornará realidade (seria muito dar uma idéia do milênio, ao menos?). O alemão Karl Marx previu que o capitalismo seria inexoravelmente substituído pelo comunismo. Mas não deu data. É por isso que os dons premonitórios de Nouriel Roubini devem ser colocados em seu devido contexto. O economista vem prevendo uma catástrofe americana desde o início da década. Quem acreditou nele há cinco anos e colocou seu dinheiro embaixo do colchão deixou de aproveitar um dos maiores ciclos de alta de que se tem notícia. "Em qualquer momento da história vai ser possível encontrar alguém dizendo que o caos vem aí", diz o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, do Ibmec. E, como a única certeza que se tem é que um ciclo de alta será seguido de um ciclo de baixa e vice-versa, o catastrofista acaba acertando uma hora ou outra.

Se economistas e analistas erram tanto, por que insistimos em ouvir suas previsões e atribuir a elas um caráter científico? (Os jornalistas de EXAME são réus

confessos no caso.) Uma história ajuda a ilustrar a resposta. Durante a Segunda Guerra Mundial, o economista americano Kenneth Arrow (que ganharia um Nobel em 1972) foi convocado para liderar um grupo de pesquisadores. A missão era prever as condições meteorológicas nos campos de batalha com um mês de antecedência. Os estatísticos do grupo logo perceberam que as previsões não tinham o menor valor - ou seja, não eram diferentes de um chute qualquer. O grupo mandou um relatório a seus superiores informando que não enviaria as inúteis previsões. Veio, então, a resposta. "O comandante-geral sabe que as previsões não são boas. No entanto, ele precisa delas para fins de planejamento." Tomamos decisões baseadas em previsões o tempo inteiro. Aceito aquela oferta de emprego? Devo ter filhos agora? Faço um financiamento? As empresas dependem de cenários para tomar decisões de investimento, contratações ou aquisições. Governos precisam de previsões para formular políticas. E o mercado financeiro usa expectativas para sua formação de preços. O futuro, portanto, vale muito dinheiro. "Previsões econômicas constituem parte vital do dia-a-dia de empresas e famílias", diz Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco. Diante das incertezas que o futuro apresenta, é preciso avaliar os cenários, assumir o risco e decidir. Ou seja, apesar da crise atual, os economistas vão seguir tentando adivinhar o que vai acontecer. Os analistas continuarão recomendando ações. E empresários, jornalistas e consumidores continuarão levando essas previsões a sério - essa é a única previsão que esta reportagem se arrisca a fazer.

ANEXO II

"Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declararam espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, da graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que

precisam de horizontes claros, ficaram intransquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais

de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamentalizar a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002"